

CURSO DE VERÃO – ANO XXXIX

Coleção TEOLOGIA POPULAR

- Curso de verão — Ano I: Introdução ao AT; Êxodo; Cristologia; leigos e ministérios; fé e política; culturas oprimidas
- Curso de verão — Ano II: Profetismo; eclesiologia; religião do povo; movimento popular; comunicação
- Curso de verão — Ano III: NT e evangelho de Marcos; batismo e eucaristia; história da Igreja no Brasil; a mulher
- Curso de verão — Ano IV: At, 1Cor, Ap; liturgia; ecumenismo; educação e trabalho
- Curso de verão — Ano V: Gn 2-3; feminismo; sexualidade; culturas e juventude
- Curso de verão — Ano VI: Comunidade; Espírito Santo; ética; ecologia e moradia
- Curso de verão — Ano VII: Cidadania; pentecostalismo e novos movimentos religiosos
- Curso de verão — Ano VIII: A cidade: um desafio para as Igrejas e movimentos populares
- Curso de verão — Ano IX: Trabalho: crise e alternativas
- Curso de verão — Ano X: Por uma ética da liberdade e da libertação
- Curso de verão — Ano XI: Espiritualidade e mística
- Curso de verão — Ano XII: Culturas e inculturação
- Curso de verão — Ano XIII: Brasil, 500 anos: por um jubileu de justiça e de esperança
- Curso de verão — Ano XIV: Construir e celebrar a justiça e a paz em tempos de exclusão e violência
- Curso de verão — Ano XV: Produzir a esperança: projetos de sociedade e utopia do Reino
- Curso de verão — Ano XVI: Saúde: cuidar da vida e da integridade da criação
- Curso de verão — Ano XVII: Água é vida: dom de Deus e responsabilidade humana
- Curso de verão — Ano XVIII: Educar para a justiça, a solidariedade e a paz
- Curso de verão — Ano XIX: Comunicações: ética e cidadania
- Curso de verão — Ano XX: Ecologia: cuidar da vida e da integridade da criação
- Curso de verão — Ano XXI: Juventude: caminhos para outro mundo possível
- Curso de verão — Ano XXII: Arte e educação popular
- Curso de verão — Ano XXIII: Política e comunidades humanas: por uma prática popular transformadora
- Curso de verão — Ano XXIV: A vida: desafio à ciência, Bíblia e bioética: do genoma humano às células-tronco
- Curso de verão — Ano XXV: Religiões construtoras de justiça e de paz
- Curso de verão — Ano XXVI: Redes Digitais: tecendo relações, construindo comunidades, exercendo cidadania
- Curso de verão — Ano XXVII: Juventudes em foco: por políticas públicas inclusivas em trabalho, educação e cultura
- Curso de verão — Ano XXVIII: Juventude e relações afetivas
- Curso de verão — Ano XXIX: Economia promotora dos direitos humanos e ambientais
- Curso de verão — Ano XXX: Educar para a paz em tempos de injustiças e violência
- Curso de verão — Ano XXXI: Ética e participação popular na política a serviço do bem comum
- Curso de verão — Ano XXXII: Por uma cidade acolhedora: somos todos migrantes
- Curso de verão — Ano XXXIII: Espiritualidades na cidade: por uma dimensão libertadora
- Curso de verão — Ano XXXIV: Cuidar da Casa comum: por uma cidade sustentável
- Curso de verão — Ano XXXV: Reconstruir a vida e a sociedade com saúde para todas as pessoas
- Curso de verão — Ano XXXVI: Educar para um mundo social e racialmente justo
- Curso de verão — Ano XXXVII: Trabalho como direito: por vida digna e justiça social
- Curso de verão — Ano XXXVIII: Semear o bem-viver: caminhos para o cuidado da saúde mental
- Curso de verão — Ano XXXIX: Justiça ambiental: compromisso social e inter-religioso com o bem-viver

Angelica Tostes
Maria Betânia Claudino
José Oscar Beozzo (orgs.)

CURSO DE VERÃO — ANO XXXIX

Justiça ambiental
Compromisso social
e inter-religioso
com o bem-viver



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO
E EDUCAÇÃO POPULAR – CESEEP
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 993 cjt. 205 – Bela Vista
01317-001 • São Paulo-SP
Tel./fax: (11) 3105-1680
ceseep@ceseep.org.br
www.ceseep.org.br

Direção editorial
Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial
Elisa Zuigeber

Organização
José Oscar Beozzo, Angelica Tostes e
Maria Betânia Claudino

Revisão
Tiago José Risi Leme, Darlei Zanon,
Carlos Antônio S. Maia, José Oscar Beozzo

Design
Leonardo Cerretti

Capa
Márcia Plana e Fernando Marinho

Impressão e acabamento
PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Curso de verão – ano XXXIX : justiça ambiental : compromisso social e inter-religioso com o bem-viver / organizado por Angélica Tostes, Maria Betânia Claudino, José Oscar Beozzo. – São Paulo : Paulus, 2025.

ISBN 978-85-349-5930-8

1. Problemas sociais - Aspectos religiosos 2. Teologia social 3. Compromisso social 4. Justiça ambiental I. Beozzo, José Oscar II. Tostes, Angélica III. Claudino, Maria Betânia IV. Série

25-4970

CDD 261.8

Índice para catálogo sistemático:
1. Problemas sociais - Aspectos religiosos

1ª edição, 2025



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2025

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-5930-8

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
<i>Angelica Tostes e Pe. José Oscar Beozzo</i>	
SEÇÃO I – A realidade da justiça ambiental e do bem viver.....	19
(In)Justiça ambiental no Brasil	21
<i>Adriana Ramos</i>	
Guerra e negacionismo: a paz como condição primeira de nossa sobrevivência	35
<i>Luiz Marques</i>	
Novas lentes para um novo olhar: a causa indígena	53
<i>Rafael Martins e Lucia Giancesini</i>	
SEÇÃO II – Espiritual-pastoral: olhar e ação voltados para toda a criação.....	59
Espiritualidade de matriz africana e a preservação climática	61
<i>Ana Gualberto</i>	
Entre a Terra e o despertar: caminhos budistas de cuidado e justiça	75
<i>Monja Waho Degenszajn</i>	
<i>Laudato Si' à luz da Campanha da Fraternidade 2026: Fraternidade e Moradia: "E veio morar entre nós" (Jo 1,14).....</i>	<i>87</i>
<i>Suzana Regina Moreira</i>	
SEÇÃO III – Justiça ambiental e bem-viver: vozes e práticas em defesa da terra.....	101
Racismo ambiental e resistência quilombola na Bahia	103
<i>Ana Gualberto</i>	

Justiça ambiental e feminismo: uma conexão essencial	109
– <i>Natália Lobo</i>	
Justiça climática e compromisso social inter-religioso com o bem-viver: a contribuição da IRI Brasil.....	115
<i>Carlos Vicente</i>	
Caminhos para a inclusão social: o trabalho do Recifran com a população em situação de rua em São Paulo	123
<i>Gabriela Masteguin e Michael Garcia</i>	
MST e a juventude sem-terra	129
<i>Jasmini Oliveira Silva e Maria Aparecida da Silva</i>	
A crise climática e o desafio de se organizar as populações atingidas	137
<i>Alexandra Borba, Gilberto Cervinski, Elisa Estronioli, Daiane Höhn, Alexânia Rossato</i>	
Projeto Reciclogênico: cuidado ambiental em territórios vulneráveis	143
<i>Getúlio Mendes de Carvalho e Marcelo da Silva Ferreira</i>	
Recifavela em ação	151
<i>Cristiano G. Cardoso</i>	
Minha trajetória e a Recifavela: luta, fé e compromisso	155
<i>Josimeire Nascimento</i>	
Escola de agroecologia e práticas agroecológicas em centros urbanos....	157
<i>Bruno Rocha</i>	

APRESENTAÇÃO

Angelica Tostes¹ e José Oscar Beozzo²

“Em nome dos pobres, dos miseráveis, dos necessitados e dos marginalizados... Em nome dos órfãos, das viúvas, dos refugiados, exilados das suas casas e dos seus países, de todas as vítimas das guerras, das perseguições, dos fracos, dos que vivem no medo, dos prisioneiros de guerra, dos torturados em qualquer parte do mundo, sem distinção alguma. Em nome do Deus de tudo isso (...) declaramos adotar a cultura do diálogo, como caminho; a colaboração comum como conduta; o conhecimento como método e critério”

(Francisco e Al-Tayyeb).³

A aspiração ao bem-viver ambiental e humano, irremediavelmente entrelaçados entre si, tornou-se tanto mais almejado, quanto mais ameaçado e, nesse sentido, convertido em tarefa e compromisso inarredáveis e da maior urgência.

Queremos nos mover no horizonte da justiça climática e social, pois se é certo que estamos todos num mesmo barco e que nos salvamos todos ou não se salva ninguém, a crise ambiental atinge de maneira dramaticamente desigual as populações mais pobres e marginalizadas.

Ademais, o último censo apontou que 87% da população do Brasil, ou seja, cerca de 180 milhões de pessoas, encontra-se em

¹ Angélica Tostes é teóloga feminista e cientista da religião. Coordenadora de Cursos no CESEEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular). Como militante, integra o Comitê Executivo da Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos (WSCF) e faz parte do Comitê Diretivo do *Transformative Ecumenism Movement*.

² José Oscar Beozzo é padre da diocese de Lins, vigário da paróquia de São Benedito de Lins SP, teólogo, cientista social e historiador, membro do CEHILA-Brasil (Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina) e coordenador geral do CESEEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular).

³ FRANCISCO; AL-TAYEB. *Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da paz mundial e da convivência comum*. 4 fev. 2019. In: FRANCISCO. Carta Encíclica *Fratelli Tutti* sobre a Fraternidade e a Amizade Social. São Paulo: Paulus, 2020, n. 285.

zonas urbanas. No estado de São Paulo, 42.997.899 dos seus habitantes, representando 96,8% do total de 44.411.238 de pessoas, encontram-se nas cidades. Isso significa que apenas 1.413.339 (3,2%) vivem em áreas rurais, indicando o alto grau de urbanização do Estado.

É, pois, nas cidades que o agravamento do desafio climático se tornou mais grave. As cidades litorâneas estão ameaçadas pelo aumento do nível dos oceanos. Com o aquecimento global, que só tem se agravado, estão todas elas sujeitas a recorrentes desastres ambientais como agravada poluição, falta de água potável ou inundações.

O crônico déficit habitacional multiplica favelas em áreas de risco à margem de córregos poluídos por falta de saneamento básico e quase inexistente coleta do lixo nessas áreas. Só uma intensa arborização das ruas e a multiplicação de parques urbanos, combatendo a especulação imobiliária que privatiza e explora todos os espaços disponíveis, poderia diminuir as ilhas de calor e amenizar as temperaturas extremas nas cidades.

De maneira geral, temos enfrentado, nos últimos anos, os impactos crescentes das mudanças climáticas: enchentes, queimadas, escassez de água, aumento da fome e da desigualdade, deslocamento forçado de populações e fluxo migratório crescente. Ao mesmo tempo, comunidades inteiras, especialmente povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, populações urbanas periféricas e pessoas em situação de rua seguem resistindo às diferentes formas de expropriação e violência causadas por grandes projetos econômicos, pelo agronegócio, pela especulação imobiliária e pela omissão do poder público.

Vivemos uma profunda **crise civilizatória**, alimentada pela lógica capitalista de destruição da natureza e mercantilização da vida. Essa lógica promove um modelo de desenvolvimento excludente, racista e cisheteropatriarcal, que rompe os laços comunitários, intensifica o sofrimento humano e aprofunda desigualdades. Os povos mais pobres, em especial aqueles que vivem em territórios periféricos, indígenas, camponeses e comunidades tradicionais, são os mais

atingidos pelos impactos dessa crise, seja pela degradação ambiental, pela precarização da vida ou pela negação de direitos.

A Terra geme, os rios agonizam, os povos são silenciados. E tudo isso afeta diretamente a saúde integral dos seres vivos, inclusive a saúde mental e espiritual das pessoas.

Mas a dor também tem gerado reação. Por toda parte, surgem vozes e experiências que apontam para outros caminhos possíveis: mutirões de cuidado, comunidades agroecológicas, espiritualidades enraizadas na Terra, alianças entre saberes tradicionais e ciência crítica. São práticas que se inspiram numa ética do **bem-viver**, que rompe com a ideia de que a natureza existe para ser dominada ao invés de ser cuidada e resgata a interdependência entre todos os seres, consagrada na canção, que vai se tornando um hino de tomada de consciência, de compromisso e de militante esperançar:

“Tudo está interligado, como se fossemos um,
Tudo está interligado, nesta Casa Comum”.⁴

Inspirado por essa perspectiva, o **Curso de Verão 2026** propõe o tema: “Justiça ambiental: compromisso social e inter-religioso com o bem-viver”.

Queremos refletir sobre os caminhos para uma transformação profunda de nossas relações com o meio ambiente, com as pessoas e com o sagrado, reconhecendo a importância das espiritualidades na resistência contra as injustiças e na construção de alternativas solidárias.

O **diálogo inter-religioso**, entendido como prática viva e cotidiana entre pessoas de diferentes tradições e territórios de fé, é um caminho potente para a afirmação dos direitos humanos e da justiça socioambiental. Em contextos marcados pela colonialidade, pelo racismo religioso e pela destruição da natureza, as espiritualidades populares emergem como espaços de denúncia e de anúncio: denunciam as violências estruturais que negam a dignidade dos povos e anunciam novas possibilidades de convivência, cuidado e

⁴ Letra, música e instrumentação: Cireneu Kuhn, svd.

bem-viver. Inspirado pelas cosmovisões andinas e afro-indígenas, o bem-viver nos convida a superar a lógica individualista e extrativista, cultivando relações baseadas na reciprocidade, no equilíbrio com a natureza e na harmonia entre os seres. Ao promover o encontro entre diferentes expressões de fé, o Curso de Verão aposta na força coletiva das espiritualidades para transformar o mundo, sem hierarquias ou imposições, mas com escuta, acolhida e compromisso ético com a vida em sua plenitude.

A partir da **metodologia da Educação Popular**, o Curso de Verão 2026 reunirá **experiências de base, saberes acadêmicos, tradições religiosas e práticas comunitárias**, com o objetivo de fortalecer a articulação entre fé, política e justiça socioambiental. Essa metodologia desdobra-se em momentos coletivos no **TUCA**, com todas as pessoas inscritas, as voluntárias e os assessores/as; e nas **Tendas**, com as **rodas de conversa** realizadas em pequenos grupos nas salas da **PUC-SP**. São espaços de reflexão, vivência ecumênica e partilha de experiências e saberes. Não se trata apenas de denunciar o colapso ambiental em curso, mas de **cultivar a esperança e se empenhar na reconstrução do presente com justiça, afeto e espiritualidade**.

O desafio é grande, mas também é grande a força que nasce da solidariedade entre os povos e da sabedoria daqueles que nunca se separaram da Terra.

Estamos a caminho da Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP 30, que acontecerá em Belém do Pará de 10 a 21 de novembro de 2025. Belém é a porta de entrada para a bacia amazônica, que responde por 49% do território brasileiro, com 4.196.943 km², o que o torna o maior bioma do país. O bioma amazônico abraça ao todo nove países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil, responsável por 60,3% desse bioma.

Imensa responsabilidade deter a maior floresta tropical do mundo e a principal reguladora do clima em termos globais. O desmatamento, entretanto, é, no Brasil, “a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa, causadores da mudança climática. Em termos absolutos, a maior vítima do desmatamento foi a Amazônia, respondendo por metade da vegetação nativa perdida no Brasil entre 1985 e 2024.

Foram 1,17 milhões de km² de florestas, savanas e campos perdidos principalmente para pastagens, para a soja e a cana de açúcar. Com a perda da vegetação, o país também perdeu água e aconteceram secas extremas até mesmo nas áreas mais úmidas do país, como o Pantanal e a Amazônia⁵. A luta pela floresta em pé, pela demarcação dos territórios indígenas e respeito por suas formas de vida, sabedoria, como os principais guardiões da biodiversidade, desafia-nos a compor a aliança global de todos os povos pela salvaguarda da Casa Comum, através de compromissos vinculantes que impeçam o agravamento do aquecimento global e a acelerada destruição dos meios de vida e o esgotamento da terra levados adiante pelo sistema capitalista predatório.

Convidamos a todas e todos participantes do curso e leitores do livro para fazerem parte desse mutirão de reflexão e compromisso, plantando conosco as sementes de uma nova forma de viver e conviver: mais justa, mais plural, mais viva.

Entregamos, assim, nas mãos de vocês, o livro do XXXIX Curso de Verão 2026. Ele serve de apoio para aprofundar os conteúdos do curso, valendo-se da bibliografia anexa a cada texto e também como suporte para a tarefa de difundir e debater nas comunidades a urgente questão da justiça ambiental e do nosso compromisso social, político e espiritual na conquista desses bem maiores, a paz e o bem-viver.

O livro está articulado em três seções:

- SECÃO I – A REALIDADE DA CRISE AMBIENTAL E A BUSCA PELO BEM VIVER

A crise ambiental que enfrentamos é expressão de uma crise civilizatória mais ampla, enraizada na lógica de dominação, exploração e negação da diversidade da vida. Seus efeitos não recaem de forma igualitária: os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e periféricas seguem sendo os mais atingidos pela destruição dos territórios e pela violência institucionalizada. Nesta seção, somos convidadas e convidados a fazer o exercício do ver e julgar, como propõe a metodologia da Teologia da Libertação, reconhecendo a realidade

⁵ QUEIROLO, Gustavo e MAES, Jessica. "Gráficos e mapas expõem efeitos no Brasil de 40 anos de desmatamento". Folha de São Paulo, 5/9/2025, A 40.

concreta dos conflitos socioambientais, suas causas estruturais e suas implicações éticas.

Nesta primeira seção, *Adriana Ramos*, do Instituto Sócio Ambiental (ISA) debruça-se sobre o que chamou de **(In)Justiça ambiental no Brasil**. *Luiz Marques*, professor da UNICAMP, com um olhar certo e realista, aponta **A paz como condição primeira de nossa sobrevivência** e a **guerra e o negacionismo** como a conspiração mortal que nos ameaça. *Rafael Martins e Lucia Giancesini*, coordenadores do regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), desafiam-nos a dotarmo-nos, a partir dos povos originários e de sua resistência e utopia, de **Novas lentes para um novo olhar: A causa indígena**.

• SEÇÃO II – ESPIRITUAL-PASTORAL: OLHAR E AÇÃO VOLTADOS PARA TODA A CRIAÇÃO

Esta seção quer enfrentar a advertência de Bartolomeu, o Patriarca Ecumênico de Constantinopla, quando “chama a atenção para as raízes éticas e espirituais dos problemas ambientais, que nos convidam a encontrar soluções não só na técnica, mas numa mudança do ser humano; caso contrário, estaríamos enfrentando apenas os sintomas” (*Laudato Si'*, n. 9). Colocamo-nos à escuta da sabedoria contida nos caminhos espirituais das religiões de matriz africana aqui no Brasil, que nos ensinam a sacralidade da natureza, o respeito aos ciclos da terra e o equilíbrio com os elementos. Escutamos também os caminhos budistas de cuidado, compaixão e justiça interdependente, que convidam à prática da atenção plena e da ação ética em defesa da vida. Da tradição cristã, acolhemos os chamados do papa Francisco na *Laudato Si'*, assim como as reflexões propostas pela Campanha da Fraternidade de 2026, com o tema “Fraternidade e Moradia”, que articula o direito à terra, à casa e à dignidade.

Incorporamos ainda as lições do *Sumak Kawsay*, expressão de origem quíchua que significa “vida plena” ou “bem viver”, propondo uma existência baseada na reciprocidade, no respeito aos ciclos da natureza e na centralidade da coletividade. Também nos inspiramos no *Ubuntu*, filosofia africana que pode ser traduzida como “eu sou porque nós somos”, e que afirma a construção de vínculos solidários, o cuidado mútuo e a justiça social como fundamentos da vida em comum. Das

tradições indígenas brasileiras, como o pensamento Guarani sobre a Terra sem Males, brota a denúncia contra os sistemas de destruição e a afirmação de um outro horizonte, onde a existência não seja marcada por opressão, mas por dignidade e liberdade. São cosmovisões insurgentes que confrontam as lógicas de morte do capitalismo e do colonialismo, e que apontam caminhos de resistência, reexistência e reconstrução coletiva frente às feridas abertas pelo extrativismo, pela ganância e pelo racismo ambiental.

Ana Gualberto, mestra em Cultura e Sociedade e Ialorixá, apresenta-nos a **Espiritualidade de matriz africana e a preservação climática**.

A monja *Waho Degenszajn*, do Mosteiro Urbano Zen Therigatha, conduz-nos pelos caminhos budistas de cuidado e justiça: **Entre a Terra e o despertar: caminhos budistas de cuidado e justiça**.

Suzana Regina Moreira, teóloga feminista, nos repropõe a **Laudato Si' à luz da Campanha da Fraternidade 2026: Fraternidade e Moradia: “E veio morar entre nós” (Jo 1,14)**.

• SEÇÃO III – JUSTIÇA AMBIENTAL E BEM-VIVER: VOZES E PRÁTICAS EM DEFESA DA TERRA

A terceira seção nos convida à etapa do agir, iluminando experiências concretas que enfrentam a injustiça ambiental a partir de práticas populares, coletivas e transformadoras. São dez diferentes iniciativas no campo e nas cidades que buscam combater a injustiça ambiental que agrava as discriminações de gênero, raça, classe social e religião. São luzes acesas por pessoas ousadas e resistentes, muitas delas bem jovens, outras sobreviventes de desastres ambientais ou vindas de situações precárias e de desafiante carência. Abrem caminhos inovadores em defesa da Mãe Terra e da vida dos pequenos e excluídos.

Alinhamos, sem comentários, as ricas contribuições desta seção, talvez a mais relevante do curso e do livro, por trazerem sementes que vão desabrochando e já apontam para um novo amanhecer, como na parábola do grão de mostarda: “O Reino dos Céus é como uma semente de mostarda que um homem pegou e semeou em seu campo. É a menor de todas as sementes. Mas, quando cresce, é a maior das hortaliças. Torna-se árvore, a tal ponto que as aves do céu fazem ninhos em seus ramos” (Mt 13,31-32).

- **Racismo ambiental e resistência quilombola na Bahia** – *Ana Gualberto.*
- **Justiça ambiental e feminismo: uma conexão essencial** – *Natália Lobo.*
- **Justiça climática e compromisso social inter-religioso com o bem-viver: a contribuição da IRI Brasil** – *Carlos Vicente.*
- **Caminhos para a inclusão social: o trabalho do Recifran com a população em situação de rua em São Paulo** – *Gabriela Masteguin e Michael Garcia.*
- **MST e a juventude sem-terra** – *Jasmini Oliveira Silva e Maria Aparecida da Silva.*
- **A crise climática e o desafio de se organizar as populações atingidas** – *Alexandra Borba, Gilberto Cervinski, Elisa Estronioli, Daiane Höhn, Alexânia Rossato.*
- **Projeto Reciclorgânico: cuidado ambiental em territórios vulneráveis** – *Getúlio Mendes de Carvalho e Marcelo da Silva Ferreira.*
- **Recifavela em ação** – *Cristiano G. Cardoso.*
- **Minha trajetória e a Recifavela: luta, fé e compromisso** – *Josimeire Nascimento.*
- **Escola de agroecologia e práticas agroecológicas em centros urbanos** – *Bruno Rocha.*

AGRADECIMENTOS

Contamos de novo, neste ano, com mais de duas dezenas de colaboradores e colaboradoras, a maioria dos quais ingressam pela primeira vez no rol de voluntários e voluntárias do Curso de Verão.

Estão assumindo a apresentação dos conteúdos temáticos pelas manhãs no TUCA ou durante o dia consagrado às mesas temáticas. Trazem todos eles rica contribuição para o livro do XXXIX Curso de Verão (CV).

Externamos renovada gratidão às famílias, comunidades, paróquias e congregações religiosas que abrirão suas portas para acolher os participantes vindos de outras cidades e estados. A inspiração para essa acolhida fraterna, muitas vezes dirigida a uma irmã ou um irmão

desconhecido, enraíza-se no sagrado dever da hospitalidade praticada pelos povos antigos, mas igualmente na fala de Paulo apóstolo dirigida aos anciãos da igreja de Éfeso: “*Há mais alegria em dar do que em receber*” (At 20,35).

O Evangelho de Mateus evoca também as palavras de Jesus em relação ao estrangeiro, ao peregrino, ao sem teto: “*Vinde benditos do meu Pai, para a morada que vos foi preparada, pois eu era estrangeiro e me acolhestes*” (cf. Mt 25,34.43)

Somos infinitamente gratos às voluntárias e voluntários do CV, que vieram se preparando durante o ano todo, com perseverança e generosidade, para receber os participantes e animar o mutirão do curso.

A equipe de comunicação esmerou-se também em aprimorar seu serviço ao curso, qualificando os seus integrantes tendo em vista a contínua evolução dos recursos técnicos, das linguagens e das inovações nas plataformas digitais. A equipe vem se desdobrando para aperfeiçoar a retaguarda técnica dos procedimentos para a transmissão e a interação dos participantes; para treinar e habilitar os voluntários/as para lidar com as plataformas, como facilitadores/as das rodas de conversa e animadores/as dos momentos celebrativos, artísticos e pedagógicos.

O novo reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, o prof. dr. Vidal Serrano Nunes Júnior, que, na sua juventude, participou de uma das primeiras edições do CV, reiterou, antes mesmo de sua posse, o propósito de manter e estreitar a parceria da PUC-SP com o CESEEP, na promoção do Curso de Verão, acolhendo nos seus espaços os participantes do curso. Nossa gratidão estende-se ao prof. Wagner Lopes Sanchez, coordenador do Departamento de Ciências da Religião e, ao mesmo tempo, presidente do CESEEP, designado para acompanhar o CV, assim como ao pe. José Rodolfo Perazzolo, da Fundação São Paulo, e a Sérgio Rezende, responsável pelo Teatro da Universidade Católica, o TUCA

Agradecemos à Paulus Editora, por sua fiel parceria na publicação e difusão do livro, ao longo desses 39 anos.

Gratidão à Rede Rua de Comunicação por realizar, junto com a equipe de comunicação, a transmissão diretamente do TUCA dos

momentos de mística e assessoria do curso, permitindo que pelo Brasil afora centenas de pessoas interessadas tomem parte no curso.

O inteiro teor das palestras e debates ficará postado no canal do CESEEP no Youtube. Junto com o livro, serão precioso instrumento para o trabalho de repasse do CV em comunidades e grupos por todo o país.

Expressamos ainda nossa sincera gratidão:

– aos que emprestam seu apoio ao Curso de Verão: congregações religiosas, comunidades da arquidiocese de São Paulo, na pessoa dos seus párocos e animadores, do seu arcebispo, cardeal dom Odilo Pedro Scherer, e dos seus bispos auxiliares e também pastores, pastoras e bispos das Igrejas e Comunidades Evangélicas;

– às trabalhadoras e aos trabalhadores da PUC-SP e do TUCA que, com dedicação e cuidado, nos acolhem e colaboram intensamente no mês de janeiro, contribuindo para que cada detalhe da preparação do Curso de Verão se concretize.

– às pessoas pertencentes às religiões de matriz africana, às comunidades indígenas e às que seguem outras filosofias de vida, que fazem parte do grupo de voluntários/as do curso ou se inscrevem como cursistas. Permitem rica convivência entre pessoas de diferentes crenças, reforçam os laços de mútua compreensão e a abertura para o diálogo inter-religioso.

– ao CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), que segue junto com o CESEEP no serviço à caminhada ecumênica e ao diálogo inter-religioso;

– às instituições e pessoas do Brasil e do exterior, que nos apoiam de maneira solidária e garantem bolsas de estudo a participantes necessitados.

Enfatizamos que, em todos esses anos, o intuito maior do CV foi, e continua sendo, o de contribuir para a formação das pessoas, em especial das e dos jovens; e de colaborar para que assumam com entusiasmo e maior preparo a tarefa de animadores e de formadores de novas lideranças em suas comunidades, movimentos sociais, conselhos municipais e na vida religiosa, social, cultural e política de suas cidades.

Podem contar com nossos votos e preces, para que continuem a caminhar na fidelidade aos valores da educação popular, do ecumenismo, do cuidado com a nossa Casa Comum, do respeito ao diferente, do combate ao racismo e a todo tipo de discriminação, no serviço aos setores populares, dentro do espírito de gratuidade do mutirão.

Nossas calorosas boas-vindas às pessoas inscritas para o curso, na certeza de que estarão construindo junto com os assessores/as, os monitores/as e seus colegas, nas tendas e mesas temáticas, caminhos coletivos para instaurar a justiça ambiental, semear o bem viver, cuidar da Casa Comum e de todas as pessoas, a começar pelas mais vulneráveis, assegurar local e globalmente uma ecologia integral, contribuir para a sustentabilidade social e ambiental, garantir justiça no campo do trabalho, para vida digna e mais feliz para todas as pessoas.

É, pois, em espírito de ação de graças e de gratidão a Deus que entregamos aos participantes do CV 2026 e aos nossos muitos leitores/as o livro do XXXIX Curso de Verão.

Pe. José Oscar Beozzo
Coordenador geral do CESEEP

Angelica Tostes
Teóloga Coordenadora
do Curso de Verão

São Paulo, 12 de setembro de 2025.





SEÇÃO I

A REALIDADE DA JUSTIÇA
AMBIENTAL E DO BEM VIVER



(IN)JUSTIÇA AMBIENTAL NO BRASIL

Adriana Ramos¹

Desde a Conferência de Estocolmo, a primeira grande reunião da ONU sobre meio ambiente, em 1972, o Brasil assumiu papel de destaque nos debates internacionais sobre a proteção ambiental. Naquela ocasião, o país, alinhado com outras nações em desenvolvimento, adotou uma postura defensiva, argumentando que as exigências ambientais não deveriam impedir o direito ao desenvolvimento. Em outras palavras, defendíamos o direito de crescer e, consequentemente, de poluir, em resposta a um sistema global no qual os países desenvolvidos já haviam explorado seus recursos naturais de forma intensa e causadora de grandes impactos ambientais.

Ainda assim, a Conferência de Estocolmo inaugurou um ciclo virtuoso para a política ambiental no Brasil. A partir dela, o país passou a estruturar sua política ambiental, com a aprovação da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, com a criação de unidades de conservação, e o início das discussões sobre marcos legais ambientais. Todo o arcabouço institucional da política ambiental brasileira vem daí, incluindo a criação da primeira Secretaria Especial de Meio Ambiente, estrutura fundamental para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 e conhecida como Rio-92 ou ECO-92. Este evento representou um divisor de águas nas políticas ambientais globais, com a assinatura da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

¹ Adriana Ramos é comunicadora e especialista em política ambiental. Secretária executiva do Instituto Socioambiental (ISA). Membro da coordenação do Observatório do Clima e do Conselho Orientador do Fundo Podaali. Foi membro da direção executiva da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

O Brasil desempenhou um papel central nas negociações da Rio-92, sendo um elo entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Defendemos com ênfase o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que ficou consagrado no Princípio 7 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse princípio reconhece que, embora todos os Estados tenham responsabilidade na proteção ambiental, os países desenvolvidos têm maiores obrigações, dada sua contribuição histórica para a degradação ambiental e sua maior capacidade tecnológica e financeira para enfrentá-la.

Ao reconhecer as desigualdades históricas, econômicas e sociais entre os países na contribuição para a degradação ambiental e na capacidade de enfrentá-la, a Rio-92 introduziu de forma mais clara o conceito de justiça ambiental no debate. Em teoria, as convenções internacionais firmadas naquele evento deveriam assegurar que nenhum grupo social ou nação fosse desproporcionalmente afetado por impactos ambientais, nem excluído dos processos decisórios relativos a essas temáticas. Tal abordagem permitiria corrigir desigualdades globais e regionais, promovendo uma transição ambiental justa e solidária, de modo a garantir que aqueles que mais contribuíram para a degradação ambiental fossem responsáveis por apoiar financeira e tecnologicamente os países mais vulneráveis.

Isso possibilitou ao Brasil receber investimentos internacionais que fortaleceram sua agenda ambiental, contribuindo para a criação de secretarias estaduais de meio ambiente e para o fortalecimento de organizações da sociedade civil. Programas apoiados pela cooperação internacional como o Programa Nacional de Meio Ambiente e o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) foram fundamentais nessa trajetória.

Para a sociedade civil, a Rio-92 também representou um ponto de inflexão, com a criação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que integrou a temática ambiental ao debate mais amplo sobre modelo de desenvolvimento. O movimento ambientalista assumiu o desafio de propor alternativas mais sustentáveis e justas ao modelo econômico dominante. Essa abordagem crítica ao modelo de desenvolvimento

vigente, que ignora as desigualdades na distribuição dos impactos ambientais, está na base da ideia de justiça ambiental. A justiça ambiental vai além da proteção do meio ambiente, incorporando a distribuição justa dos benefícios e riscos ambientais entre diferentes grupos sociais. Isso é especialmente relevante em um país como o Brasil, com desigualdades estruturais de classe, raça e gênero. Outro legado para o debate nacional foi o conceito de racismo ambiental, que entrou na pauta justamente após ausências de debate específico no processo de preparação da Rio-92.

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) destaca que impactos das mudanças climáticas reproduzem e aprofundam desigualdades sociais, incluindo o racismo estrutural. Por exemplo, comunidades negras, indígenas e de baixa renda sofrem mais com eventos extremos – como ondas de calor urbanas – devido à falta de áreas verdes e infraestrutura adequada. O IPCC também aponta que a exposição desigual aos riscos climáticos está relacionada à marginalização baseada em etnia, classe e gênero – uma interseção que torna a crise climática um caminho de aprofundamento das injustiças raciais.

Como chama a atenção Mariana Belmont:

Há urgência de se reconhecer que não há justiça climática sem justiça racial. Sem a inclusão do debate dos povos tradicionais, das comunidades quilombolas e do debate racial, vamos seguir para um modelo de neocolonialismo, modelo este que prioriza a exploração do planeta e dos corpos.²

Além dos acordos assinados na Rio-92, o enfrentamento à essa realidade também conta com outros tratados internacionais, como o Acordo de Escazú, assinado pelo Brasil em 2018. O acordo estabelece normas para garantir o acesso à informação ambiental, à participação pública e à justiça em questões ambientais, com ênfase na proteção de

² Belmont, Mariana. O Racismo ambiental chegou com as caravelas. *Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil*, São Paulo 2023, p.18. Disponível em: file:///C:/Users/SECRETARIA/Desktop/Racismo-Ambiental-E-Emergencia-Climatica.pdf

defensores de direitos humanos em temas ambientais. Ao ampliar o acesso à justiça e garantir o direito à informação, o Acordo de Escazú fortalece os pilares da justiça ambiental e combate o racismo ambiental institucionalizado. O Brasil é signatário do Acordo, mas sua ratificação depende do Congresso Nacional e, por isso, ainda está pendente.

Outro marco internacional essencial ao enfrentamento do racismo ambiental é a Convenção 169 da OIT, que garante a consulta prévia, livre e informada a povos indígenas e comunidades tradicionais sobre projetos que afetem seus territórios. Esse instrumento é vital para proteger modos de vida e culturas ameaçadas por grandes empreendimentos, mas, apesar de ter sido ratificado pelo Congresso Nacional em 2002, poucas vezes foi implementado devidamente.

Um bom exemplo de aplicação da Convenção ocorreu no Território Indígena do Xingu (TIX), onde os povos indígenas conquistaram, após sete anos de mobilização, a alteração do traçado preliminar da BR-242. Em fevereiro de 2024, o DNIT atendeu à proposta dos xinguanos, que defendiam o uso de vias e pontes já existentes, evitando assim a abertura de mais de 40 km de estrada nova em áreas de floresta e o impacto sobre sítios arqueológicos sagrados, como Kamukuwaká. A mudança de rota representa uma vitória importante na proteção do patrimônio ambiental e cultural da região, atendendo às exigências das comunidades locais e aos princípios da consulta livre, prévia e informada.

A legislação ambiental brasileira, mesmo sem citar explicitamente a justiça ambiental, reflete seus princípios. A Constituição Federal, em seu artigo 225, garante o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo. Esse dispositivo introduz o princípio da equidade intergeracional, essencial à justiça ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) define o meio ambiente como bem de uso comum do povo e cria instrumentos como o licenciamento ambiental e a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), fundamentais para prevenir impactos desproporcionais sobre populações vulneráveis.

Contudo, o Brasil vive hoje um momento de retrocesso socio-ambiental, marcado pela aprovação de projetos legislativos como o

chamado “PL da Devastação”, que enfraquece o licenciamento ambiental. Essa proposta desrespeita o princípio da precaução, consagrado na Declaração do Rio (Princípio 15), segundo o qual a ausência de certeza científica não deve impedir a adoção de medidas eficazes para prevenir danos ambientais graves.

A flexibilização do licenciamento, ao permitir que atividades potencialmente poluidoras avancem sem a devida análise, viola o direito das comunidades tradicionais e marginalizadas à participação e à proteção. Trata-se de uma clara afronta aos fundamentos da justiça ambiental, ao privilegiar interesses econômicos imediatistas em detrimento dos direitos coletivos e da segurança ambiental.

Diversos outros instrumentos legais sustentam a ideia de justiça ambiental no Brasil, como a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985), que permite a defesa judicial de direitos coletivos e difusos. Também o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), que promove a gestão democrática das cidades e combate a segregação socioespacial.

O Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/1964) e o Código Florestal (Lei n. 12.651/2012) são dispositivos fundamentais na distribuição justa da terra e dos recursos naturais. Apesar de fragilizado em suas últimas alterações, o Código Florestal reconhece o papel das populações tradicionais na proteção ambiental.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto n. 6.040/2007) representa um importante reconhecimento da diversidade sociocultural brasileira e da contribuição dos saberes tradicionais para o desenvolvimento sustentável.

Um importante reforço à perspectiva da justiça ambiental veio também da Carta Encíclica *Laudato Si'*, publicada pelo papa Francisco em 2015. O documento apresenta uma crítica contundente à degradação ambiental e à indiferença social frente às desigualdades, propondo uma ecologia integral que articula cuidado com a natureza, justiça para os pobres e compromisso com as gerações futuras. Ao denunciar as estruturas de poder que geram exclusão social e destruição ambiental, a encíclica aproxima os princípios éticos do cristianismo à luta global por justiça ambiental, destacando a urgência de mudanças profundas nos estilos de vida, modelos de produção e consumo.

Apesar desse consistente arcabouço em prol da justiça ambiental, o que vemos hoje são constantes violações e ameaças aos direitos e territórios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, seja por empreendimentos, públicos e privados, seja por propostas de alteração legislativa, ou mesmo por decisões judiciais. Inúmeros projetos de lei e ações judiciais visam enfraquecer direitos e demandam dos movimentos sociais atenção e mobilização constantes.

A aliança entre setores do agronegócio predatório – responsáveis por crimes ambientais e violações de direitos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – e a extrema direita no Brasil se consolidou como uma das bases de sustentação política e econômica do autoritarismo recente. Grandes proprietários de terra, desmatadores ilegais, grileiros e exploradores de recursos naturais se beneficiaram de políticas de desmonte ambiental, enfraquecimento da fiscalização e perseguição a defensores de direitos promovidas por governos alinhados à agenda ultraconservadora. Essa coalizão antidemocrática não apenas promoveu retrocessos socioambientais, mas também apoiou abertamente a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, financiando e participando de ações que buscavam desestabilizar as instituições democráticas. A proteção ambiental e a defesa dos direitos humanos, portanto, estão diretamente ameaçadas por um projeto político que vê os territórios como mercadoria e a democracia como obstáculo.

A luta é contínua e traz conquistas relevantes. O movimento quilombola no Brasil protagonizou uma importante mobilização nacional em defesa de seus direitos territoriais diante da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3.239, proposta pelo Partido da Frente Liberal (PFL, atual União Brasil), em 2004. A ação questionava a constitucionalidade do Decreto n. 4.887/2003, que estabelece os procedimentos administrativos para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação de terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas. O argumento central da ADI era de que apenas uma lei aprovada pelo Congresso poderia tratar da matéria, e não um decreto presidencial. Caso a ação fosse acolhida,

haveria um sério risco de paralisação e revogação de centenas de processos de titulação em curso no país.

Em fevereiro de 2018, após mais de uma década de tramitação, o STF proferiu sua decisão histórica: por ampla maioria, os ministros votaram pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, reconhecendo que ele está consoante ao mandado constitucional de garantir os direitos dos remanescentes das comunidades quilombolas à terra que tradicionalmente ocupam. A Corte entendeu que o decreto não cria novos direitos, mas regulamenta o exercício de um direito já previsto na Constituição, e que sua existência é essencial para viabilizar a efetivação da cidadania quilombola e reparar parte das injustiças históricas cometidas contra a população negra no Brasil.

Essa vitória no STF representou não apenas uma afirmação da legalidade do decreto, mas um reconhecimento da legitimidade da luta quilombola por território, dignidade e justiça. A decisão fortaleceu a política de titulação, deu segurança jurídica aos processos em andamento e reafirmou o protagonismo do movimento negro na construção de políticas públicas de reparação. Ao garantir o direito ao território como condição para a reprodução cultural, social e econômica dos quilombos, a decisão do Supremo reafirma o território como base da justiça ambiental e dos direitos humanos das populações tradicionais.

Dentre os exemplos de ações do próprio poder público que promovem violações, um dos mais emblemáticos foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Apesar de inúmeras denúncias de impactos sociais e ambientais, o empreendimento avançou sobre territórios de povos indígenas e ribeirinhos, afetando drasticamente o modo de vida dessas comunidades e alterando ecossistemas fundamentais da bacia do Xingu.

Os impactos ambientais provocados pela hidrelétrica são vastos e irreversíveis. O barramento do rio Xingu provocou alterações drásticas no regime hidrológico da região, afetando ecossistemas aquáticos e terrestres únicos da Amazônia. A Volta Grande do Xingu, uma área de extrema biodiversidade e importância cultural para povos como os Juruna e os Arara, sofreu redução drástica no fluxo de água, comprometendo a pesca, a navegabilidade e a disponibilidade de recursos

naturais essenciais à sobrevivência das comunidades locais. Além disso, o alagamento de extensas áreas contribuiu para a emissão de gases de efeito estufa e a perda de cobertura vegetal.

No plano social, Belo Monte gerou um processo de deslocamento forçado de milhares de pessoas, seja por inundação direta, seja pela pressão econômica e fundiária. A explosão populacional em Altamira, principal cidade afetada, provocou o colapso dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, e um aumento significativo da violência urbana e da exploração sexual. Muitas famílias deslocadas foram transferidas para áreas sem infraestrutura adequada e sem acesso a seus meios tradicionais de subsistência, configurando uma situação de injustiça social e violação do direito à moradia digna.

O caso de Belo Monte expõe, de forma contundente, os limites de um modelo de desenvolvimento que privilegia grandes obras em detrimento de direitos humanos, ambientais e territoriais, reforçando desigualdades históricas e promovendo injustiça ambiental em larga escala, mas também traz exemplos relevantes de como a atuação da sociedade civil pode fazer a diferença.

Como resposta direta aos impactos de Belo Monte, e diante da ausência de medidas eficazes do Estado e do não cumprimento das condicionantes ambientais por parte da empresa responsável, os povos indígenas da região passaram a desenvolver seus próprios sistemas de vigilância territorial, baseados no conhecimento tradicional, na observação cotidiana do rio e na coleta sistemática de dados sobre a fauna, a pesca, a qualidade da água e as alterações no fluxo do Xingu. Esse monitoramento autônomo fortalece a autodeterminação dos povos e denuncia, com base em evidências, os danos sociais e ecológicos provocados pelo empreendimento.

A iniciativa é um exemplo concreto de produção de conhecimento a partir das comunidades locais, que alia tecnologia, ciência e saber indígena. Com apoio de organizações parceiras, os monitores indígenas utilizam equipamentos como GPS, câmeras, drones e sistemas de georreferenciamento para registrar mudanças ambientais e sociais que afetam diretamente suas vidas. Esse trabalho permite

contestar narrativas oficiais, pressionar instituições públicas e apresentar contraprovas em audiências judiciais e processos administrativos. Ao exercerem esse protagonismo, os povos da Volta Grande do Xingu reafirmam seu papel como guardiões do território e exigem que suas vozes sejam reconhecidas nos processos de decisão sobre o uso de seus rios e florestas.

Outro exemplo alarmante foi o vazamento de rejeitos da empresa Hydro Alunorte, em Barcarena (PA), ocorrido em 2019. A contaminação do solo e da água comprometeu a saúde de populações locais, especialmente comunidades quilombolas e ribeirinhas, que denunciam há anos os danos ambientais e a ausência de reparação efetiva.

Soma-se a esses casos a crescente contaminação por mercúrio decorrente do garimpo ilegal em territórios indígenas, como os dos povos Yanomami e Munduruku, colocando em risco não apenas o meio ambiente, mas a saúde e a sobrevivência de comunidades inteiras. Os efeitos do mercúrio são devastadores para a saúde humana: comprometem o sistema nervoso, causam má-formações congênitas, problemas neurológicos graves e doenças crônicas. Povos indígenas que dependem diretamente dos rios para beber água, se alimentar e se locomover estão entre os mais atingidos.

Mais do que um problema ambiental, a crise da contaminação por mercúrio representa uma violação aos direitos humanos e ao direito coletivo à saúde, à integridade cultural e ao território. O mesmo se aplica à contaminação causada pela pulverização aérea de agrotóxicos em lavouras localizadas no entorno de Terras Indígenas. Para dar visibilidade a essa realidade, o povo Kisedje, do Território Indígena do Xingu, produziu o filme *Sukande Kasáká | Terra Doente*, no qual mostram imagens das pulverizações e os relatos dos impactos em sua saúde e modo de vida. Os Kisedje relatam que aviões agrícolas ultrapassam o limite das terras indígenas e os produtos químicos altamente tóxicos atingem diretamente suas aldeias, nascentes, rios, plantações e alimentos. Essa exposição vem causando problemas de saúde como dores de cabeça, alergias, intoxicações e preocupações com possíveis impactos de longo prazo, como doenças crônicas e efeitos sobre o desenvolvimento infantil.

A contaminação afeta também as roças e as águas utilizadas para consumo e banho, comprometendo a segurança alimentar e o bem-estar da comunidade. Os Kisedje denunciam que a presença constante dos agrotóxicos prejudica suas práticas tradicionais, como o cultivo de alimentos e o uso de ervas medicinais, desrespeitando seu direito constitucional a um território saudável e protegido.

Essa situação evidencia um caso de injustiça ambiental, em que os impactos da atividade agrícola intensiva e do modelo agroindustrial recaem sobre populações que não se beneficiam dele e que, ao contrário, são diretamente prejudicadas. A denúncia do povo Kisedje traz à tona o conflito entre os direitos dos povos indígenas e a expansão da fronteira agrícola.

Conflitos assim estão no centro dos dilemas e contradições cada vez mais evidentes à medida em que avançamos nas discussões sobre políticas de enfrentamento à Emergência Climática no Brasil. No debate mais recente do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), o Ministério da Agricultura e Pecuária incluiu como sua demanda flexibilização da legislação para autorizar a construção de reservatórios para irrigação em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Essa proposta também está em discussão no Congresso Nacional em projetos com conteúdos similares ao que foi aprovado no Rio Grande do Sul semanas antes das enchentes que devastaram o estado. A justificativa da necessidade de intervir nas APPs seria para garantir a segurança alimentar e hídrica do país. No entanto, para a maioria dos especialistas, essas propostas autorizam o desmatamento das margens dos rios e o barramento das águas para irrigação, o que contradiz a função essencial das APPs de proteger os recursos naturais e assegurar o abastecimento hídrico para todos. Se aprovadas, essas medidas podem agravar ainda mais a crise hídrica e comprometer a sustentabilidade dos territórios e mesmo a resiliência da agricultura brasileira frente às mudanças climáticas.

Ou seja, ao invés de se tratar de uma proposta de adaptação às mudanças climáticas, seria uma proposta para atender a um setor econômico, deixando comunidades vulneráveis e as futuras gerações com os impactos ambientais e o racismo ambiental. Seria um caso

do que alguns especialistas chamam de tripla injustiça das mudanças climáticas: a injustiça ambiental, que se refere à distribuição desigual dos impactos ambientais negativos; a injustiça social, que engloba as desigualdades existentes na sociedade e como elas são agravadas pelas mudanças climáticas; e a injustiça intergeracional, que se refere à responsabilidade das gerações atuais em relação às futuras, pois as ações presentes terão consequências duradouras para as próximas gerações.

Ou seja, sem equidade, qualquer estratégia climática será incompleta e continuará reproduzindo os padrões de exclusão que agravam a crise socioambiental. Para problematizar quem deve estar nas prioridades das políticas públicas de adaptação climática, a Rede por Adaptação Antirracista construiu o conceito de adaptação climática antirracista. Essas políticas devem ser estruturantes, interseccionais e intersetoriais, voltadas à proteção da vida, à garantia do bem viver e à preservação dos biomas, incorporando saberes tradicionais e soluções territoriais.

A Rede surge em resposta à exclusão histórica dessas populações dos debates e ações climáticas, mesmo sendo as mais atingidas pelos eventos extremos. Criada em 2023, após tragédias climáticas em Pernambuco e São Paulo, a Rede denuncia o racismo estrutural como fator agravante das injustiças climáticas e defende a elaboração de políticas públicas que considerem as especificidades dos territórios afetados. Como resumiu a secretária executiva da Rede, Thaynah Gutierrez,

adaptação climática antirracista é o enfrentamento às desigualdades raciais, de gênero, geracionais, sociais, regionais e territoriais, a partir de um conjunto de políticas públicas estruturantes, interseccionais e intersetoriais. Essas políticas devem ter como foco assegurar o bem viver, a proteção das vidas vulnerabilizadas e a conservação dos biomas, por meio de medidas estruturais e emergenciais.³

³ Gutierrez, Thaynah. Vote contra o racismo ambiental e por políticas de adaptação climática antirracista. *Gênero e número*, 19 set. 2024. Acesso em: 17 out. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/vote-racismo-ambiental/>

Como afirma Acselrad (2004), a noção de justiça ambiental expressa uma ressignificação da questão ambiental, promovida por lutas sociais voltadas à justiça social. Ela denuncia os mecanismos que penalizam ambientalmente os mais pobres, revelando uma lógica de acumulação de riqueza que se baseia na degradação ambiental de territórios vulneráveis. É essa dinâmica que se impõe na maior parte dos territórios. Apesar disso, os Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais no Brasil tem sido bastante atuantes em desenvolver distintas estratégias de defesa de seus direitos e de justiça ambiental para seus territórios. Em alguns casos, pagam com a vida por sua luta. O Brasil figura entre os países mais perigosos do mundo para defensores dos direitos humanos e do meio ambiente. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 2009 e 2023 foram registrados mais de 300 assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, sendo que apenas uma pequena fração desses crimes resultou em condenações. Mais do que nunca, a justiça ambiental é hoje uma luta por democracia, equidade e direitos, articulando meio ambiente e justiça social em uma perspectiva indivisível.

Alguns dos defensores que perderam a vida na busca por justiça socioambiental tornaram-se famosos, como Chico Mendes, Dorothy Stang, Paulino Guajajara e Bruno Pereira. Ao enfrentarem o avanço do agronegócio predatório, da mineração e da grilagem, essas lideranças denunciaram o modelo de desenvolvimento excludente que concentra renda, destrói ecossistemas e viola direitos humanos. Sua militância evidencia que a proteção ambiental não pode ser dissociada da luta por dignidade, equidade e acesso à terra. A justiça ambiental é, antes de tudo, justiça social, e só haverá equilíbrio ecológico quando houver respeito à diversidade cultural, étnica e territorial do Brasil.

Diante das múltiplas crises que enfrentamos – ambiental, climática, social, política e civilizatória – é urgente reconhecer que a transformação virá da força coletiva, da escuta dos territórios e do protagonismo dos povos que historicamente resistem à margem do poder. As lutas de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas e de tantos defensores e defensoras da vida nos mostram que justiça ambiental não é um ideal abstrato,

mas uma prática concreta de cuidado, solidariedade e dignidade. Cada denúncia, cada protocolo de consulta, cada monitoramento autônomo, cada gesto de resistência e reconstrução é uma semente de futuro. Por isso, é fundamental que mais pessoas se engajem, se informem e se aliem a esses movimentos. Construir soluções justas e sustentáveis depende da participação ativa de todas e todos, com coragem, sensibilidade e compromisso. O caminho é coletivo e a esperança se fortalece na ação compartilhada.

Uma questão

Informação e organização coletiva são a base para construção de comunidades resilientes às mudanças climáticas. Considerando a realidade do lugar onde você vive, reflita sobre que tipo de problema ambiental pode afetar o lugar; avalie o quanto as pessoas estão informadas sobre os riscos a que estão expostas, se sabem quem são os responsáveis e se conhecem seus direitos. O que você gostaria que sua comunidade pudesse fazer para garantir que os direitos de todos fossem respeitados e o bem-estar da comunidade assegurado?

Referência-chave

Coluna da jornalista Mariana Belmont na revista gênero e número <https://www.generonumero.media/author/mariana-belmont/>

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. *Justiça Ambiental e Cidadania* (2004).
- AGÊNCIA ECO NORDESTE. Você sabe o que é adaptação climática antirracista? Olinda, 2025. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/clima/voce-sabe-o-que-e-adaptacao-climatica-antirracista/>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- BARBOSA, L. G.; ALMEIDA, A. W. B. de. Hidrelétricas e os povos indígenas no Brasil: o caso de Belo Monte. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FASE, 2010.
- BELMONT, Mariana (org.). *Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil*. São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregum; Oralituras, 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>.

FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus, 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação*. São Paulo: ISA, 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *STF confirma: não há marco temporal para a titulação dos territórios quilombolas*. São Paulo: ISA, 13 de março de 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/tags/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-no-3239>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. *Documentos e relatórios técnicos sobre Belo Monte*. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2025.

POVO KISEDJÊ. *Sukande Kasáká: Terra Doente* [vídeo]. Direção: Kamikia Kisedje, Pat-i Kayabi e Takumã Kuikuro. Produção: Coletivo Beture e Instituto Socioambiental. São Félix do Xingu: ISA, 2021. 13 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wf-xgHE9PQQ>. Acesso em: 19 jul. 2025.

GUERRA E NEGACIONISMO: A PAZ COMO CONDIÇÃO PRIMEIRA DE NOSSA SOBREVIVÊNCIA

Luiz Marques¹

A evidência do desastre planetário em curso e a negação dessa evidência, ou ao menos a recusa em admiti-la plenamente, são os dois traços definidores do nosso tempo. Daí a posição central em nossos dias de dois problemas: o negacionismo e a guerra, fenômenos ambos fomentados pela propaganda, pela desinformação e pelo autoengano. Negacionismo é um termo polissêmico, que apresenta diversas facetas e gradações, desde a mais tosca e pueril, típica da extrema-direita, à mais douta e universitária, camuflada na ficção do “capitalismo sustentável”. Ao contrário da acepção original do termo negacionismo, que tentava relativizar ou negar a existência dos campos de extermínio criados pelo Terceiro Reich, o negacionismo contemporâneo tem por foco descreditar o consenso científico. Ele deve ser definido como uma dupla recusa: (1) a recusa em aceitar as evidências científicas e as advertências dos cientistas sobre as causas das catástrofes locais, regionais e globais já observadas cotidianamente; (2) a recusa, mesmo entre os que aceitam essas causas, em agir com a necessária urgência, de modo a mitigá-las tanto quanto ainda possível.

No quadro geral desse desastre planetário, a emergência climática e a aniquilação da biodiversidade são as crises mais sistêmicas. Uma não pode ser pensada sem a outra e a primeira e mais importante mensagem deste artigo é esta: *a estabilidade do clima é a condição de possibilidade das florestas e as florestas são, por sua vez, a condição de possibilidade da estabilidade do clima*. Sem um clima minimamente estável

¹ Luiz Marques é professor livre docente aposentado do Departamento de História (IFCH) da Unicamp. Foi curador-chefe do Museu de Arte de São Paulo (1995-1997). Suas publicações incluem: *Capitalismo e Colapso Ambiental* (2015, 3ª ed. 2018; edição inglesa, 2020); *O Décênio Decisivo. Propostas para uma política de sobrevivência* (2023, 2ª ed. 2025) e *Ecocídio. Por uma (agri)cultura da vida*. (2025).

e sem florestas não há agricultura, estabilidade dos ciclos hidrológicos e, sobretudo, possibilidade de regulação térmica dos organismos. Não podemos – nós e as demais espécies – sobreviver fora de nosso nicho climático.² Trata-se de uma impossibilidade biológica. Essa impossibilidade é indiferente às veleidades dos mercados e às pretensas “balas de prata” da tecnologia. Todo “argumento” que pretenda relativizar essa evidência é um não argumento; é um enunciado que nega o consenso científico; é uma forma de negacionismo.

Mas há muito mais a nos confrontar do que a emergência climática e a aniquilação da biodiversidade. O adensamento (intensificação e maior frequência) de inúmeras crises sistêmicas, agindo em sinergia e reforçando-se reciprocamente, indicam de modo cada vez mais inequívoco o advento de um desastre coletivo. Esboçemos um quadro geral dos mais importantes componentes desse desastre:

1. aumento contínuo do consumo de energia (sobretudo fóssil, mas não apenas);
2. aumento igualmente contínuo da mineração, com inaceitáveis impactos ambientais;
3. aquecimento e desestabilização do sistema climático pela queima de combustíveis fósseis;
4. destruição e degradação das florestas e demais mantas vegetais naturais, sobretudo, pelo agronegócio, maior fator de aniquilação da biosfera e segundo maior fator, em escala global, de aquecimento e desestabilização do sistema climático (no Brasil, é o primeiro);
5. ondas cada vez mais letais de calor e chicotadas hidroclimáticas (alternância de secas e inundações extremas) como efeito dessa desestabilização;
6. globalização do sistema alimentar com substituição da agricultura pelo agronegócio;

² Cf. Chi Xu *et al.*, “Future of the Human Climate Niche”, *PNAS*, 117, 21, p. 11350-5, 26 mai. 2020.

7. antropização³ e degradação biológica dos solos, sobretudo, pelo agronegócio;
8. maior risco de epidemias e pandemias, com maior extensão geográfica de seus vetores e com facilitação de zoonoses pela criação intensiva de animais para a alimentação humana;
9. acidificação, desoxigenação e eutrofização⁴ dos oceanos, além de elevação de seu nível, com destruição dos ecossistemas costeiros e de infraestrutura urbana;
10. aumento explosivo da geração de resíduos, inclusive na estratosfera;
11. intoxicação químico-industrial da biosfera, com adoecimento crescente dos organismos;
12. diminuição acentuada da fertilidade humana e de outras espécies;
13. sobrepesca e destruição generalizada da vida marítima;
14. aumento das espécies invasoras, sobretudo pela globalização do comércio;
15. empobrecimento genético das espécies selecionadas pelo agronegócio;
16. crescente resistência bacteriana ao uso de antibióticos em humanos e outros animais, neste último caso, sobretudo, pelo agronegócio;
17. *Aniquilação da biodiversidade decorrente dos dezesseis fatores precedentes;*

³ NdE: Antropização refere-se à ação e aos processos resultantes da interferência do ser humano no meio ambiente, transformando o ambiente natural e construindo áreas de ocupação humana. A palavra vem do grego *anthropos*, que significa "ser humano", e descreve tanto as atividades sociais, econômicas e culturais quanto as consequências dessas atividades na natureza, como desmatamento, agropecuária, degradação dos solos, poluição químico-industrial, urbanização, mineração, represamento de rios e demais construções de infraestrutura de energia, transportes, telecomunicações etc.

⁴ NdE: Eutrofização (do grego *eutrofos*, bem nutrido) é o processo de enriquecimento excessivo de rios, lagos e mares (sobretudo na área costeira) por matéria orgânica (esgoto) e por excesso de fertilizantes nitrogenados, que causam proliferação de algas, de outras plantas aquáticas e de fitoplâncton. Quando morrem, esses vegetais afundam e fornecem alimento abundante às bactérias que, assim, proliferam. Ao digerir esse alimento, tais bactérias consomem oxigênio e liberam metano. Esse processo resulta em diminuição do oxigênio dissolvido na água (hipóxia) ou mesmo em sua eliminação (anóxia), o que provoca a morte de diversas espécies animais e vegetais e tem um altíssimo impacto para os ecossistemas aquáticos, criando as chamadas "zonas mortas".

18. riscos crescentes de novas tecnologias (geoengenharia, nanotecnologia, nuclear etc.);
19. opacidade, transferência crescente de poder decisório aos algoritmos e aumento exponencial de seu consumo energético, inviabilizando sua descarbonização;
20. emprego desses algoritmos para a substituição e precarização do trabalho;
21. manipulação de comportamentos por esses algoritmos, exacerbando o individualismo;
22. emprego desses algoritmos para fomentar o descrédito à ciência e à democracia;
23. surtos de irracionalismo e, em particular, do fanatismo religioso;
24. aumento sem precedente das desigualdades e concentração de poder nas mãos de oligarquias econômicas;
25. financeirização extrema da esfera econômica e redução dos Estados à função de devedores, facilitadores e gestores da engrenagem financeira;
26. preponderância da economia como critério de avaliação do sucesso das sociedades;
27. repressão crescente aos movimentos ecológicos e aos apelos à paz;
28. recrudescimento do patriarcalismo, do racismo e de ideologias nacionalistas e nazifascistas;
29. aumento dos orçamentos militares em escala global;
30. *Proliferação de guerras e de conflitos armados, decorrente dos 29 fatores precedentes.*

Embora de tipos e naturezas muito diversas, essas facetas do desastre planetário em curso são aspectos de uma única catástrofe civilizatória a que se dá o nome de capitalismo globalizado (aí incluídos, obviamente, a Rússia e a China). Ela pode ser melhor caracterizada como o limite terminal de nossa civilização baseada na insaciável voracidade energética, na destruição da biosfera, na acumulação e concentração

de capital por megacorporações, na dissociação homem-natureza e na ideologia de que não há outro mundo possível.

Nesse quadro geral, a emergência climática, a aniquilação da biodiversidade, a intoxicação planetária e as guerras têm potencial, mesmo consideradas isoladamente, para ameaçar existencialmente as civilizações humanas e a sobrevivência de milhões de espécies, a nossa incluída. Mas elas estão associadas entre si e agem em sinergia com as demais crises acima enunciadas, de modo que o caos que elas estão em vias de engendrar torna-se uma quase certeza. Ocorre que há um bloqueio cognitivo, ideológico, emocional e psicológico das sociedades em aceitar e compreender essa quase certeza. E esse bloqueio, vale dizer, o negacionismo contemporâneo em todas as suas graduações, é, ele próprio, fator decisivo na passagem da quase certeza para a certeza. O negacionismo contemporâneo torna-se, assim, o fator decisivo a nos precipitar nesse caos. Ele é o maior responsável pela baixa reatividade das sociedades face à ruína que já começa a se abater sobre a vida na Terra.

1. A proliferação de guerras a partir do segundo decênio

Essa baixa reatividade exprime-se, antes de mais nada, na incapacidade das sociedades de evitar a proliferação em curso das guerras. A partir de 2011, eclodem as guerras ainda em curso na Síria, na Líbia (com o massacre da população civil por sete mil incursões de bombardeio da OTAN em 2011), no Iêmen (a partir de 2014) e em diversos países da África subsaariana. A crescente insegurança alimentar é a primeira consequência desses conflitos. Segundo a FAO, após decênios de progressos contínuos na diminuição da insegurança alimentar, inverte-se após 2014 essa tendência com maior generalização da insegurança alimentar, intensificada por governos neoliberais e, mais recentemente, pela pandemia, pela guerra da Ucrânia e demais guerras.

A partir do terceiro decênio, guerras e conflitos armados internos ou entre dois ou mais Estados nacionais alastram-se ainda mais pela África, Ásia e Europa. Alguns exemplos disso são as guerras que eclodem entre

2021 e 2025 em Mianmar, Ucrânia, Sudão e Etiópia, as recentes guerras de agressão de Israel ao Líbano, Síria e Irã, bem como o genocídio do povo palestino pelas forças armadas de Israel com armas e apoio dos EUA e da Europa, e com a mais total indiferença dos países árabes (2023-2025). O Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) inventariou 56 Estados nacionais em conflito armado em 2022, cinco a mais do que em 2021.⁵ O relatório de 2025 do SIPRI registra despesas militares globais de mais de 2,7 trilhões de dólares em 2024, um aumento de 9,4% em termos reais (já descontada a inflação) em relação a 2023 e o maior aumento desde 2009.

2. Os modelos climáticos e as guerras

Há um segundo tipo de negacionismo em relação a outra evidência igualmente inequívoca: as guerras excluem qualquer possibilidade de governança global democrática, sem a qual não há chance de desacelerar o desastre planetário. Os anos 2023 e 2024 foram os mais quentes dos últimos onze milênios e mesmo, provavelmente, dos últimos 120 mil anos, ou seja, do período mais quente do Eemiano, o último período interglacial. Desde julho de 2023, a hipótese de que o aquecimento médio global houvesse igualado ou mesmo superado o pico das temperaturas do Eemiano começou a ser largamente admitida, inclusive pela ONU: “É oficial: a temperatura média global em julho de 2023 foi a mais alta já registrada e provavelmente a mais alta em pelo menos 120 mil anos”.⁶ A ONU repercutia o Copernicus, a agência europeia do clima, na voz de sua diretora adjunta, Samantha Burgess, que acabara então de afirmar que o planeta “não tem estado tão quente nos últimos 120 mil anos”.⁷ Afirmações de que as temperaturas médias globais em 2023-2024 haviam sido as maiores dos últimos 120 ou 125 mil anos começaram a ser amplamente

⁵ Cf. Stockholm International Peace Research Institute, *SIPRI Yearbook 2025*.

⁶ Cf. “It’s official: July 2023 was the warmest month ever recorded”. United Nations, 8 de agosto de 2023: “The global average temperature for July 2023 was the highest on record and likely for at least 120.000 years”.

⁷ Cf. BURGESS, Samantha. “It has not been this warm for the last 120.000 years” (citada na nota precedente).

divulgadas na imprensa. Em dezembro de 2023, a *Science News*, por exemplo, escreveu: “A Terra acaba de ter os doze meses mais quentes em quase 150 anos de registros – e provavelmente nos últimos 125 mil anos – devido às mudanças climáticas causadas pelo homem”.⁸ Em vista disso, muitos cientistas têm cogitado se nosso sistema climático não teria entrado em “território desconhecido” e não escondem sua perplexidade diante da velocidade extrema de sua desestabilização e da antecipação de seus impactos.⁹ Há, de fato, um vívido debate na comunidade científica a respeito do poder preditivo dos modelos climáticos ou, mais concretamente, acerca das discrepâncias entre, de um lado, as projeções de um aquecimento médio global de 2 °C ou mais já nos anos 2030 acima do período pré-industrial¹⁰ e, de outro, as simulações projetadas pela sexta geração dos modelos climáticos (CMIP6) utilizados pelo IPCC. Como bem sintetizado por Gavin Schmidt, “essas simulações utilizam concentrações históricas de GEE e emissões de aerossóis até 2014, e a partir de então um cenário intermediário (SSP2-4.5), que apresenta aumentos contínuos de CO₂ e CH₄, bem como reduções previstas nas emissões de aerossóis”.¹¹ O IPCC traça cinco cenários de emissões de gases de efeito estufa, com cinco correlativos níveis de aquecimento até 2100. Eles representam uma combinação de cinco Trajetórias Socioeconômicas Compartilhadas (SSP = *Socioeconomic Shared Pathways*) e de cinco forçamentos radiativos resultantes em 2081-2100, medidos em Watts por m² (W/m²) no topo da atmosfera. Esses cenários climáticos são chamados Trajetórias Representativas de Concentrações Atmosféricas de Gases de Efeito Estufa (*Representative Concentration Pathways* ou RCP), implicando diferentes forçamentos radiativos no final do século: 1,9;

⁸ Cf. GRAMLING, Carolyn. “Earth’s hottest 12 months on record”, *Science News*, 2 de dezembro de 2023; BERARDELLI, Jeff. “We’re experiencing Earth’s hottest weather in 120.000 years, and it’s just getting started”, *The Hill*, 7 ago. 2023.

⁹ Cf. RIPPLE, William *et al.* “The 2023 state of the climate report: Entering uncharted territory”. *BioScience*, 24 out. 2023; SCHMIDT, Gavin. “Climate models can’t explain 2023’s huge heat anomaly — we could be in uncharted territory”. *Nature*, 19/III/2024; “Climate change impacts ‘heading into uncharted territory’, warns UN chief”. *UN News*, 13 nov. 2022.

¹⁰ Cf. HANSEN, James *et al.* “Global Warming in the pipeline”. *Oxford Open Climate Change*, 3, 1, 2 nov. de 2023.

¹¹ Cf. SCHMIDT, Gavin. “Much ado about acceleration”. *Real Climate*, 4 abr. 2024.

2,6; 4,5; 7 e 8,5 W/m². Esses cinco cenários são assim designados: SSP1-1.9, SSP1-2.6, SSP2-4.5, SSP3-7.0 e SSP5-8.5. O cenário central adotado pelos modelos climáticos empregados pelo IPCC é, como dito, o cenário intermediário: SSP2-4.5.

Não me compete tomar partido nesse debate. Mantenhamos em mente, em todo o caso, que modelos são abordagens aproximativas da realidade e que suas projeções podem eventualmente se revelar demasiado conservadoras. Não há nenhum desdouro nisso. Isso posto, é talvez lícito se indagar se não estaríamos hoje num cenário mais elevado de forçamentos radiativos, vale dizer, SSP3-7.0 ou mesmo SSP5-8.5, o que levaria a um aquecimento médio global entre 3,5 °C e 4,5 °C em 2081-2100 acima do período pré-industrial (1850-1900), com incertezas que podem atingir um aquecimento de quase 6 °C nas duas últimas décadas do século XXI.¹² Isso por duas razões:

1) a queima de combustíveis fósseis permanece crescente neste decênio, não há perspectivas de um pico desse consumo num horizonte discernível e mesmo que ele ocorra, ele não deve diminuir significativamente após 2050, mantidos os investimentos atuais das grandes corporações, públicas e privadas, nesses combustíveis. Além disso, os incêndios florestais vêm aumentando de modo imprevisto nas florestas boreais, temperadas e tropicais;

2) muitas são as hipóteses que explicariam por que a desestabilização do sistema climático está ocorrendo na faixa mais alta dos modelos climáticos ou eventualmente ainda mais rapidamente do que previsto por esses modelos, mas há uma hipótese ainda não levantada e que me atrevo a cogitar: os modelos climáticos não previam, nem podiam prever, um poderosíssimo acelerador das crises ambientais de nossos dias. Esse acelerador são as guerras, que se multiplicam, colocam a geopolítica no centro das tomadas de decisão, além de intoxicar os espíritos, envenenar a política em escala global e bloquear qualquer possibilidade de governança climática. Elas reforçam, a cada dia, os piores presságios. A monstruosa máquina global de guerra engoliu recursos globais da ordem de US\$ 1,92 trilhão em 2019, US\$ 2,24

¹² Cf. IPCC, Sixth Assessment Report (AR6), Summary for Policymakers, 2021, p. 13.

trilhões em 2022, US\$ 2,43 trilhões em 2023 e, como dito, mais de US\$ 2,7 trilhões em 2024, conforme dados acessíveis aos estudiosos do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). Obviamente, esses cálculos não incluem os orçamentos secretos, por certo vultosos, nessa área opaca e tentacular das “defesas nacionais”. Deve-se ter em mente também que, embora as guerras e toda a economia de guerra que gravita em torno delas sejam grandes emissoras de GEE, tais emissões não entram nos inventários nacionais de emissões, a partir dos quais a Convenção-Quadro do Clima (1992) e os modelos climáticos calculam as emissões globais desses gases. Ocorre que as estimativas aproximadas dessas emissões já eram gigantescas antes mesmo dos últimos desenvolvimentos das guerras da Ucrânia e do Oriente Médio. Como mostra um relatório de novembro de 2022:

É inerentemente difícil estimar as emissões totais de gases de efeito estufa das forças armadas mundiais. No entanto, os dados disponíveis indicam que essa contribuição pode ser muito grande. (...) Descobrimos que a pegada militar total de carbono é de cerca de 5,5% das emissões globais. Se as forças armadas do mundo fossem um país, este teria a quarta maior pegada de carbono nacional do mundo – maior que a da Rússia.¹³

3. O agravamento dos impactos

A velocidade atual do aquecimento médio global é de pelo menos 0,3 °C por década,¹⁴ o que significa que, doravante, mesmo sem mais aceleração (hipótese improvável), a cada cerca de três décadas a temperatura média global aumentará ainda mais 1 °C, ou seja, tanto quanto em cerca de um século (1920-2015). Como dito acima, é ainda matéria de debate na comunidade científica se a aceleração recente do aquecimento já supera ou é ainda consistente com os piores cenários

¹³ Cf. PARKINSON, Stuart & COTTELL, Linsey. “Estimating the Military’s Global Greenhouse Gas Emissions”. Scientists for Global Responsibility & Conflict and Environment Observatory, novembro de 2022.

¹⁴ HANSEN, James *et al.* “Global Warming in the pipeline”. *Oxford Open Climate Change*, 3, 1, 2 de novembro de 2023, Fig. 21, atualizado em James Hansen, Makiko Sato & Pushker Kharecha, “Groundhog Day. Another Gobsmaekingly Bananas Month. What’s Up?”. 4 jan. 2024.

dos modelos climáticos, mas é certeza que seus *impactos* superaram as precisões desses modelos. Sim, a violência destrutiva dos impactos do aquecimento está superando as previsões científicas. O próprio IPCC, frequentemente considerado demasiado reticente em suas avaliações,¹⁵ admitiu abertamente em 2022 que os impactos do aquecimento recente e atual têm se mostrado mais graves do que previstos nos relatórios precedentes para os níveis de aquecimento até aquela data. Tal admissão é formulada com clareza cristalina: “a extensão e magnitude dos impactos das mudanças climáticas são maiores do que as estimadas nas avaliações anteriores (*alta confiabilidade*)”.¹⁶

Secas, inundações, incêndios florestais monstruosos, degelo, elevação do nível do mar e ondas de calor terrestre e marítima tornaram-se neste terceiro decênio o cotidiano de bilhões de pessoas e matéria cotidiana em toda a imprensa digna desse nome. Ondas de calor mais longas, mais intensas e geograficamente mais extensas, mesmo antes do verão, estão se tornando o novo normal. Entre janeiro e maio de 2024, antes portanto do verão setentrional, mais de 1,5 bilhão de pessoas no mundo todo (cerca de um quinto da população mundial) sofreram durante ao menos um dia índices de calor (uma combinação entre calor à sombra e umidade relativa do ar, chamada índice de bulbo úmido¹⁷) superiores a 39,4 °C, limiar que o National Weather Service dos EUA considera como comportando risco de vida, mesmo para pessoas saudáveis.¹⁸ Algumas regiões do globo já estão sofrendo temperaturas que ultrapassam o limite fisiológico

¹⁵ Cf. HANSEN, James. “Scientific reticence and sea level rise”, *Environmental Research Letters*, 24/N/2007; BRYSSSE, Keynyn *et al.* “Climate change prediction: Erring on the side of least drama?”. *Global Environmental Change*, I, fevereiro de 2013, p. 327-337; WALDMAN, Scott. “IPCC. Was the scary report too conservative?”. *E&E News Reporter*, 11 out. 2018.

¹⁶ Cf. IPCC, *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Abril, 2022.

¹⁷ Cf. NASA Science Editorial Team, “Too Hot to Handle: How Climate Change May Make Some Places Too Hot to Live”, 9/III/2022: “Originalmente, a temperatura do bulbo úmido era medida enrolando-se um pano úmido em volta do bulbo de um termômetro exposto ao ar. À medida que a água evaporava do pano, o termômetro registrava a queda na temperatura. Quanto maior a umidade relativa, menos umidade evapora antes de que o bulbo e o ar circundante tenham a mesma temperatura. Hoje, a temperatura de bulbo úmido é normalmente calculada com instrumentos eletrônicos em estações meteorológicas”.

¹⁸ Cf. STEVENS, Harry. “More than 1.5 billion people have faced dangerous heat this year”. *The Washington Post*, 7 jun. 2024.

dos humanos, definido como uma exposição de até seis horas a 35 °C no índice de temperatura de bulbo úmido (alta temperatura em um ambiente com alta umidade relativa do ar).¹⁹ O aumento da letalidade por excesso de calor vem aumentando explosivamente no Oriente Médio, na Ásia Central, na América do Norte, na Europa e no subcontinente indiano,²⁰ onde são agora comuns temperaturas oscilando entre 49 °C e 52 °C. Na Arábia Saudita, durante a semana do Hajd, em 2024, a peregrinação anual à Meca, registraram-se mais de mil mortes por excesso de calor. Segundo um comunicado do Ministério da Saúde saudita: “Os lugares santos registraram hoje [16 de junho de 2024] as temperaturas mais elevadas desde o início do *hajd*, que podem atingir 49 °C. Aconselhamos os convidados de Deus a não se exporem ao sol”. O serviço meteorológico saudita anunciou que, nesse dia, a temperatura em Meca atingiu 51,8 °C, temperatura que se manteve inalterada nos dias sucessivos. Nesses sítios sagrados para os muçulmanos, as temperaturas estão aumentando à taxa de 0,4 °C por década, de modo que ao longo do segundo quarto deste século tais localidades deverão se tornar inacessíveis aos humanos no verão e isso mesmo sem aceleração ulterior.²¹ Na Europa, no biênio 2022-2023 registraram-se cerca de 120 mil mortes em excesso, direta ou indiretamente associadas ao calor extremo.²² Na Índia, dados provisórios do National Centre for Disease Control (NCDC) mostram que cerca de 25 mil mortes podem ter sido ocasionadas pela onda de calor que se abateu sobre esse país entre março e maio de 2024, e isso sem considerar ainda as mortes ocorridas no mesmo período em Nova Deli, Uttar Pradesh e Bihar.²³

¹⁹ Cf. RAYMOND, Colin, MATTHEWS, Tom & HORTON, Radley. “The emergence of heat and humidity too severe for human tolerance”. *Science Advances*, 8 mai. 2020.

²⁰ Cf. TUNIO, Zoha. “An Unprecedented Heat Wave in India and Pakistan Is Putting the Lives of More Than a Billion People at Risk”. *Inside Climate News*, 7 mai. 2022.

²¹ Cf. “En Arabie saoudite, plusieurs morts liées à la chaleur durant le hadj”. *Le Monde*, 18 jun. 2024; “Plus de 1000 pèlerins sont morts à La Mecque pendant le hadj, alors que les températures dépassent les 50 °C”. *Le Monde*, 21 jun. 2024.

²² Cf. BALLESTER, Joan *et al.* “Heat-related mortality in Europe during the summer of 2022”. *Nature Medicine*, 29, 2023, p. 1857-1866.

²³ Cf. “56 confirmed deaths due to heat stroke recorded in India in last 3 months”, *Deccan Herald*, 1 jun. 2024.

As vítimas dos impactos conjugados da emergência climática e das guerras não cessam de aumentar. O Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), de Genebra, contabilizou, apenas em 2023, deslocamentos internos de 75,9 milhões de pessoas no mundo todo, o que representa um novo recorde mundial, sendo que, desse total, 68,3 milhões perderam seus locais de residência por causa de guerras e conflitos armados e 7,7 milhões em decorrência de desastres, a maior parte deles causados ou exacerbados pela emergência climática e pelo desmatamento. O número de deslocados internos cresceu 50% nos últimos cinco anos.²⁴ De seu lado, o Global Report on Food Crises 2024 contabiliza 90,2 milhões de pessoas desalojadas em 2023, sendo 64,3 milhões em deslocados internamente em 38 países ou territórios e 26 milhões de refugiados em busca de abrigo em outros países, um aumento ininterrupto de vítimas desde 2013

4. O imperativo da revalorização da política

O único denominador comum em meio às guerras, ao imenso sofrimento e à destruição ambiental imperante é o negacionismo, ou seja, a incompreensão de que o que está em jogo, aqui e agora, é nossa sobrevivência como sociedades organizadas bem como a de grande parte das espécies (das quais, de resto, dependemos existencialmente). Dito em outras palavras, as guerras e a energia dispendida em acusações mútuas e em retóricas de confronto relegam às calendas gregas a aplicação dos acordos globais para cessar a queima de combustíveis fósseis e a destruição da biosfera pelo agronegócio e pela mineração. É exatamente esse o objetivo das megacorporações e dos gestores de fundos financeiros trilionários, que investem no sistema energético fóssil e alimentar globalizado, na indústria bélica, no financiamento da dívida pública, nas campanhas eleitorais, nos *think tanks*, nos partidos e na grande imprensa. Pois enquanto a guerra da Ucrânia, as barreiras aduaneiras de Trump e as “intenções ocultas” de Putin

²⁴ Cf. “Conflicts drive new record of 75.9 million people living in internal displacement”. IDMC, 14 mai. 2024.

forneem o pão cotidiano dos analistas e ocupam as manchetes dos jornais, perde-se, tragicamente, de vista a percepção do essencial: a destruição vertiginosa das bases planetárias, biológicas e geofísicas, que viabilizam *qualquer* projeto social.

Se não houver uma reação política das sociedades à altura da extrema gravidade desse poliédrico desastre planetário, a condenação ao pior é inapelável. Essa reação política contra o caos tem por condição primeira de possibilidade a revalorização da política e a recusa da guerra. Clausewitz está errado quando afirma que a guerra é a continuação da política por outros meios.²⁵ Essa tese é repetida *ad nauseam* pelos que a consideram inevitável, posto que resultante da agressividade de nossa espécie. Ninguém ignora que nossa espécie é extremamente agressiva e que a guerra é parte constitutiva da história humana. Mas justamente por isso a política é a mais importante invenção de nossa espécie, pois sua finalidade é dupla. Antes de mais nada, a política permite conter e controlar essa agressividade, sublimá-la e canalizá-la para o jogo de enfrentamentos *civis e pacíficos* entre grupos sociais, entre alianças partidárias, parlamentares e eleitorais. É justa a inversão da fórmula de Clausewitz proposta por Michel Foucault, quando afirmou em 1976 que “a política é a guerra continuada por outros meios”.²⁶

Mas se a política é a forma civil de guerra pela qual se pode evitar a guerra, ela é também a invenção pela qual é possível fortalecer a outra componente constitutiva de nossa espécie e de nossa história: a cooperação. A política permite imaginar outras formas de civilização nas quais a linguagem, a lógica, a empatia, a tentativa de compreender a alteridade, o conhecimento da experiência histórica, os padrões de causalidade, a argumentação, o direito e as aspirações à justiça têm melhores condições de prevalecer sobre nossa agressividade. Política e linguagem são duas faces da mesma moeda. Ambas constituem em geral o domínio do simbólico e do imaginário e é delas que se faz a

²⁵ Cf. VON CLAUSEWITZ, K. *De la guerre* [1832], NAVILLE, D. (trad.) Paris, 1955, p. 67.

²⁶ Cf. FOUCAULT, Michel, “Il faut défendre la société”. Cours au Collège de France, 1975-1976, Paris, 1997, p. 15-16, citado por HÉRISSON, Audrey. “Clausewitz versus Foucault: regards croisés sur la guerre”. *Cahiers de philosophie de l’Université de Caens*, 55, 2018, p. 143-162.

substância do melhor de qualquer civilização. A guerra, ao contrário, é a negação do poder da linguagem e, portanto, a desistência do projeto humano. Hoje, mais do que nunca, a guerra precisa ser evitada, se temos, de fato, alguma intenção de sobreviver.

5. O negacionismo como estupidez

Nada disso é novidade. Datam do século XIX e, mais densamente, dos anos 1960, os primeiros alertas coletivos e sistemáticos dos cientistas sobre o que o futuro nos reservava. Em 1962, Rachel Carson lançou um libelo fundamental contra o uso de agrotóxicos em seu admirável *Primavera Silenciosa*. O termo “aquecimento global” irrompe na literatura científica já em 1975, num famoso artigo de Wallace Broecker publicado na revista *Science*. Em 1979, o relatório Jules Charney afirmava: “Temos agora evidência incontrovertível de que a atmosfera está de fato mudando e que nós próprios contribuimos para essa mudança. As concentrações atmosféricas de CO₂ estão aumentando continuamente e essas mudanças estão ligadas ao uso humano de combustíveis fósseis e à exploração da terra”. E já desde seu primeiro relatório, que remonta a 1990, o IPCC, ainda que se possa criticá-lo por uma ênfase excessiva na incerteza e por sua linguagem hermética, não cessou de advertir os governos e as sociedades sobre a trajetória em que nos encontrávamos e ainda nos encontramos.

Isso posto, o mais grave e penoso nesse cenário de regressões e ruína não é a certeza de que os próximos decênios serão piores do que os decênios passados e mesmo piores do que tudo o que a humanidade já sofreu. O mais grave e penoso é saber que esse sofrimento presente e futuro poderia ainda ser em grande parte evitado, mas não está sendo. O mais grave e penoso, em suma, é que a ciência, os movimentos políticos progressistas e mesmo a experiência imediata da realidade parecem ainda incapazes de penetrar a carapaça da estupidez negacionista.

Hesitei longamente em empregar o termo estupidez, dada sua carga ofensiva. De resto, circunscrever seu significado contemporâneo

específico não é fácil, já que o termo original *stupiditas* assumiu significados diversos ao longo da história, desde a privação involuntária das faculdades intelectuais até um vício moral, como no famoso afresco homônimo de Giotto na Capela Scrovegni em Pádua (1303-1305). O termo estupidez não se aplica, obviamente, às pessoas e sociedades privadas de acesso à informação científica, inclusive porque, não raro, essas pessoas e sociedades percebem melhor a realidade do que as pessoas e sociedades com maior grau de escolaridade e educação formal.

Defino a estupidez no presente contexto histórico de modo puramente descritivo, como atitude qualitativamente diferente de um simples e genérico negacionismo. Negar a esfericidade e/ou as idades geológicas da Terra são exemplos de um negacionismo inconsequente, pois a forma e a idade do nosso planeta não alteram em nada a sobrevivência dos que professam tais crenças pueris. A estupidez é algo muito mais grave. Trata-se de recusar obstinadamente uma evidência científica (ou subestimar a gravidade do que ela revela), mesmo sabendo que tal recusa *implica a própria ruína*. Pessoas e sociedades de posse de informação qualificada, que, ainda assim, negam a ameaça existencial iminente que o colapso socioambiental em curso representa, para elas próprias e para os seus descendentes, trabalham para acelerar e agravar esse colapso, ou seja, trabalham contra elas próprias. A estupidez é motivada, antes de mais nada, obviamente, por interesses econômicos, pois o dinheiro é a droga mais pesada, mais escravizante de todas. O dinheiro cega, abole o juízo e o mais elementar senso do bem comum. A pulsão por acumular riqueza é, por certo, a fonte maior de toda estupidez. Mas a estupidez resulta também da atribuição ao “outro” de erros próprios ou compartilhados, de uma falta de senso de urgência diante de ameaças presentes ou iminentes, de um bloqueio mental em relação à prioridade da paz, de um investimento arrogante na própria certeza e na própria ignorância, de um desprezo irracional pela ciência sempre que esta afirma algo inquietante e, mais frequentemente, de um misto de todos esses fatores.

6. Conclusão

Contra essa engrenagem da guerra, do negacionismo e da estupidez, que nada tem de inevitável, é preciso reagir. É preciso afirmar que somos capazes, como indivíduos e como sociedades, de pôr um ponto final na procrastinação das políticas de sobrevivência. Essa reação é uma aposta numa aliança renovada entre princípios herdados da história e a imaginação de um planeta futuro ainda habitável para os jovens de hoje e para as gerações vindouras. Ela pode se expressar em cinco pontos programáticos:

- 1) a democracia, entendida não como um *slogan*, mas como soberania popular participativa e como controle efetivo dos governantes pelos governados, tem o poder de vencer as oligarquias, sejam estas exercidas por regimes ditatoriais ou pelo cinismo das engrenagens corporativas e financeiras. A democracia é a única via pela qual se pode combater e atenuar o desastre planetário;
- 2) as sociedades têm a faculdade de compreender seus próprios desafios, por mais complexos que sejam, e essa compreensão é um passo fundamental no processo de seu enfrentamento. Decisões coletivas racionais podem prevalecer sobre as pulsões agressivas de nossa espécie e sobre as campanhas de ódio e de desinformação impulsionadas pelas *Big Techs*;
- 3) a questão social e a questão ecológica são indissociáveis. No século XXI, elas se tornaram uma única e mesma questão, ainda pouco assimilada por setores hegemônicos do campo progressista. Em outras palavras, todo problema social só pode ser considerado resolvido se redundar em diminuição da interferência antrópica sobre o sistema Terra e se redundar *também* em diminuição das desigualdades entre os humanos e entre estes e as demais espécies;
- 4) resolver problemas da magnitude dos que hoje nos confrontam supõe abandonar gradualismos e aceitar o desafio de empreender uma ruptura civilizacional, com seus riscos altos e

inevitáveis, dada a natureza inerentemente conflituosa do processo histórico. Essa ruptura, contudo, só será possível e efetiva se for política, isto é, sem intervenção de militares, setor primitivo e parasitário da sociedade que pode e deve, enfim, se extinguir no curso dessa mutação civilizacional;

- 5) os que consideram essa tarefa irrealista devem entender que não tentar realizá-la é ainda mais irrealista, pois a trajetória atual, com suas mudanças cosméticas e a passo de lesma, nos condena a um planeta largamente inabitável no horizonte dos próximos decênios.

Questões

- 1) Como entender a interação entre emergência climática e aniquilação da biosfera?
- 2) Por que a exigência de paz é o ponto de partida na formulação de uma política de sobrevivência?



NOVAS LENTES PARA UM NOVO OLHAR: A CAUSA INDÍGENA

Rafael Martins¹ e Lucia Giancesini²

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua há mais de 50 anos na defesa dos direitos e da vida dos povos indígenas no Brasil. Nossa organização se dá por meio de Equipes Regionais presentes em todo o país, que atuam diretamente junto às comunidades indígenas, e do Secretariado Nacional, que articula as lutas e incidências políticas em âmbito federal.

Nossos principais objetivos são:

- **apoiar a luta** pela demarcação e proteção dos territórios indígenas;
- **denunciar** as violências e violações de direitos contra os povos originários;
- **anunciar** suas culturas, espiritualidades e modos de vida como dons para a humanidade;
- **ser ponte** de diálogo entre a sociedade não indígena e os povos indígenas;
- **dialogar** com as igrejas locais para que seja garantida, na pastoral de conjunto, uma linha inculturada e libertadora no acompanhamento dos povos indígenas.

Nossa atuação não se baseia em uma missão *para* os indígenas, mas sim numa missão *com* os indígenas. Aprendemos que nosso papel fundamental é o de conviver, numa atitude de escuta, que gera o apoio às suas vozes e lutas. É a partir dessa convivência,

¹ Rafael Martins é historiador, graduando em direito, missionário leigo e membro do CIMI Sul, compondo a Equipe São Paulo.

² Lucia Giancesini é assistente social, irmã Catequista Franciscana, e membra do CIMI Sul, compondo a Equipe São Paulo.

desse caminhar lado a lado nas lutas e nas celebrações, que acumulamos as reflexões que partilhamos aqui.

Este texto é um convite. Um convite para experimentarmos olhar o mundo, e especialmente a realidade dos povos indígenas, através de um novo conjunto de lentes. Essas lentes foram forjadas a partir da caminhada realizada, especialmente no retorno das comunidades indígenas após um período de convivência, também nas rodas de conversa com não indígenas e, sobretudo, a partir da escuta profunda e do aprendizado com os próprios povos originários.

Elas não são um manual definitivo, mas ferramentas de percepção que nos ajudam a evitar os equívocos mais comuns. Nosso objetivo é que, ao nos deparar com uma pessoa ou uma cultura indígena, possamos nos aproximar de sua singularidade, reconhecendo nela uma alternativa válida e profunda de compreensão da vida. O maior cuidado que devemos ter é o de não comparar ou tentar encaixar o novo em categorias que já conhecemos. Quando fizermos isso, corremos o grave risco de perder a essência e o significado daquilo que é único.

Abaixo, apresentamos **seis lentes** que consideramos fundamentais para esse exercício!

O cenário da diversidade indígena

Antes de usarmos as lentes, é crucial entendermos a magnitude da diversidade que estamos olhando. O Brasil é casa de mais de 300 povos indígenas, que falam mais de 170 línguas distintas. Esta não é uma diversidade numérica, mas de mundos diferentes. Cada povo possui seu próprio idioma, sua cosmovisão, mística e espiritualidade, sua organização social, sua culinária e sua arte.

O povo Yanomami, da floresta amazônica, por exemplo, vive e se relaciona com o território de uma forma diferente do povo Pankararu, do sertão pernambucano, ou do povo Guarani Mbya, que habita regiões litorâneas. Não existe “o indígena”. Existem os *povos indígenas*, cada um com sua história e particularidades. Reconhecer esta diversidade é o primeiro passo para abandonar estereótipos e se abrir para a riqueza de cada encontro.

Lente 1: Território

Para a maioria dos povos indígenas, a relação com a terra não é de posse, mas de pertencimento. Não se trata de um bem a ser explorado, comprado ou vendido (terra), mas de um território ancestral, pleno de significado, história, espiritualidade e vida. É a Mãe Terra.

A noção de propriedade privada é estranha a essa concepção. O território é compreendido como a *casa comum*, uma extensão do próprio corpo. Tudo o que acontece com a terra acontece com o corpo. Destruir uma floresta ou contaminar um rio é tão grave quanto mutilar um membro. Essa relação é a chave para entender sua espiritualidade, seu modo de produção alimentar, sua mobilidade e, em última instância, a essência do bem viver – que é viver em pleno equilíbrio com este todo.

Lente 2: Tempo – O tempo é movimento

Em nossa sociedade, ouvimos constantemente que “tempo é dinheiro”. Nossa relação com o tempo é linear, escassa e produtivista. Para muitos povos indígenas, o tempo é cíclico, abundante e relacional. Como afirmou o indígena Kamony Kariri Xocó: “tempo é movimento”.

Se nos movermos muito (física ou mentalmente), temos a sensação de que o tempo passa rápido. Se nos movermos com calma, o tempo se dilata. Os povos indígenas nos convidam a vivenciar outro tempo: o tempo da escuta atenta, do silêncio que fala, do caminhar que sente o chão, da paciência com os processos da natureza e da comunidade. Suas formas de organização social, política, de ensino e de cuidado com a saúde exigem e cultivam essa outra relação temporal. Vale nos perguntarmos: o que orienta a forma de como nos relacionamos com o tempo hoje?

Lente 3: Colonização – Desnaturalização das nossas certezas

Precisamos assumir: nossos olhares estão carregados de parâmetros coloniais que ditam o que é “certo” e o que é “errado”. No mundo, com mais de 8 bilhões de pessoas, 10 mil religiões e 7 mil idiomas,

acreditar que nosso modo de vida é o único válido, ou o “melhor”, é um profundo equívoco.

Esta lente nos desafia a não julgar antes de conhecer. O maior desafio talvez não esteja nos grandes temas, mas nas micro decisões do cotidiano: o que eu entendo por “uma família organizada”? O que considero “uma fala correta”? O que é “cuidado”? O que é “felicidade” e “sucesso?” Colocar esta lente é questionar constantemente se estamos usando nossas referências para medir realidades que operam sob outros códigos completamente diferentes e válidos.

Os povos indígenas apresentam modos próprios de metodologias e pedagogias. A oralidade, o lugar dos anciões, os ensinamentos com outros seres vivos, como a folha, a árvore ou o canto do passarinho, estão presentes nas diversas outras formas e formatos que existem de aprendizado. Como estamos abertos a aprender de outra forma?

Lente 4: Espiritualidade – A vida como rito contínuo

A espiritualidade indígena não é um segmento da vida, uma prática para os domingos ou um conjunto de dogmas. A espiritualidade é a vida. Está presente no plantar e colher, no cozinhar, no curar, no cantar, no sonhar e no morrer.

Para alguns povos indígenas, por exemplo, há mais dias no ano dedicados a ritos e cerimônias do que dias “comuns”. É uma espiritualidade que permeia a relação com os ancestrais, com os espíritos da floresta, com os animais e com todos os elementos da natureza. Enquanto houver vida, o povo indígena viverá sua espiritualidade, pois uma não existe sem a outra.

Lente 5: A cultura é viva

Temos um imaginário congelado do indígena do passado, aquele da carta de Pero Vaz de Caminha. Criamos a ideia absurda de que eles devem permanecer assim, como se nós, não indígenas, ainda vestíssemos armaduras e navegássemos em caravelas pelo oceano.

Toda cultura é viva e se transforma! A cultura de um povo é a cultura que ele vive hoje. Sempre circularam objetos entre os povos. A lança, outrora, foi uma tecnologia que se espalhou. O celular, hoje, é uma ferramenta poderosa de comunicação e luta. Usá-lo não desqualifica sua cultura, pelo contrário, é sinal de sua vitalidade e capacidade de adaptação.

O mesmo vale para o fenótipo. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, é natural e esperado que exista uma imensa diversidade de traços físicos entre os povos originários. Não existe “a cara do índio”. Existem “faces” plurais da resistência e da existência contemporânea.

Lente 6: Direitos originários

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece que os povos indígenas têm direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Isso significa que seu direito é anterior à própria formação do Estado brasileiro. Mas este direito não é apenas sobre a terra; é sobre seus modos de vida.

Antes do SUS, os povos indígenas já possuíam complexos e eficazes sistemas de cuidado com a saúde. Antes do MEC, já possuíam seus próprios processos educativos e de transmissão de conhecimento. O artigo constitucional pauta a obrigação de o Estado demarcar seus territórios e, mais do que isso, de respeitar suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições. É o reconhecimento de que o Brasil é fundado sobre uma pluralidade de nações e que sua riqueza está justamente nessa diversidade.

Convidamos você, participante do Curso de Verão ou leitor/leitora deste livro, a usar essas lentes! Experimente olhar o mundo através delas. E, principalmente, use-as para ouvir e ver os povos indígenas de hoje, em suas lutas, em suas celebrações, em sua resistência cotidiana.

As lentes são um instrumento para um compromisso verdadeiro com a justiça ambiental, que só se efetivará quando aprendermos com os povos originários que, há milênios, praticam o bem viver em profunda e harmoniosa inter-relação com a Mãe Terra. A transformação que buscamos para o mundo começa com a transformação do nosso olhar!

Conselho Indigenista Missionário/CIMI

Em luta e esperança, ao lado dos povos indígenas!

Referências bibliográficas

CIMI. *Plano Pastoral*. 2013.

CIMI. *Semana dos Povos Indígenas 2025: Povos Indígenas e seus territórios – esperança para o bem viver*. 2025.

MARZAL, Manuel M., ROBLES, J. Ricardo, MAURER, Eugenio, ALBÓ, Xavier e MELIÀ, Bartolomeu. *O rosto índio de Deus – série VII: Desafios da Religião do Povo*. São Paulo: Vozes, 1989.

PREZIA, Benedito, MAESTRI, Beatriz Catarina e GALANTE, Luciana. *Povos indígenas: terra, culturas e lutas*. São Paulo: Outras expressões, 2019.

SUESS, Paulo. *Dicionário da Laudato Si': sobriedade feliz – 50 palavras-chave para uma leitura pastoral da Encíclica “Sobre o cuidado da casa comum” do papa Francisco*. São Paulo: Paulus, 2017.



SEÇÃO II

ESPIRITUAL-PASTORAL:
OLHAR E AÇÃO VOLTADOS
PARA TODA A CRIAÇÃO



ESPIRITUALIDADE DE MATRIZ AFRICANA E A PRESERVAÇÃO CLIMÁTICA¹

Licença para chegar e partilhar um pouco...

Ana Gualberto²

A Terra não é só chão.
É corpo, é ventre, é memória.
Ela respira.
Ela sente.
Ela guarda segredos antigos, sussurrados pelas folhas, pelas águas e pelos ventos.
Ali, onde o tambor bate e a fumaça sobe, nasce uma relação profunda entre o sagrado e a natureza – uma aliança que sustenta a vida e ensina cuidado.
No candomblé, na umbanda, no batuque, no culto aos caboclos, no jarê, em tantas outras raízes africanas fincadas no solo brasileiro, o mundo não é dividido entre o natural e o espiritual.
Tudo é Uno.
Tudo é Axé.

¹ **Resumo:** O presente texto aborda, de forma breve, a relação entre as religiões de matriz africana e a preservação ambiental, destacando os terreiros como espaços de resistência ecológica, espiritual e cultural. Com base em saberes tradicionais, os povos de terreiro oferecem formas de cuidado com o meio ambiente que integram espiritualidade, ética e sustentabilidade. Em um mundo marcado pela crise climática e pelo racismo ambiental, essas espiritualidades propõem uma reconexão com a Terra como entidade sagrada e viva. A reflexão parte de uma perspectiva decolonial e ecossistêmica, ancorada em autores afrocentrados e saberes ancestrais.

Palavras-chave: religiosidades afro-brasileiras; ecologia ancestral; justiça climática; espiritualidade; racismo ambiental; terreiros.

² Ana Gualberto é mulher negra, cisgênero, lésbica, militante contra o racismo há 32 anos, mestra em Cultura e Sociedade pela UFBA, mãe solo e ialorixá. Atua na área de pesquisa histórica e consultorias com ênfase em história da população negra, principalmente nos seguintes temas: identidade étnico-racial, direitos humanos, comunidades remanescentes de quilombo, comunidades negras tradicionais, intolerância e racismo religioso, mulheres negras e cultura afro-brasileira. A cosmo percepção afrobrasileira é base de suas intervenções. Utiliza as histórias dos Orixás, os arquétipos, elementos da natureza e costura com os conteúdos e contextos dos grupos.

O rio não é só água – é **Oxum**, é orixá.
A pedra não é apenas mineral – é **Xangô**, força e justiça.
A folha não é só remédio – é **Ossaim**, é cura sagrada.
Desrespeitar a natureza é profanar o divino.
É romper uma teia antiga de equilíbrio e respeito.
Por isso, o cuidado com o meio ambiente não é moda, nem política:
é fundamento de fé.

Cada oferenda/ebó é feita com intenção, cada coleta é precedida de licença e todo o respeito. Não se corta folha sem antes pedir, não se entra no mato sem se apresentar.

É o sagrado que ensina: a Terra não pertence a nós. Nós é que pertencemos a ela.

As comunidades de terreiros – muitas vezes escondidos atrás de muros simples ou barracões humildes – guardam florestas em miniatura, nascentes protegidas, árvores centenárias. São ilhas verdes em meio ao concreto, são pulmões onde o sagrado ainda se respira.

São espaços de resistência ecológica e também política – pois onde se cultiva o orixá, também se cultiva liberdade.

E numa época em que o mundo inteiro clama por respostas à crise climática, os povos de terreiro têm algo vital a dizer:

Não existe futuro sem respeito à ancestralidade.

Não há cura do planeta sem escutar quem sempre soube viver com ele – não contra ele.

Essa espiritualidade não nos ensina a dominar a natureza, mas a dançar com ela.

A caminhar com leveza, a agradecer pela sombra, a pedir permissão à água, a ouvir o som das folhas como quem ouve conselhos.

É na espiritualidade de matriz africana que a ecologia vira poesia.

E que o cuidado com o mundo vira culto, reza e ato de amor.

Refletindo e problematizando

A crise ambiental que assola o planeta é também uma crise espiritual, epistemológica e ética. O modelo de desenvolvimento dominante, centrado na exploração desenfreada da natureza, tem ignorado saberes ancestrais que há séculos sustentam formas de vida mais harmônicas

com o ambiente. Entre esses saberes, destaca-se a espiritualidade de matriz africana, cuja cosmovisão reconhece a natureza como sagrada e viva. Como afirma Luiz Rufino (2018), trata-se de um pensamento da encruzilhada, onde os mundos físico, espiritual e simbólico se entrelaçam em movimento contínuo.

Nas religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, os elementos naturais não são meros recursos: são moradas divinas. Oxum habita os rios, Iemanjá o mar, Ossaim as folhas, Xangô as pedreiras, Oyá é dona dos ventos e tempestades. Essa forma de ver o mundo é radicalmente distinta da concepção ocidental de natureza como objeto, pois aqui “a folha tem dono, o rio tem espírito, a montanha tem axé” (Umbuzeiro, 2015, p. 48).

Segundo Renato Nogueira (2021), a filosofia africana nos ensina que o ser está sempre em relação – e essa relação inclui o solo, os ciclos, os ventos, as águas. Cuidar da natureza, portanto, é manter o equilíbrio cosmológico e espiritual. A destruição de um rio não é apenas um desastre ecológico: é uma ruptura com o sagrado, uma violência contra Oxum. Pensemos nos crimes das rupturas de barragens, nas florestas desmatadas, nos manguezais aterrados, nos derramamentos de óleos nos mares, entre outros: quantas divindades sofrem em agonia em cada espaço/território destruído pela ação humana?

“... apesar de tantos não, somos nós: a alegria da cidade...”

O Brasil é o país onde todo mundo pula ondas na virada de ano, e é o país que queima terreiros e agride pessoas nas ruas que estão com suas vestes sagradas. Essa é a dualidade com a qual nós, povo de terreiro, convivemos cotidianamente. A sociedade brasileira se apropria de elementos nossos, mas não nos reconhece como detentores de saberes e práticas que são importantes para toda a sociedade.

Durante a pandemia, foi recorrente que os espaços religiosos aparecessem na mídia como espaços de distribuição de alimentos e de cuidados. As igrejas apareceram em muitas reportagens, mas essa prática de alimentar as pessoas, acolher e cuidar, que faz parte de nosso

cotidiano, não foi noticiada e muito menos reconhecida. Espaço de matriz africana é espaço de cuidado para todas as pessoas.

Apesar das perseguições e do racismo religioso, os terreiros resistem como espaços vivos de preservação e regeneração. A tentativa de driblar o crescimento desenfreado nas zonas urbanas faz com os terreiros mantenham, a muito custo, espaços verdes. Muitas vezes são os últimos refúgios de vegetação nativa, de árvores frutíferas, de nascentes protegidas em meio aos bairros. De acordo com Barros (2000), os terreiros funcionam como “territórios simbólicos e ecológicos”, onde o cuidado com a Terra se expressa tanto nos rituais quanto no cotidiano.

Trago um exemplo de um terreiro localizado na cidade de Salvador: Kwe Vodun Zo. Ele é responsável por manter viva uma mancha verde dentro do Curuzu, área esta que é protegida pelo terreiro a duras penas.

Lidar com a tentativa de ocupação e de desmatamento dessas áreas é uma das lutas diárias da comunidade do Vodun Zo. Doté Amilton Sacramento Costa afirma que o Vodun Zo perdeu muito espaço físico. Hoje busca-se preservar o que antes totalizava a antiga medida de 50 braças quadradas, ou aproximadamente 12.100 metros quadrados. Calcula-se que essa extensão foi mantida até a década de 1970, ou meados da anterior, segundo declarações de antigos moradores da vizinhança.



Vista de uma laje na Rua da Liberdade. A área verde corresponde ao fundo do kwe.

O Kwe Vodun Zo está localizado no bairro do Curuzu, espaço urbano marcado por grande densidade populacional (264,45 habitantes por hectare) e muito árido em função da quase inexistência de áreas verdes. Segundo dados do Censo, em 2010 o Curuzu tinha uma população de aproximadamente 17.239 habitantes, densamente concentrados na Rua do Curuzu, em ruelas e baixadas adjacentes. A forte presença e também a projeção alcançada por instituições culturais que têm sede no bairro, com destaque para antigos terreiros e para o Ilê Aiyê, primeiro bloco afro do Brasil, conferem ao lugar uma identidade própria, marcada pelos valores da negritude, levando o Ministério da Cultura a reconhecê-lo, em 2002, como território nacional da cultura afro-brasileira.

Além disso, a organização comunitária dos terreiros sustenta práticas agroecológicas, educação ambiental informal e acolhimento social. As folhas cultivadas nos quintais sagrados são utilizadas para banhos, curas, defumações e rituais – uma prática que carrega conhecimento ancestral sobre a biodiversidade e sua manipulação consciente (Umbuzeiro, 2015).

A invisibilização dos saberes afro-brasileiros no debate climático é reflexo do racismo ambiental que estrutura a sociedade brasileira. Comunidades tradicionais e povos de terreiro sofrem com a contaminação de seus rios sagrados, com o desmatamento de matas onde realizam seus cultos e com o apagamento simbólico de seus modos de vida. Como observa Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), “não há justiça ambiental sem justiça social, nem justiça social sem justiça epistêmica”. Mesmo nosso país sendo signatário de diversas legislações que em teoria garantem direitos dessas populações, destacamos aqui a Convenção 169 da OIT,³ como marco dos direitos desses grupos. Vivemos um processo de negação dos direitos desses grupos e ataque total aos seus territórios sagrados.

Nos centros urbanos, onde o avanço do concreto sufoca rios, árvores e nascentes, os terreiros preservam quintais vivos, hortas, jardins, e até mesmo nascentes de água. Muitas casas mantêm espécies nativas

³ Para saber mais, acesse: <https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>

e folhas sagradas que seriam extintas sem esse cuidado ancestral. A manutenção do sagrado exige a manutenção da natureza.

Além disso, esses espaços funcionam como refúgios ambientais em bairros periféricos, muitas vezes assolados pela poluição, pela falta de arborização e pela ausência de áreas verdes. Os terreiros não apenas cuidam do meio ambiente: ensinam a comunidade a respeitá-lo, a partir de uma ética ancestral e espiritual.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) propõe que o território é mais que um espaço físico, é o lugar de construção de sentido. Nesse sentido, os terreiros são territórios onde a terra não é recurso, mas presença divina, lugar de memória e de resistência.

Reconhecer o valor das religiões de matriz africana é parte da justiça e da aplicação de nossa constituição que afirma os direitos das pessoas e dos grupos.

Apontamos aqui alguns dos desafios significativos que essas comunidades enfrentam nas cidades:

- *intolerância religiosa*: ataques físicos e simbólicos aos terreiros e seus símbolos;
- *racismo ambiental*: despejo de casas de axé por obras públicas ou desvalorização de suas práticas ecológicas;
- *falta de reconhecimento legal*: poucos são registrados como espaços culturais, ecológicos ou religiosos protegidos;
- *especulação imobiliária*: a expansão urbana ameaça diretamente a existência dos terreiros, sobretudo nas periferias.

O enfrentamento desses desafios exige uma política urbana que reconheça os terreiros como patrimônio ecológico, cultural e espiritual das cidades. Como aponta Sidnei Nogueira (2016), “os terreiros são também templos de um saber que cura, organiza, planta, transforma – e por isso, incomodam”.

Reconhecer o papel ambiental dos terreiros é ampliar o próprio conceito de cidade. É admitir que há formas não-hegemônicas de produzir vida urbana, conectadas ao chão, às folhas, aos encantados. É, enfim, aceitar que existe floresta e espiritualidade resistindo sob o asfalto.

Terreiros nos ensinam a cuidar da Terra

As comunidades de terreiros nos convidam a viver a ecologia como prática espiritual e relacional.

Seguem alguns ensinamentos que emergem desses espaços:

A natureza como ser sagrado

Nos terreiros, aprende-se que a natureza não está à disposição humana. Ela é parente, é orixá, é espírito. Como diz Sidnei Nogueira (2016), “não há culto que se sustente sem a folha, sem a água, sem a pedra, pois sem natureza não há sagrado”.

Uso consciente dos recursos

Antes de colher, pede-se licença. Antes de ofertar, agradece-se. Isso ensina uma ética do limite e da reciprocidade, que contrasta com o extrativismo desenfreado do sistema atual.

Preservação da biodiversidade

Terreiros são verdadeiros viveiros de espécies nativas e medicinais. São bancos vivos de conhecimento botânico popular e espiritual.

Refúgios ecológicos urbanos

Em muitas comunidades periféricas, o terreiro é o único espaço verde existente. Ali se planta, se colhe, se cuida da terra como se cuida de um orixá.

Educação intergeracional e oral

A transmissão do saber ecológico se dá na prática: ao varrer o chão, preparar o banho, colher a folha. É uma pedagogia do corpo, da escuta, da presença (Rufino, 2018).

🕒 **Resistência ao racismo ambiental**

Ao lutar por seus territórios e preservar seus rituais, os povos de terreiro enfrentam não apenas a destruição ecológica, mas também o silenciamento de suas epistemologias.

Destaco alguns pontos para refletirmos:

1. O corpo como lugar do sagrado

Nas religiões de matriz africana, o corpo não é separado do sagrado – ele é veículo, altar e expressão do divino. Isso se manifesta:

- *na dança e no transe*: a movimentação corporal durante os rituais não é apenas performance, mas meio de incorporação das divindades (Orixás, Inquices, Voduns), revelando que o corpo é sagrado;
- *na iniciação (rito de passagem)*: transformações rituais envolvem o corpo de forma direta (raspagem do cabelo, banhos, tatuagens espirituais, vestimentas), marcando a aliança entre corpo e espiritualidade;
- *na oralidade e no canto*: a fala, o canto e o som do atabaque também atravessam o corpo como forma de memória viva.

Essa abordagem é contrária à tradição judaico-cristã ocidental, que frequentemente separa o corpo do espírito.

2. Território como extensão do axé

Nas religiões de matriz africana, não entendemos o território apenas como espaço físico, mas como **território ancestral e espiritual**, carregado de axé (força vital). Exemplos:

- *o terreiro é território sagrado*: é o espaço onde o axé se concentra, onde se cultiva a ancestralidade, onde a terra é cuidada e onde a natureza é respeitada como manifestação do divino;

- *a natureza é divinizada*: rios, florestas, pedras, montanhas, ventos, mar – todos são moradas dos Orixás. Isso reconecta o humano à terra não como recurso, mas como relação;
- *o território da diáspora*: mesmo fora do território africano, os praticantes recriam espaços de sacralidade, memória e pertencimento. O território torna-se resistência simbólica e concreta à diáspora forçada.

3. O sagrado como experiência ancestral e coletiva

- *o sagrado não é separado da vida cotidiana*: está presente ao acordar, na comida ritual, nas ervas medicinais, nas festas, em todos os ciclos da vida;
- *ancestralidade é central*: cultuar os antepassados é manter viva uma rede de sabedoria que sustenta a existência. Isso reconecta os vivos com os mortos, com a linhagem, com a história coletiva que a colonização tentou apagar;
- *coletividade e comunidade*: o sagrado se realiza no encontro, na partilha, no toque, no cuidado mútuo. É um modo de viver a espiritualidade em comunidade, não apenas como experiência individual.

4. Reconexão como resistência

Reconectar corpo, território e sagrado a partir dessas tradições também é uma forma de **resistência anticolonial**:

- recupera epistemologias negras e africanas;
- questiona o apagamento promovido pelo racismo religioso;
- restaura o valor do que foi historicamente marginalizado: os corpos negros, a terra afrocentrada, os saberes não ocidentais.

5. Práticas que fortalecem essa reconexão:

- participação em rituais e festas dos orixás;
- aprendizado com mais velhos e lideranças religiosas (ialorixás, babalorixás);

- cozinha ancestral e cultivo de ervas sagradas;
- caminhadas e rituais na natureza;
- cuidado com o corpo como extensão do templo espiritual;
- reivindicação do território como espaço de memória e cultura negra.

Considerações finais

Num planeta marcado pela devastação, os terreiros apontam para outra forma de estar no mundo: enraizada, ética e sagrada. Suas práticas cotidianas revelam que ecologia não é apenas uma ciência ambiental, mas uma ciência da vida. Como ensinam os mais velhos do axé: **cuidar da folha é cuidar da cabeça, e cuidar da Terra é cuidar do sagrado.**

A ecologia ancestral das religiões afro-brasileiras pode e deve ocupar lugar de centralidade nos debates sobre preservação climática, especialmente em contextos latino-americanos. Valorizar essas vozes é reequilibrar não apenas a natureza, mas também as narrativas. E, talvez, reencontrar caminhos de cura.

Referências bibliográficas

- BARROS, José Flávio Pessoa de. *Candomblé: religião do corpo e da alma*. São Paulo: Pallas, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NOGUEIRA, Sidnei. *O que é intolerância religiosa?* São Paulo: Brasiliense, 2016.
- NOGUERA, Renato. *Filosofia africana: modos de viver, modos de pensar*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- RUFINO, Luiz. *Pedagogia, Autonomia e Mocambagem: uma introdução ao pensamento das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- UMBUZEIRO, Egbomi Mirian. *O Sagrado Verde: a natureza no Candomblé*. Salvador: EDUFBA, 2015.

Seguem indicações de leitura com comentários. É importante ler, mas o mais importante ainda é se permitir conhecer através de pessoas religiosas. Religião de matriz africana se aprende vivendo, deixando-se envolver por essa cosmo-percepção, permitindo afetar-se.

Essa é a chave!

Autores e Obras Essenciais

1. *Corpo como lugar do sagrado e da memória*

Leda Maria Martins – *Afrografias da Memória*

- **Ideia central:** O corpo é um “suporte da memória”. Nos rituais afro-brasileiros, ele performa o tempo, a ancestralidade e o sagrado.
- **Conceito importante:** *Tempo espiralar*, uma lógica cíclica onde passado, presente e futuro se sobrepõem no corpo que dança, canta e incorpora.
- **Trecho:** “A corporeidade negra é um palimpsesto, onde estão inscritos saberes, ritmos e cosmologias africanas transladadas pela diáspora”.

Sueli Carneiro – *Escritos de uma Vida*

- **Ideia central:** O corpo negro feminino é politizado, espiritualizado e criminalizado. A reconexão com a ancestralidade cura o epistemicídio.
- **Trecho:** “Ser negra é descobrir que o corpo é campo de disputa, mas também de reinvenção e poder ancestral”.

Mãe Stella de Oxóssi – *Meu Tempo é Agora*

- **Ideia central:** O corpo é extensão do axé. O cuidado com o corpo é cuidado com o sagrado – não há separação entre espiritualidade e vida cotidiana.
- **Trecho:** “O corpo que dança para o Orixá é também o corpo que planta, cozinha, cuida e reza. Tudo é sagrado quando feito com axé”.

2. *Território como espaço de axé, memória e resistência*

Beatriz Nascimento – textos reunidos em *O Negro e o Poder*

- **Ideia central:** O quilombo é mais que um espaço físico – é um conceito filosófico, um território de liberdade espiritual e ancestral.

- **Trecho:** “O território negro é corpo e memória. É o lugar onde o sagrado pode existir sem ser caçado”.

◆ Rodney William –

As Religiões Afro-Brasileiras e a Cultura Nacional

- **Ideia central:** Os terreiros são territórios culturais e espirituais que sobrevivem apesar da violência religiosa e estatal.
- **Trecho:** “O território do axé é insurgente. Ele desafia o modelo ocidental de templo ao invadir a cidade com cheiro de erva, toque de tambor e canto ancestral”.

◆ Luis Rufino – *Pedagogia das Encruzilhadas*

- **Ideia central:** A encruzilhada é território simbólico de aprendizado, mistura e liberdade. Exu ensina a caminhar no mundo.
- **Trecho:** “A encruzilhada é uma escola. Não se passa por ela impunemente: aprende-se com o vento, com a pedra, com o silêncio”.

🕒 3. O sagrado como vivência ancestral, coletiva e encarnada

◆ Mãe Stella de Oxóssi – *Ôsósí: O Caçador de Alegrias*

- **Ideia central:** O sagrado é vivido no cotidiano: no preparo dos alimentos, no cuidado com a natureza, na relação com os Orixás.
- **Trecho:** “Não existe religião africana sem natureza. O Orixá nasce na folha, canta no vento, dança no fogo”.

◆ Cida Bento – *O Pacto da Branquitude*

- **Ideia central:** Denuncia o apagamento do sagrado negro nas estruturas de poder, mas propõe a recuperação dos saberes e espiritualidades negras como cura coletiva.
- **Contribuição importante:** Resgatar o sagrado negro é um ato político, pedagógico e reparador.

❖ Grada Kilomba – *Memórias da Plantação*

- **Ideia central:** O trauma do colonialismo também é espiritual. A escrita e a arte são formas de ritualizar o sagrado em corpos deslocados.
- **Trecho:** “Falar é um ato político. Escrever é um ritual. Contar a história é um retorno para casa”.

🌀 *Outros nomes e referências valiosas*

- **Mãe Meninazinha de Oxum** – Referência viva na preservação e transmissão da tradição afro-religiosa.
- **Luis Rufino** – Autor de *Pedagogia das Encruzilhadas*.
- **Grada Kilomba** – Escritora e artista que fala sobre memória, corpo negro e espiritualidade (embora com foco europeu).
- **Muniz Sodré** – Pensador da comunicação, traz uma visão afro-centrada de corpo, cultura e saber.



ENTRE A TERRA E O DESPERTAR: CAMINHOS BUDISTAS DE CUIDADO E JUSTIÇA

Monja Waho Degenszajn¹

Quando recebi a missão de escrever este artigo, foi um desafio imenso, pois meu caminho tem sido o caminho da prática mais do que o caminho das palavras. Temos visto muitos equívocos cometidos pelo uso das palavras e isso me preocupa profundamente.

Refletindo sobre isso, lembrei-me de que o quarto preceito de prática budista é: NÃO MENTIR. E não mentir, para o mestre zen Bodidarma, que foi o 28º ancestral na linhagem de Xaquiamuni Buda, nos fala: “A natureza própria inconcebivelmente maravilhosa no inexplicável Darma, não expor uma palavra é chamado não mentir”.

Sabemos que as palavras são importantes, pois elas encorajam e nutrem nosso caminhar, mas sempre um passo atrás da experiência, não se limitem! Percebam como seu corpo-mente é tocado pela vida, fique um pouco com essa sensação esforçando-se para não colar imediatamente um pensamento que venha a reduzir essa experiência. Antes de o pensamento colar e melear a experiência com julgamentos e comparações, o que existe?

Essa é a pergunta a que devemos responder.

Temos vivido tempos difíceis, falado muito e feito muito pouco! Por isso são tempos difíceis. Deixamos de olhar pra nós mesmas e nos perguntar: Como isso me toca e o que eu posso fazer?

Não é falar, é fazer!

O budismo é muito claro e direto nesse ponto: você só pode mudar a você mesma nutrindo uma aspiração verdadeira, treinando a mente com compaixão e sabedoria, e quem sabe a sua mudança possa gerar

¹ Monja Waho Degenszajn é praticante budista da tradição Soto Zen (zen-budismo japonês) desde 1998, quando se tornou discípula da monja Coen Roshi. Recebeu ordenação monástica em 2007 e segue mantendo e orientando a prática no Mosteiro Urbano Zen Therigatha desde 2014.

uma mudança no meio em que você vive. Não queira mudar o outro, mude a sua maneira de estar no mundo.

Então quando não sabemos lidar com as coisas a nossa volta, quando somos arrastados pela vida sem conseguir olhar com clareza para agir, precisamos parar, silenciar um pouco e depois nos mover na direção da mudança que acreditamos ser benéfica para um maior número de seres.

Isso é treino, treinamos respostas adequadas às necessidades da vida.

Pensando no que estamos vivendo como humanidade, na ameaça real da vida na terra para a espécie humana, falamos sobre isso chamando de “crise climática”, “aquecimento global” e não chamando pelo verdadeiro nome. Se não fosse a ação do ser humano, não haveria aquecimento global nem crise climática no ritmo que estamos presenciando. Precisamos assumir isso, falando claramente.

As palavras verdadeiras têm a força necessária para a mudança.

Hoje nós já sabemos que foram os povos indígenas que florestaram a Amazônia, eles e suas tecnologias ancestrais foram capazes de fomentar vida com tanta diversidade e harmonia como jamais vimos antes. Sempre cuidaram da floresta, dos rios e oceanos. Sempre cuidaram da vida como um fluxo, com respeito.

Em nossa arrogância, não somos capazes de pedir a eles que nos ensinem?

Por favor, nos ensinem.

É isso que deveríamos estar fazendo. Todos nós!

Isso seria justiça ambiental, ecojustiça, mas feita por nós!

Nossa sociedade segue argumentando, quando deveríamos estar todos, sem exceção, protegendo e dando voz aos povos originários, povos quilombolas, povos da floresta.

Quando ouvi a palavra ecojustiça, ou justiça ambiental (que refere-se à ideia de que todas as pessoas devem ter igualdade de proteção contra riscos ambientais e de saúde, independente de raça, cor, origem, habilidades ou renda), pensei como refletir sobre isso com a lente do budismo, se o budismo diz: é você, é você! O que você faz para que

todas as pessoas estejam protegidas dos riscos ambientais? Precisa estar ao alcance de suas mãos, o que eu posso fazer?

Lembro sempre da visita do Dalai Lama ao Brasil em 2001. Ele foi perguntado sobre o que fazia pela preservação do meio ambiente. E respondeu: “eu apago a luz do quarto do hotel quando eu saio”.

Seria tão importante que despertássemos para a grande verdade da vida, cada uma e cada um de nós, espalhando amor, justiça em nossos relacionamentos.

O budismo é uma religião que tem seu princípio histórico na Índia há 2.600 anos. Uma religião que foi estabelecida a partir da experiência de um ser humano, como cada uma de nós, que se dispôs a enfrentar seus medos, a contemplar a natureza da mente e abrir mão de suas verdades autocentradas para então poder viver uma experiência de unidade com a vida.

Este ser humano foi chamado de Buda Xaquiamuni, que quando se ilumina, após sete dias e sete noites em meditação embaixo da árvore bodi, ao ver a estrela da manhã, desperta e diz: “Eu, todos os seres e a Grande Terra, simultaneamente nos tornamos o Caminho”.

Contam que ele havia visto inúmeras vezes a estrela da manhã, mas na manhã de sua iluminação foi diferente! Foi como se ele a tivesse visto pela primeira vez, porque seus olhos mudaram e então foi capaz de ver a realidade como ela é. Se alguém tivesse contado a ele, não seria a mesma coisa, assim como não é para você. Não podemos nos contentar com ouvir notícias, dar *likes* ou curtidas nas redes sociais, precisamos estar presentes!

Ser Uma com a Terra, tema de nosso encontro, está na essência da experiência de iluminação. Na realidade, despertar é perceber a Unidade de todas as coisas, é manifestar essa Verdade. Mas isso exige esforço, disciplina, prática e fé.

Antes de despertar, Sidarta Gautama era um príncipe que vivia no castelo, protegido e amparado por todos. Se pensarmos sob o ponto de vista do sistema capitalista, talvez pensássemos que ele não teria porque abandonar o conforto do lar, renunciar ao mundo material e se dedicar a clarificar a raiz do sofrimento, afinal de contas, ele poderia ter tudo que quisesse!

Mas não, bens materiais não o preenchiam, perceber o sofrimento do nascimento, envelhecimento, doença e morte foi o que motivou sua busca.

Ao despertar, Xaquiamuni Buda percebeu de uma maneira direta o que sempre esteve aqui, foi como se tivesse desvelado algo e agora era possível ver com clareza!

Gostaria de compartilhar com vocês um trecho da tradução do capítulo inicial do livro *Denkoroku: Anais da Transmissão da Luz*, do mestre zen Keizan Jokin Daisoshô, tradução feita pela monja Shingetsu Coen Roshi para a Comunidade Zen do Brasil. Mestre Keizan (1268-1325) viveu no século quatorze e foi fundador da Ordem SotoZen do budismo japonês. Nesse livro, conta-nos os casos e o momento da transmissão ocorrida entre mestres ao longo da história. Apresenta-nos, em seguida, a circunstância em que essa transmissão ocorreu, faz seus comentários no teishô e encerra com um verso. Este capítulo inicial conta-nos sobre esse despertar e o sentido de unidade que essa experiência carrega.

DENKOROKU: ANAIS DA TRANSMISSÃO DA LUZ

CAPÍTULO INICIAL – BUDA XAQUIAMUNI –

Caso

Xaquiamuni Buda, ao ver a estrela da manhã, se ilumina e diz: “Eu e todos os seres da Grande Terra simultaneamente nos tornamos o Caminho”.

Circunstâncias

Xaquiamuni Buda descendia da linhagem do Sol, na Índia antiga. Aos dezenove anos, ele deixou o palácio de Kapilavastu no meio da noite e cortou seus cabelos no monte Dantokuzan, renunciando ao mundo. Praticou austeridades por seis anos. Então, finalmente se sentou corretamente no Trono Diamante. Aranhas teceram teias em suas sobrancelhas, passarinhos fizeram um ninho em sua

cabeça e ervas cresceram por dentre suas pernas. Assim se sentou, tranquilo, ereto, imóvel por seis anos.

Com trinta anos, no oitavo dia do décimo segundo mês, obteve a iluminação ao ver a estrela da manhã. As palavras acima foram seu primeiro rugido de leão.

Desse dia em diante, por quarenta e nove anos, nunca mais ficou sozinho. Não passou nem mais um só momento sem pregar o Darma. Vivia com apenas um manto e uma tigela, e nada lhe faltava. Pregou o Darma incessantemente para mais de trezentas e sessenta assembleias. Finalmente, transmitiu o Olho Tesouro do Darma Correto a Makakashô. Essa transmissão tem sido passada de geração a geração até o presente. Na verdade, a transmissão ocorreu através da Índia, China e Japão; e é a base da prática do Darma Correto.

Teishô

O “eu” mencionado por Xaquiamuni Buda em sua iluminação não é Xaquiamuni Buda, mas Xaquiamuni Buda emerge deste “Eu” com a Grande Terra e todos os seres. Quando se levanta uma grande rede, todos os buracos dessa rede também são levantados. Da mesma forma, quando Xaquiamuni Buda se iluminou, a Grande Terra e todos os seres também foram iluminados. Não apenas a Grande Terra e todos os seres, mas também todos os budas do passado, presente e futuro.

Assim, não pense que foi apenas Xaquiamuni Buda a ser iluminado. Vocês não devem ver Xaquiamuni Buda separado da Grande Terra e de todos os seres. Apesar de existirem incontáveis montanhas, rios, terras e fenômenos, eles nunca são excluídos da clara visão do olho de Gautama. Todos vocês também estão no olho de Buda. Este olho não é apenas o olho de Buda, também é o seu olho. A pupila do olho de Gautama se torna a carne e os ossos de todos nós. Ela se torna o corpo inteiro de cada pessoa, alto como um profundo precipício. Por isto, não pensem que seus olhos ou seus corpos estão separados do satori de Buda. Desde os tempos antigos até o presente, não houve um olho brilhante separado das pessoas comuns. Vocês são a pupila do olho de Gautama, são Gautama em

seu satori; Gautama é vocês inteiros. Neste caso, o que é que vocês podem chamar de satori de Buda?

Deixem-me perguntar, oh monges: Gautama atingiu a iluminação com todos vocês? Ou vocês atingiram a iluminação com Gautama? Se vocês disserem: “Nós atingimos a iluminação com Gautama” ou “Gautama atingiu a iluminação conosco”, esta não é a iluminação de Gautama. Este não é o princípio da iluminação.

Se vocês querem uma compreensão íntima da iluminação, vocês devem imediatamente se livrar de “vocês” e “Gautama” e rapidamente entender o “Eu”. “Eu” é a Grande Terra e todos os seres como “e”. “E” não é “eu” como o velho Gautama. Examinem cuidadosamente e clarifiquem este “Eu” e este “e”. Mesmo que vocês clarifiquem este “Eu”, se não clarificarem este “e”, vocês perderão o olho inteiro.

Assim sendo, “eu” e “e” não são idênticos nem diferentes. Verdadeiramente, sua pele, carne, ossos e medula são totalmente “e”. O “senhor da casa”, seu Eu Verdadeiro, é “Eu”. Não tem pele, carne, ossos ou medula, não tem nada a ver com os quatro elementos ou os cinco agregados. Finalmente, se você quer conhecer o “homem imortal em sua ermida”, como poderia ser algo separado deste saco de pele? Assim, não pense em todas as coisas como separadas dele.

Embora as estações do ano mudem e as montanhas, rios e a terra tomem diferentes formas, na verdade isto é apenas Buda levantando suas sobrancelhas e piscando seus olhos.

Verso

Este monge das montanhas gostaria de dizer algumas humildes palavras sobre esse caso. Vocês gostariam de ouvi-las?

“Um ramo esplêndido brota da velha ameixeira.

Em tempo, espinhos florescem em toda parte”. (final do capítulo inicial do Denkoroku)

Muito me alegrou quando li o livro do Mestre Nego Bispo, *A terra dá, a terra quer*, (BISPO, 2023), onde seu poema de abertura dialoga muito com o verso acima de mestre Keizan Daishō. Vejam seu poema abaixo:

“Mandacaru, xiquexique
Coroa-de-frade e quipá
Macambira, unha-de-gato
Jurema e coroá
A beleza dos espinhos
Ornamentam os caminhos
Onde eu gosto de andar”.

É maravilhoso ver que realizar a Unidade com a vida, e acredito que Keizan Sama e Nengo Bispo o fizeram, nos aproxima intimamente da vida da Terra e da natureza da qual sempre fomos parte inseparável! Não há que escolher a beleza da flor e descartar seus espinhos. Somos a natureza em suas múltiplas formas. Todos os esforços de mestras e mestres ancestrais são para nos oferecer meios hábeis de acessar essa experiência profunda e sutil, onde as palavras nem sempre acessam.

O principal ensinamento budista é que tudo é impermanente. É só contemplar a natureza para ver como isso é verdade. Tudo que existe muda. Portanto, não existe nada que se possa reter. Sendo assim, porque existiria um “eu” fixo a que se agarrar? Tudo que existe são causas e condições; e quando causas e condições são propícias, algo surge. Quando essas causas e condições deixam de existir, aquilo deixa de existir.

Nós somos processos em transformação constante, uma grande teia, ou seja, nós inter-somos, como natureza que somos.

Quando eu compreendo esse Interser (palavra empregada pelo mestre zen vietnamita Thich Nhat Hanh), eu me responsabilizo pela vida da terra, eu me comprometo com a mudança, se há desigualdade social, climática ou qualquer outro tipo de discriminação e injustiça, eu tomo uma atitude. Qual atitude deve ser tomada é a nossa prática.

Tornarmo-nos agentes de transformação do mundo, estando no mundo e treinando respostas ativas. Se não estivermos presentes e conscientes em cada ação, estaremos desperdiçando uma oportunidade preciosa.

Joanna Macy, ativista budista pelo meio ambiente, no livro *Esperança Ativa: como encarar o caos em que vivemos sem enlouquecer*,

escreve: “Seja qual for a situação que encaremos, podemos escolher nossa resposta... A palavra esperança tem dois significados diferentes. O primeiro, envolve ter confiança, quando nosso resultado preferido parece razoavelmente provável de acontecer” (MACY, 2020, p. 12s), o que ela chama de esperança passiva, “esperar que agentes externos façam o que desejamos. Esperança Ativa é nos tornarmos participantes, sermos atuantes e promotores do que almejamos. Esperança Ativa é uma prática. Como o tai chi ou a jardinagem, é algo que fazemos em vez de algo que temos” (MACY, 2020, p. 12s).

Quer dizer, então, que quando estou presente, desperta, a Verdade se manifesta, a verdade que não é minha, nem de uma religião específica, mas a Verdade da Vida, nessa hora não há falta nem excesso. Não é uma experiência do mundo da dualidade.

Para o budismo, a dualidade, aquilo que divide, que nos separa, é o diabo, que para o budismo chama-se Mara. Esse pensamento de separação que vivemos de modo tão profundo nos impele a criar mecanismos de proteção que acirram o abismo entre eu e outro, nós e eles, e nos afastamos da experiência de Unidade com a Vida, que é o Despertar!

Ailton Krenak, liderança indígena, filósofo da floresta, poeta e sonhador, no seu livro *O amanhã não está à venda*, nos fala com uma lucidez tão forte sobre isso, dizendo: “Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo que eu consigo pensar é natureza” (KRENAK, 2020).

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser a obra de uma mãe amorosa

que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não porque não goste dele, mas por quer lhe ensinar alguma coisa. ‘Filho, silêncio’. A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não dá uma ordem. Ela simplesmente está pedindo: ‘Silêncio’. Esse é também o significado de recolhimento (KRENAK, 2020).

Vejam como Ailton Krenak vai ao ponto! O equívoco de separação que vivemos e o medo que isso gera.

Esse medo cria uma ideia de que “eu” preciso, e cria necessidades ilusórias de escassez, de falta que não vivemos como natureza. A natureza é abundante e irrestrita no compartilhamento, nós também podemos ser. Mas não vemos assim, então para se proteger e ter garantias porque eu posso precisar, eu acúmulo, eu me protejo, eu preciso ter “reservas” – esse ter reservas é ficar com o pé atrás... desconfiar uns dos outros, mais separação, eu me fecho para a vida. O sistema em que vivemos precisa desse tipo de pensamento para poder sobreviver, mas nós não precisamos alimentá-lo! Mestres e mestras do caminho nos provocam a romper esse ciclo de sofrimento com práticas objetivas. Mas são práticas, não são falas, não são pensamentos. Para nossa tradição budista Soto Zen, o Zazen (sentar em Zen) é o caminho para essa mudança. E esse sentar em zen pode ser uma atitude de grande engajamento social, mas a linguagem empregada é outra. É uma prática nada passiva.

Uma coisa que aprendi como praticante do budismo é que tudo que eu possa pensar, falar, questionar, parte da perspectiva de um “eu” limitado, pequeno. Então esse “eu” precisa assumir responsabilidades sobre seus pensamentos, ações e palavras. Eu sou responsável pela desigualdade social e pela crise climática! É desse ponto que eu parto.

Diante dessa constatação, como posso agir para diminuir a desigualdade e cuidar do planeta? Que inclui a todas as espécies, não só humanas.

O professor e teólogo Faustino Teixeira, em seu artigo sobre a espiritualidade budista, fala:

Os estudos de mística comparada e de espiritualidade inter-religiosa vão ganhando espaço cada vez mais singular nas universidades e núcleos de pesquisa que se irradiam por toda parte. São pesquisas que envolvem também as religiões orientais, em seu traço místico peculiar. Também no âmbito do budismo pode-se falar em espiritualidade, entendida como um caminho de busca da libertação. Esse artigo visa apresentar o tema da espiritualidade zen budista, com base na reflexão de Eihei Dôgen Zenji (1200-1253), um dos mais importantes e destacados mestres da tradição Soto Zen.

Dôgen Sama sublinha o tempo todo a importância do cuidado, delicadeza e atenção para com o presente em cada um de seus instantes. Há para ele uma relação de proximidade entre a natureza e o despertar. Os diversos capítulos ou fascículos do *Shôbôgenzô (Olho tesouro do verdadeiro Dharma)*, livro importante de mestre Dogen Sama), bem como os poemas recolhidos no *Sanshodoei*, expressam esse 'profundo amor' do mestre zen pela natureza.

Há todo um rico aprendizado favorecido na tradição zen de desocultar a presença do invisível, ou do mistério, no âmbito mesmo do visível, e poder captar a ressonância essencial do universo. Mas quando, por exemplo, Dôgen Sama fala em natureza, a sua percepção é distinta daquela usual no Ocidente. O termo vem carregado de uma clara conotação religiosa. Não há como deslocar a compreensão de natureza da experiência do despertar. O termo natureza vem desvelado como "a realidade concreta percebida a partir do despertar, o mundo mesmo do despertar" (FAURE, 1987, p. 23).

Essa percepção profunda da realidade natural pressupõe, porém, um trabalho da interioridade, um exercício de aperfeiçoamento do olhar. Não são todos que conseguem captar a ressonância do universo, mas aqueles que passaram por uma transformação interior, rompendo com a perspectiva egóica e possessiva, deixando-se envolver pela "experiência direta", que antecede toda distinção entre sujeito e objeto (FAURE, 1987, p. 26).

Verifica-se que na tradição zen não existe nada senão a realidade do mundo fenomênico. Não se fala ali de uma ordem transcendental, que se destaca do espaço e do tempo. O que há é esse mundo sensível e concreto, na sua espessura vital. O pensamento de Dôgen Sama reflete essa dedicada atenção ao fluxo da existência cotidiana, sem que ocorra um acento numa transcendência específica. Há algo de “singularmente profano” e “absolutamente cotidiano” no zen por ele apresentado. Relata-se que Bodidarma, ao ser indagado pelo imperador Wu, sobre o traço de santidade presente no ensinamento do budismo, respondeu com tranquilidade: “Uma imensa vacuidade, e nada o que fazer com a santidade” (COOK, 1981, p. 59). Em ilustrativo capítulo do Shôbôgenzô, dedicado ao tema da vida cotidiana (Kajo), Dôgen Sama assinala que os grandes mestres e ancestrais do zen simplesmente “comem arroz e bebem chá”. Não há nada de muito ‘nobre’ na vida desses grandes homens: “O chá ordinário e as refeições frugais de sua vida cotidiana constituem os pensamentos daqueles que despertaram e as palavras dos ancestrais” (DÔGEN, 2007, p. 306).

O organismo privilegiado para acolher essa pulsação de vida que se acomoda em cada instante da vida cotidiana é, para Dôgen Sama, o coração (*shin – kokoro*). Mas para que ele possa “ressoar com a multidão dos seres do universo”, necessita de esvaziamento, de destacamento dos traços do ‘pequeno eu’ que impedem o abraço universal da acolhida e da compaixão. É o coração liberado que coloca o ser humano em disponibilização para ouvir com alegria o “canto das coisas” ou, na expressão de Dôgen Sama, o “sentimento e a emoção das flores” (DÔGEN, 2007, p. 348-353).

O convite aqui é, vamos praticar o esvaziamento deste “pequeno eu” como uma entidade fixa, limitada, cheia de pequenas verdades e incapaz de ressoar com os inumeráveis seres. Vamos nos comprometer a estarmos mais presentes em cada momento da vida, oferecendo escuta, acolhida, conscientes das necessidades da vida, buscando meios de vida corretos, não desperdiçando essa nossa preciosa vida.

Que nesta vida possamos nos perceber gerando vida, reverenciando
nossa ancestralidade comum, a Terra.

Assim foi, assim é e assim será!

Para vocês:

1. Como honrar aqueles que vieram antes de nós, conhecidos ou desconhecidos? Como honrar a vida a cada passo e em cada ação?
2. Você pode ver o sol, mesmo com o céu encoberto de nuvens?

Referências bibliográficas

BISPO dos Santos, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

KEIZAN, Jokin. *The Record of transmitting the light: Zen máster Kaizan's denkoroku*. Wisdom Publications (tradução para estudo, não publicada, por monja Shingetsu Coen Roshi).

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. Rio de Janeiro: Dantes, 2020.

MACY, Joanna e JOHNSTONE, Chris. *Esperança Ativa: como encarar o caos em que vivemos sem enlouquecer?* Arruda dos Vinhos: Bambual, 2020.

*Abaixo referências traduzidas para o português usadas no artigo do professor Faustino Teixeira:*²

SUZUKI, Daisetz Teitaro. *Introdução ao zen budismo*. 11^a ed, São Paulo: Pensamento, 1999.

SUZUKI, Daisetz Teitaro. *A doutrina zen da não-mente*. 9^a ed. São Paulo: Pensamento, 1993.

² Faustino Teixeira é doutor em teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora. É também Pesquisador do CNPQ e Consultor do ISER-Assessoria (RJ).

**LAUDATO SI' À LUZ DA CAMPANHA
DA FRATERNIDADE 2026:
FRATERNIDADE E MORADIA:
"E VEIO MORAR ENTRE NÓS" (Jo 1,14)**

Suzana Regina Moreira¹

Sou uma mulher branca, católica, de uma família tradicional que sempre me proporcionou excelente qualidade de vida e nunca me expulsou de casa por ser bissexual, mas mesmo com todos esses privilégios e oportunidades, eu cresci sem lar. Desde os 4 anos de idade, minha vida foi sobre mudar de casa, mudar de cidade, mudar de país. Mais ou menos a cada dois anos meu pai era transferido no trabalho e, como sou a filha mais nova, acompanhei todas as mudanças quase até o final, quando meu pai se aposentou e aquietou. Cresci com a angústia de não fincar raiz, de sentir que não tenho pertença por não ter um lugar que pudesse chamar de lar, por não ter aquele aconchego, e por sempre ter que me adaptar em cada nova casa, cada novo canto, cada novo contexto. Não ter moradia fixa foi um dos maiores dramas da minha vida, mesmo com todos os privilégios e a estrutura financeira para ter acesso a teto, pão, saúde, educação, ócio, oportunidades. Imagina então a proporção do drama e da crise humanitária para as 300 mil pessoas em situação de rua no nosso país, as milhares de pessoas imigrantes e migrantes climáticas em nossos territórios, e todas as que sofrem devido ao déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias no Brasil.

Para refletir sobre o tema da Campanha da Fraternidade 2026, junto com a perspectiva da ecologia integral da *Laudato Si'*, devemos olhar tanto para a crise social, ambiental e política da questão de moradia,

¹ Suzana Regina Moreira é teóloga leiga, nômade, educadora popular e ativista socioambiental. Doutoranda em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio, atua há 10 anos junto ao Movimento *Laudato Si'*, costurando e construindo coletivamente lutas interfe pela ecojustiça, resgatando o encantamento pela vida, e dançando com a perna de pau para não esquecer de brincar para sobreviver.

quanto para a crise humana, relacional, afetiva. Moradia digna é um direito tanto quanto a necessidade existencial de sentir-se em casa no aconchego do lar. A partir da *Laudato Si'*, o papa Francisco nos convoca a “tomar dolorosa consciência, ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar” (LS, n. 19). Não faremos aqui, portanto, um estudo sobre o texto base da Campanha da Fraternidade 2026, mas sim provocações para poder aprofundar e levar adiante o tema proposto para este ano. Sejam atravessados por algumas das dimensões da crise de moradia hoje para tomar dolorosa consciência e assim iluminar o caminho de discernimento para as ações concretas.

1. A dimensão das mulheres

*"Tua casa não te define
Tua carne não te define
Tu és teu próprio lar"*
(Francisco, el Hombre).

Estamos em pleno 2026 e ainda precisamos ficar insistindo sobre as injustiças estruturais contra as mulheres. É alarmante que o estereótipo criado sobre a mulher a vincule ao cuidado da casa, quando é justamente dentro de casa onde as estatísticas apontam ser um dos locais mais perigosos de violência contra a mulher, seja por casos de estupro seja por casos de feminicídio. A Lei Maria da Penha existe há quase 20 anos no Brasil para proteger as mulheres que sofrem violência doméstica, e a Lei do Feminicídio existe há 10 anos para definir a pena específica nos casos de homicídio contra a mulher. Ambas as leis não têm como objetivo frear a misoginia da nossa sociedade, mas garantir direitos de proteção e justiça para as mulheres numa sociedade que categoricamente as despreza, rejeita e aniquila. Só seremos capazes de frear a misoginia na medida em que criamos processos de conscientização de todas as pessoas, reconhecimento da dignidade e capacidade das mulheres, e empoderamento das mesmas.

Pensar a crise de moradia na dimensão das mulheres nos provoca a questionar como garantir não apenas uma moradia digna, mas também uma moradia segura para as mulheres? Como gerar processos de conscientização, reconhecimento e empoderamento? Como desconstruir a lógica misógina do patriarcalismo que determinou e continua determinando o desenvolvimento e as políticas públicas do nosso país e da maior parte do mundo?

Em meio a tantos questionamentos angustiantes, vale lembrar que nós mulheres também somos criadas à imagem e semelhança de Deus. Diante de uma teologia e cosmovisão que historicamente foi androcêntrica, devemos celebrar e anunciar em alta voz a boa-nova dos nossos corpos que também são revelação da plenitude da beleza da criação de Deus. O papa Francisco, na *Laudato Si'*, também nos lembra que é o corpo de uma mulher que possibilitou a encarnação de Cristo. Sem a rebeldia de Maria dizendo “sim” para Deus e “não” para as injustiças, como ouvimos no *Magnificat*, não teríamos acesso à plenitude da revelação de Deus na pessoa de Jesus Cristo. “No seu corpo glorificado, juntamente com Cristo ressuscitado, parte da criação alcançou toda a plenitude da sua beleza” (LS, n. 241). Que esse corpo de mulher glorificada nos radicalize para ser mais proféticas e proféticos em nossas ações de cuidado com as mulheres em nossa sociedade.

2. A dimensão das dissidências sexuais e de gêneros

"A matéria que te pariu
É matéria de fogo
É jogo, é jogo
É jogo de corpo
De verbo e poder
É jogo de ferro
De terra, de ter
A sede da sede
Do ouro e do rio
A matéria que te pariu
É matéria de fogo

*Em seu jogo tem bala
Tem bíblia, tem brasa
Brasil!"
(As Baías).*

Dentre as diversas estatísticas escandalosas das injustiças brasileiras, uma delas é a do fato de sermos o país que mais mata pessoas trans, em sua maioria mulheres negras jovens. Infelizmente, a discussão sobre violência contra as mulheres costuma reproduzir a lógica cisheteronormativa da nossa sociedade. Para além do pensamento binário sobre a humanidade ser homem e mulher, existem vários corpos que não se encaixam nesse paradigma hegemônico, e isso não é coisa inventada do século XXI. Existem povos indígenas e originários de diversas regiões do mundo que reconheciam e muitos que ainda reconhecem a existência de mais de dois gêneros. São corpos que dissidem da norma estabelecida pelo patriarcalismo cisnormativo, assim como há também corpos que dissidem da norma heteronormativa, mas que não deixam de ser também pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus.

Seja no contexto da Igreja Católica ou não, a transfobia, lesbofobia, homofobia e bifobia geram não só o extremo do perigo de morte, mas também o perigo de acabar na rua sem ter para onde ir. Há uma quantidade enorme de pessoas LGBTQIA+ que são expulsas de casa simplesmente por serem quem são. Desde 2015, eu comecei a participar da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTQ+, especialmente através do grupo Diversidade no Rio de Janeiro e do núcleo Madalenas que é composto apenas por LBTIs, pessoas não-binárias, e mães de LGBTQIA+ católicas. A cada encontro, a cada partilha, fui descobrindo as histórias de violência familiar que nem sempre era uma violência física, mas sempre era uma violência de rejeição e rompimento de vínculos.

Se as pessoas dissidentes sexuais e de gêneros sequer são acolhidas em suas próprias famílias, como podem conseguir trabalho para garantir suas próprias moradias? Como elas podem conseguir se manter, se toda a sociedade as vê como ameaça e aberração? “Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida. Na família,

cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida (...) Estes pequenos gestos de sincera cortesia ajudam a construir uma cultura da vida compartilhada e do respeito pelo que nos rodeia” (LS, n. 213). Se a família, valor tão basilar para a moral cristã, não acolhe e respeita as pessoas LGBTQIAPN+, a sociedade também não o fará.

Apesar de o papa Francisco reforçar o pensamento binário cisheteronormativo na *Laudato Si'*, ele afirma que, “tendo em conta que o ser humano também é uma criatura deste mundo, que tem direito a viver e ser feliz e, além disso, possui uma dignidade especial, não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas” (LS, n. 43). Pensar a crise de moradia na dimensão das pessoas dissidentes sexuais e de gêneros nos leva a refletir sobre as diversas estruturas de injustiça em nossa sociedade que, mesmo quando se propõe a criar processos para moradia digna para todas as pessoas, raramente leva em consideração as condições necessárias para garantir a segurança e o respeito para quem não se encaixa na norma cisheteronormativa da nossa sociedade.

3. A dimensão geracional

*"Era uma casa
Muito engraçada
Não tinha teto
Não tinha nada"*
(Vinícius de Moraes).

Quantas de nós não aprendemos a cantar essa música de Vinícius de Moraes quando éramos crianças? A primeira infância é determinante para o desenvolvimento social e psíquico do ser humano. Por outro lado, a idade avançada é reveladora de como a sociedade tem sido capaz ou não de realmente prezar e preservar a vida humana. Ambas as crianças e os idosos sofrem com o adultocentrismo dos dias de hoje. E no meio desse espectro etário, as juventudes se encontram no limbo de constantemente serem convocadas a responsabilidades

absurdas de uma vida adulta que não proporciona as condições necessárias para que possam trabalhar com dignidade e tranquilidade, ao mesmo tempo que são continuamente vistas como imaturas e com falta de confiança por parte daqueles que se colocam como os “verdadeiros” adultos.

Independentemente de qual seja o contexto social, as crianças são extremamente sensíveis à falta de estabilidade onde moram. As condições precárias geradas pela nossa sociedade, que descarta certos grupos sociais, fazem com que a crise de moradia seja ainda mais complexa diante do drama da infância em contextos periféricos geográficos e existenciais. Como explicar para aquelas que estão crescendo em meio a violências e precariedade que aquilo não é digno da vida humana? Que visão de mundo elas vão ter se não são tratadas como humanas? “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão crescendo?” (LS, n. 160).

O papa Francisco nos traz ainda mais questionamentos ao reconhecer que por detrás de toda essa problemática está uma cultura do descarte, fruto de um sistema ganancioso de produção que distorce a noção de verdades e os princípios sobre a dignidade humana. Ele afirma que,

se não há verdades objetivas nem princípios estáveis, fora da satisfação das aspirações próprias e das necessidades imediatas, que limites pode haver para o tráfico de seres humanos, a criminalidade organizada, o narcotráfico, o comércio de diamantes ensanguentados e de peles de animais em vias de extinção? Não é a mesma lógica relativista a que justifica a compra de órgãos dos pobres com a finalidade de os vender ou utilizar para experimentação, ou o descarte de crianças porque não correspondem ao desejo de seus pais? (LS, n. 123).

Já o drama dos idosos e das juventudes revela outra dimensão do descarte, quando as pessoas humanas só são valorizadas quando vistas como úteis para a sociedade. Os idosos são descartados por não terem mais utilidade, pois não são mais produtivos, enquanto as juventudes

são exploradas para manter a produtividade desse sistema ganancioso. Essa lógica da produtividade e do lucro acima de tudo e de todos é a mesma que justifica a exploração da terra. Pensar a crise de moradia diante da dimensão geracional nos provoca a refletir que

não podemos pensar que os programas políticos ou a força da lei sejam suficientes para evitar os comportamentos que afetam o meio ambiente, porque, quando é a cultura que se corrompe deixando de reconhecer qualquer verdade objetiva ou quaisquer princípios universalmente válidos, as leis só se poderão entender como imposições arbitrárias e obstáculos a evitar (LS, n. 123).

4. A dimensão social

*"Eu moro na cidade
Esta cidade também é nossa aldeia,
Não apagamos nossa cultura ancestral,
Vem homem branco, vamos dançar nosso ritual.
Nasci na Uka sagrada,
Na mata por tempos vivi,
Na terra dos povos indígenas,
Sou Wayna, filha da mãe Aracy.
Minha casa era feita de palha,
Simples, na aldeia cresci
Na lembrança que trago agora,
De um lugar que eu nunca esqueci.
Meu canto era bem diferente,
Cantava na língua Tupi,
Hoje, meu canto guerreiro,
Se une aos Kambeba, aos Tembé, aos Guarani.
Hoje, no mundo em que vivo,
Minha selva, em pedra se tornou,
Não tenho a calma de outrora,
Minha rotina também já mudou.*

*Em convívio com a sociedade,
Minha cara de 'índia' não se transformou,
Posso ser quem tu és,
Sem perder a essência que sou,
Mantenho meu ser indígena,
Na minha Identidade,
Falando da importância do meu povo,
Mesmo vivendo na cidade"*
(Márcia Wayna Kambeba).

Fiz questão de colocar um poema de uma mulher indígena nesta dimensão social porque são várias as camadas sociais, as camadas da pobreza, as camadas dos refugiados climáticos, das pessoas em situação de rua. O escândalo de haver 300 mil pessoas em situação de rua no Brasil enquanto há milhares de imóveis vazios e à mercê da ganância do mercado imobiliário acontece junto com o escândalo da monocultura do pensamento que olha para essas pessoas achando que são um bloco monolítico. A mesma coisa acontece quando falamos dos pobres, quem são? De onde vieram? Não são um bloco monolítico, são pessoas diversas, com características específicas de raça, etnia, idade, gênero.

Existe um certo preconceito generalizado em nossa sociedade em relação às pessoas em situação de rua, por exemplo, por acharem que todo mundo é drogado, como se essa fosse a razão por terem chegado a tal situação. São diversas as razões pelas quais pessoas acabam caindo na rua. Dentre elas, a migração do nordeste para o sul e sudeste em busca de trabalho, o êxodo do campo para os centros urbanos também em busca de trabalho, a falta de estabilidade econômica no país e a carência de políticas públicas que defendam a classe trabalhadora mais pobre, os casos de pessoas LGBTQIAPN+ expulsas de casa, como foi colocado anteriormente, os refugiados climáticos.

Uma das maiores crises humanitárias do século XXI são os refugiados climáticos, pessoas que se deslocam devido a desastres ambientais causados pela crise climática e que buscam segurança em outro lugar, seja dentro do próprio país, em outra região, seja em outros países.

As estatísticas ainda falham em apresentar a quantidade de pessoas no mundo nessa situação, pois a categoria de refugiado climático ainda não é legalmente reconhecida em nível internacional. O impacto dessa falta de reconhecimento legal é sentido pelas próprias pessoas refugiadas, que não têm o respaldo jurídico e político para conseguirem construir suas vidas de novo do zero, num novo local. No Brasil, por exemplo, tivemos as enchentes no Rio Grande do Sul em janeiro de 2024, que afetaram 2,4 milhões de pessoas. Quantas dessas pessoas tiveram condições financeiras para reconstruir suas vidas? Quantas dessas pessoas receberam o auxílio emergencial necessário para superar o desastre?

O papa Francisco alertou sobre essa desumanização da sociedade que é incapaz de propriamente cuidar daqueles que precisam se deslocar para se manterem vivos:

É trágico o aumento de emigrantes em fuga da miséria agravada pela degradação ambiental, que, não sendo reconhecidos como refugiados nas convenções internacionais, carregam o peso da sua vida abandonada sem qualquer tutela normativa. Infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil (LS, n. 25).

5. A dimensão do capitalismo neoliberal

*"Todo corpo é um território de saudades
há nele um descampado triste
meu pai levantava cedo para ir à roça
embora levasse a lavoura dentro
há nele uma grota ascendente
todo corpo é um território de ausências
já a mãe fazia o café*

*enquanto as irmãs costuravam o tempo
todo corpo é um mapa insondável
há nele um oceano de ventos
as irmãs comiam as beiradas do tempo
escutando a vó pentear o riso
há nele uma tenda de lágrimas
todo corpo é um território de brejos
eu sentado no batente da vida
acostumava os olhos às miudezas
todo corpo é uma fronteira
há nele um idioma inconjugável"*
(Sândrio Cândido).

“Tudo está interligado”, como repetiu várias vezes o papa Francisco. A crise de moradia é uma crise humana em sua perspectiva profundamente integral, causada por um modelo específico de desenvolvimento econômico e tecnológico. Na *Laudato Si'*, ele alertava que “a lógica que dificulta a tomada de decisões drásticas para inverter a tendência ao aquecimento global é a mesma que não permite cumprir o objetivo de erradicar a pobreza” (LS, n. 175). Não é coincidência as raças, classes, e zonas, que acabam sendo descartadas em nossa sociedade. Olhamos para as diversas dimensões anteriores para entender as especificidades de cada grupo, sendo que todos são injustiçados, violentados e oprimidos pelo mesmo paradigma econômico. Se em nossa sociedade existem raças, gêneros e classes que são descartados, é porque há uma lógica por detrás, a lógica do capitalismo neoliberal que determina o desenvolvimento político, econômico e social do país, que enxerga zonas de descarte, territórios vistos como lugares de conquista para o sistema usufruir de seus bens sem limites, independente de quem more ali ou dos impactos que os projetos de exploração possam ter sobre o bioma da região.

Contra todo o paradigma imperialista colonizador capitalista neoliberal de enxergar terra como posse, que por sua vez é o que gera o desenvolvimento desenfreado de exploração que causa a crise climática, temos os povos indígenas, negros, quilombolas,

ribeirinhos, e tantos outros conectados com seus territórios que sabem que terra é ser de relação, não objeto de propriedade. Para os povos indígenas,

a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida. Em várias partes do mundo, porém, são objeto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projetos extrativistas e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura (LS, n. 146).

A corrupção do poder e da ganância leva a acordos ambíguos e centralização do poder e do lucro, virando um ciclo vicioso que continuamente alimenta os mais ricos e vulnerabiliza os mais pobres. Em meio às lutas por sobrevivência, há empresas que inclusive conseguem comprar o parecer de lideranças locais, fazendo a cabeça das pessoas por darem soluções a curto prazo, como tem sido o mercado do crédito de carbono que dá dinheiro para comunidades indígenas na Amazônia, mas não param de explorá-la.

Apesar de o papa Francisco não nomear o sistema capitalista neoliberal, sua crítica na *Laudato Si'* é incisiva: “Mais uma vez repito que convém evitar uma concepção mágica do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos” (LS, n. 190).

Pensar a crise de moradia a partir da dimensão econômica é enxergar o modelo econômico que gerou essa crise e todas as outras aqui apresentadas. Portanto, para discernir caminhos de ação concreta pela moradia digna de todas as pessoas, é necessário repensar e re-encantar a economia.

Mais do que nunca, é necessário um estudo interdisciplinar dos impactos ambientais para se pensar a economia, e que os processos decisórios incluam no debate os moradores locais que são quem mais conhecem o território.

Em qualquer discussão sobre um empreendimento, dever-se-ia pôr uma série de perguntas, para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará? Neste exame, há questões que devem ter prioridade. Por exemplo, sabemos que a água é um recurso escasso e indispensável, sendo um direito fundamental que condiciona o exercício de outros direitos humanos. Isso está, sem dúvida, acima de toda a análise de impacto ambiental numa região (LS, n. 185).

6. Em vias não de conclusão, mas de caminhos a seguir

“E veio morar entre nós” é uma afirmação que o evangelista João só é capaz de formular, após afirmar que Deus se fez carne. Sua morada é corpo no mundo. Como estamos acolhendo e cuidando de nossos próprios corpos? E os corpos do próximo? E os corpos da Terra?

A crise de moradia é também sinal da crise humana de uma sociedade que se impõe a partir de paradigmas branco-eurocêntricos cisheteronormativos desconectados da dimensão do dom da Terra em toda sua diversidade. Quem não ama, não cuida. Se não nos relacionamos com a Terra como dom, encantados e deslumbrados com sua beleza que nos sustenta, não somos capazes de nos relacionar entre nós a partir dessa dinâmica do dom, da gratidão, do cuidado.

É urgente “delinear grandes percursos de diálogo que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição onde estamos afundando” (LS, n. 163). Precisamos pressionar quem detém o poder econômico e político, exercendo nosso direito e chamado civil político, participando dos processos eleitorais com consciência visando a longo prazo um projeto de nação mais justa. Buscar construir mais laços entre as redes coletivas de ação política em nossos territórios, lutando contra os espaços políticos formais que se submetem à economia gananciosa, para que tanto a política, quanto à economia “se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana” (LS, n. 189).

Diante da complexidade da crise socioambiental e climática que atravessa também a crise de moradia, pode parecer utópico buscar caminhos de diálogo e a construção de outros paradigmas econômicos e políticos. No entanto, é somente sonhando com a utopia que somos capazes de enxergar outras possibilidades dentro de nossas capacidades. Somos capazes de nos unir para garantir moradia digna para todas as pessoas e cuidar da nossa morada comum que é esta Terra, mas precisamos nos dispor a mudar individual e coletivamente. Eu sei que é possível mudar o mundo, porque eu já mudei muito de mim mesma e tenho apenas 33 anos de idade. Somos capazes de preparar as novas gerações para uma nova forma de viver e atuar, prezando pela relação com os outros seres e criaturas, com toda a terra, sensíveis com os que mais sofrem.

“O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum” (LS, n. 13).

Questões para refletir:

- Como atravessa a você a dolorosa consciência da crise de moradia no nosso país e no mundo?
- Como você pode contribuir com seus dons e suas oportunidades para construir caminhos coletivos para a garantia do direito à moradia digna, onde você vive?

Referências bibliográficas

- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Mulher e natureza: aliança e analogia. Reflexão dialogante com a Laudato Si'*. Ephata, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 19-35, 2022. DOI: 10.34632/ephata.2022.11369. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/ephata/article/view/11369>. Acesso em: 9 set. 2025.
- CORAZZA, Delana (coord.). *A situação da classe trabalhadora no Brasil*. Tricontinental Brasil. 19 ago. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/a-situacao-da-classe-trabalhadora-no-brasil/>. Acesso em: 9 set. 2025.

FERREIRA, Vicente de Paula (org.). *Ecologia Integral: uma narrativa para enfrentar a crise socioambiental planetária. Manifesto da Comissão para Ecologia Integral*. Março de 2025. Disponível em: <https://cepastcnbb.org.br/wp-content/uploads/2025/06/Manifesto-final-para-PDF-online-.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.

FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus, 2015. Também disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 9 set. 2025.



SEÇÃO III

JUSTIÇA AMBIENTAL E BEM-VIVER:
VOZES E PRÁTICAS
EM DEFESA DA TERRA



RACISMO AMBIENTAL E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NA BAHIA¹

Ana Gualberto²

Introdução

O racismo ambiental é uma das expressões mais perversas do racismo estrutural, manifestando-se na imposição de impactos ambientais negativos – como poluição, desmatamento, escassez hídrica e contaminação – sobre populações racializadas e marginalizadas. No Brasil, as comunidades quilombolas são duramente afetadas por esse fenômeno, especialmente em estados com grande presença de territórios tradicionais, como a Bahia.

Com mais de 800 comunidades reconhecidas, a Bahia representa um dos maiores territórios quilombolas do país. Esses espaços são guardiões de saberes, práticas sustentáveis, religiosidade de matriz africana e resistência política. No entanto, essas comunidades enfrentam, diariamente, ameaças que comprometem seus modos de vida, seus direitos e seus territórios.

Racismo ambiental: conceito e aplicação

O conceito de racismo ambiental surge nos Estados Unidos na década de 1980 e ganha força no Brasil a partir dos anos 2000, sendo apropriado

¹ Resumo: Este artigo analisa o cenário do racismo ambiental enfrentado pelas comunidades quilombolas na Bahia, destacando as múltiplas formas de resistência articuladas por essas populações. A partir de uma perspectiva crítica e interseccional, o texto evidencia como a violência ambiental é uma extensão do racismo estrutural no Brasil, atingindo de forma desproporcional povos negros e tradicionais. Ao mesmo tempo, reconhece o protagonismo quilombola na luta por justiça ambiental, territorialidade e direitos ancestrais.

² Ana Gualberto é mulher negra, cisgênero, lésbica, militante contra o racismo há 32 anos, mestra em Cultura e Sociedade pela UFBA, mãe solo e ialorixá. Atua na área de pesquisa histórica e consultorias com ênfase em história da população negra, principalmente nos seguintes temas: identidade étnico-racial, direitos humanos, comunidades remanescentes de quilombo, comunidades negras tradicionais, intolerância e racismo religioso, mulheres negras e cultura afro-brasileira. A cosmo percepção afrobrasileira é base de suas intervenções. Utiliza as histórias dos Orixás, os arquétipos, elementos da natureza e costura com os conteúdos e contextos dos grupos.

por movimentos negros, indígenas e de populações tradicionais. Refere-se à imposição de riscos e danos ambientais a populações vulnerabilizadas por sua raça, classe ou localização geográfica, que geralmente não participam dos processos de decisão sobre o uso de seus territórios.

Nas comunidades quilombolas, esse racismo se expressa na negação de políticas públicas, na imposição de grandes empreendimentos sem consulta prévia, na lentidão dos processos de titulação e na constante ameaça de expulsão de seus territórios tradicionais.

Comunidades quilombolas na Bahia: contexto e vulnerabilidades

A Bahia, por sua importância histórica no processo de escravidão e resistência negra, possui uma grande diversidade de comunidades quilombolas. Preservando tradições culturais, religiosas e produtivas, essas comunidades enfrentam sérias vulnerabilidades ambientais, resultantes da expansão do agronegócio, da mineração, da especulação fundiária e da negligência estatal.

- ***Ameaças territoriais***

A ausência de titulação definitiva das terras quilombolas expõe as comunidades a conflitos fundiários com fazendeiros, empresas e o próprio Estado. Exemplo emblemático é o do quilombo Rio dos Macacos, que enfrenta há décadas disputas com a Marinha do Brasil pelo direito de permanecer em seu território tradicional. O quilombo de Pitanga dos Palmares é outro exemplo do impacto da violência nos territórios que deveriam ser protegidos pelo Estado brasileiro. Essa comunidade teve duas lideranças assassinadas, Binho do Quilombo em 2017 e sua mãe Bernadete Pacífico, conhecida como Mãe Bernadete, em 2023. Ambos os casos seguem sem solução.

- ***Contaminação e poluição ambiental***

Diversas comunidades sofrem com a contaminação de solos e mananciais. No oeste baiano, o uso intensivo de agrotóxicos afeta diretamente a saúde das populações quilombolas e compromete sua produção agrícola. Já na região de Caetité, a mineração de urânio levanta sérias preocupações sobre a contaminação da água e o risco radiológico.

A região do baixo sul, onde KOINONIA atua, enfrenta diversos casos de exploração, poluição e degradação ambiental, como a extração desenfreada de areia nas comunidades da beirada, Pedra Rasa e Pratigi, em Camamu.

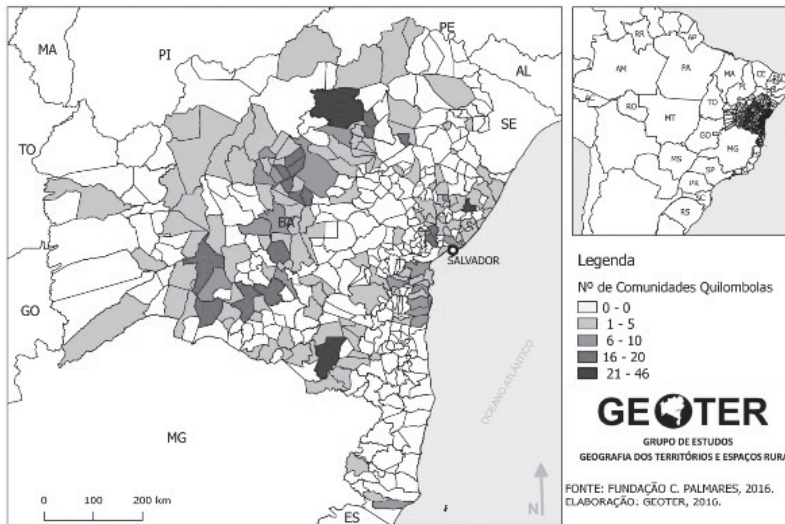
Em todos os territórios baianos essa situação se repete. Embora as comunidades denunciem, suas vozes não ecoam e são sempre abafadas pelos interesses dos grandes negócios, que se aliam aos políticos locais.

• **Invisibilidade e ausência de políticas públicas**

O racismo ambiental também se expressa na ausência de serviços básicos como saneamento, saúde e educação, além da negação de participação das comunidades quilombolas nos debates sobre políticas ambientais e climáticas. Essas populações, embora sejam guardiãs de práticas sustentáveis, raramente são reconhecidas como protagonistas no enfrentamento da crise ecológica.

O racismo ambiental também se reafirma na maneira como as comunidades negras tradicionais são ignoradas ou marginalizadas nas decisões políticas, como na ausência de medidas de proteção territorial ou de apoio às suas práticas culturais diante das mudanças climáticas.

Figura 1. Comunidades quilombolas autoidentificadas nos municípios baianos



Fonte: Fundação C. Palmares, 2016. Elaboração Grupo GEOTER.

Estratégias de resistência quilombola

Apesar dos desafios, as comunidades quilombolas da Bahia têm construído formas potentes de resistência ao racismo ambiental, que combinam mobilização política, práticas agroecológicas, espiritualidade e produção de conhecimento.

Organização política e jurídica

Através de articulações das comunidades com a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas da Bahia (CEAQ/BA), Conselho Interterritorial das Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia (CIACOQ) e a Coordenação Nacional de Quilombos – CONAQ e organizações parceiras como KOINONIA, AATR, CPP entre outras, são promovidas ações jurídicas e denúncias em âmbito nacional e internacional, reivindicando o direito à terra, ao meio ambiente saudável e ao respeito à consulta prévia, além da busca por acesso a políticas públicas específicas que na maioria das vezes só acontecem mediante muita luta.

É fundamental pontuar o papel estruturante das mulheres quilombolas como detentoras e atrizes na organização de suas comunidades. Elas estão nas associações, nos coletivos, nas escolas, nas igrejas e em suas casas lutando para garantir a permanência e a vida das pessoas e das práticas comunitárias.

No trabalho desenvolvido por KOINONIA junto às comunidades quilombolas, constatamos o quanto a presença das mulheres é um diferencial nos processos de organização comunitárias.

Práticas agroecológicas e de cuidado ambiental

Em diversos territórios, a agricultura tradicional e a agroecologia são formas de resistência e de cuidado com a natureza. Comunidades do Recôncavo Baiano, do Baixo Sul e do Vale do Jequiriçá mantêm sistemas de roças, quintais agroecológicos e proteção de nascentes como parte de sua identidade cultural e estratégia de soberania alimentar.

Você pode acompanhar a ação de KOINONIA junto às mulheres quilombolas do baixo sul da Bahia por meio das redes sociais: @koinoniapes e pelo site <https://kn.org.br/>.

Educação e produção de narrativas

Projetos de educação quilombola, uso de redes sociais, produção de vídeos, livros e iniciativas da juventude têm fortalecido a resistência e visibilizado o racismo ambiental. A luta é que os saberes ancestrais, a luta ambiental e a luta pela garantia dos territórios sejam incorporadas em suas práticas pedagógicas, fortalecendo a identidade quilombola e garantindo a continuidade destes grupos.

Espiritualidade e ancestralidade

A relação espiritual com o território – com matas, rios, encantados e orixás – é uma dimensão essencial da resistência quilombola. A destruição ambiental, nesse contexto, também é um ataque às cosmologias e práticas religiosas negras. Os rituais e festas sagradas reafirmam a presença ancestral e o direito de existir em harmonia com a terra.

Só reafirmando...

As comunidades quilombolas da Bahia são protagonistas de uma luta histórica que conecta a justiça racial, a justiça ambiental e a defesa dos bens comuns. O racismo ambiental, enquanto expressão do racismo estrutural, continua a impactar essas populações, mas encontra resistência organizada, enraizada na ancestralidade e nos saberes comunitários.

Reconhecer, fortalecer e proteger as lutas quilombolas é um passo fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento realmente justo, sustentável e plural.

Cada comunidade quilombola é um mundo de resistência e afirmação da vida. Visibilizar e apoiar a causa quilombola é contribuir para a preservação ambiental, produção de alimentação de qualidade e pela garantia da diversidade étnica/racial/cultural que compõe nosso país.

Não há justiça climática sem garantia dos territórios!

Referências

- CEAQ-BA. Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas da Bahia.
- CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. <https://conaq.org.br/>
- KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. <https://kn.org.br/>
- PACHECO, Tânia. *Racismo Ambiental: uma introdução ao tema*.
- Relatórios do Observatório do Racismo Ambiental e São Francisco Vivo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*.
- SOUTO, Emília. *Território, Saúde e Racismo Ambiental: reflexões sobre comunidades quilombolas no Brasil*.
- TERRA DE DIREITOS. Racismo Ambiental e Conflitos em Territórios Quilombolas. <https://terradedireitos.org.br/>

JUSTIÇA AMBIENTAL E FEMINISMO: UMA CONEXÃO ESSENCIAL

Natália Lobo¹

Introdução: a convergência entre o feminismo e a luta pela natureza

Quando falamos em feminismo, costumamos pensar em igualdade de gênero no mercado de trabalho, o combate à violência ou a presença de mulheres em espaços de decisão. Da mesma forma, discussões sobre a natureza muitas vezes se concentram no desmatamento, na poluição e na preservação de ecossistemas. No entanto, é fundamental reconhecer que essas duas frentes de luta estão intrinsecamente ligadas, e a superação dos desafios numa delas depende da compreensão e enfrentamento na outra.

Este texto propõe uma reflexão sobre essa articulação, baseada nas vozes e experiências de mulheres que vivem na linha de frente dos conflitos socioambientais. São mulheres indígenas, quilombolas e camponesas que, em sua vivência, demonstram que a defesa da natureza é inseparável da defesa de seus próprios corpos e de suas vidas. Elas revelam que a lógica que destrói florestas e polui rios é a mesma que perpetua a opressão de gênero, negando direitos, autonomia e capacidade de decisão. A seguir, exploramos os princípios políticos que unem o feminismo e a busca pela justiça ambiental, extraindo lições daqueles que resistem na prática.

O território como corpo, o corpo como território

Para muitas mulheres que vivem em comunidades tradicionais, a noção de território transcende a ideia de um espaço físico ou de

¹ Natália Lobo é agroecóloga, mestra em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), parte da equipe técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

uma propriedade. O território é a base da vida, o local onde se gesta a cultura, a história e a identidade. Nesse sentido, ele é percebido como extensão indissociável do próprio corpo.

A chegada de projetos de mineração, monoculturas ou grandes empreendimentos atinge não apenas o meio físico, como a terra e a água, mas a estrutura social e a própria vida comunitária. Nesse processo, as mulheres são impactadas de forma desproporcional. Sendo frequentemente as principais responsáveis pelo cuidado de suas famílias e pela produção de alimentos, a degradação da natureza força-as a dedicar mais tempo e esforço para garantir a reprodução da vida. Além disso, a presença de grandes projetos e a instabilidade social que eles geram são frequentemente associadas ao aumento da violência de gênero, incluindo a violência sexual.

Assim, a luta pela terra é, em sua essência, uma luta contra a violência machista e pela autonomia. Defender o território é defender o corpo, é garantir a possibilidade de manter a vida e a identidade cultural. Essa interconexão entre território, corpo e natureza é um dos alicerces do pensamento das mulheres que lutam por justiça ambiental.

O capitalismo e a lógica de dominação

A violência contra a natureza e a opressão de gênero compartilham a mesma raiz: a lógica do sistema capitalista. Este sistema se sustenta na premissa de que o crescimento econômico e o lucro são fins em si mesmos, negligenciando os limites impostos pela própria vida, tanto humana quanto natural. Ele concebe a natureza não como um ecossistema vital, mas como um estoque ilimitado de recursos a serem explorados.

Essa forma de pensar não é recente. Ela tem raízes históricas em processos de dominação patriarcal, racista e colonial, que foram fundamentais para a expansão do capitalismo. A mesma lógica que historicamente subordinou e explorou povos e territórios é a que hoje se manifesta no extrativismo, no agronegócio e na destruição de biomas. Esses processos não representam um “progresso” inevitável, mas sim escolhas políticas que geram riqueza para poucos, enquanto expulsam comunidades de suas terras e aprofundam a desigualdade.

Nesse contexto, as mulheres são vistas como “recursos” a serem explorados. O trabalho de cuidado, fundamental para a reprodução da vida e que historicamente é realizado por elas, é invisibilizado e desvalorizado economicamente. Ao mesmo tempo, sua contribuição para a agricultura familiar e a segurança alimentar é minimizada por modelos de desenvolvimento que beneficiam o grande capital. A luta dessas mulheres, portanto, é uma luta por um outro modelo de sociedade, que coloque o cuidado e a vida no centro da economia.

Interdependência e ecodependência: os pilares da vida

Para entender porque a luta feminista e a luta pela natureza se encontram, é preciso refletir sobre dois conceitos fundamentais: a interdependência e a ecodependência. A interdependência nos lembra que nenhum ser humano é autossuficiente. Nossas vidas são construídas e sustentadas pelo trabalho e pelo cuidado de outras pessoas. Precisamos de outras para nascer, para ser alimentados, para aprender e para nos recuperar em momentos de fragilidade. Esse trabalho de cuidado, historicamente realizado pelas mulheres, é a base invisível da sociedade.

A ecodependência, por sua vez, nos mostra que nossa vida está fundamentalmente ligada à natureza. Ninguém vive sem ar para respirar, água para beber ou terra para produzir alimentos. Nossa existência depende diretamente dos ciclos e dos recursos naturais. A sociedade capitalista, no entanto, opera como se pudéssemos viver fora desses limites, ignorando tanto o cuidado humano quanto a capacidade de regeneração da natureza.

A luta por justiça ambiental e feminismo propõe que a sustentabilidade da vida – em toda a sua complexidade, que inclui o cuidado humano e a integridade da natureza – deve ser o objetivo central da nossa economia e da nossa política. Isso significa quebrar com a ilusão de autonomia total do indivíduo e do sistema econômico, reconhecendo que somos seres sociais e naturais.

O “capitalismo verde”: a falsa solução que maquia a exploração

Diante da crise ecológica, o sistema capitalista não desaparece. Pelo contrário, ele se reinventa para tentar lucrar com a própria destruição que causou. É nesse cenário que surge o que muitos chamam de “capitalismo verde” ou “economia verde”, que se apresenta como a solução para os problemas ambientais.

Essa abordagem não questiona a lógica de exploração. Em vez disso, ela a incorpora e a expande. O “capitalismo verde” propõe a financeirização da natureza, transformando bens comuns como o ar, a água e a biodiversidade em mercadorias. Os “créditos de carbono”, por exemplo, permitem que grandes poluidores continuem a emitir gases tóxicos, simplesmente “compensando” a poluição com investimentos em projetos de conservação em outros lugares. Em vez de reduzir a poluição na fonte, eles compram o direito de continuar poluindo. Essa prática muitas vezes resulta na expulsão de comunidades de suas terras, transformando territórios de uso comunitário em áreas de “preservação” ou “compensação” controladas por grandes empresas.

A “economia verde” mascara a mesma lógica de dominação que já conhecemos. Ela não coloca a vida no centro, mas o lucro. O que antes era terra, água e comunidade, agora se torna um ativo financeiro, um produto a ser negociado no mercado global. Esse processo aprofunda as desigualdades, pois os benefícios ficam com as grandes corporações e os prejuízos recaem sobre as comunidades mais vulneráveis, em especial as mulheres.

Feminismos populares e a força da luta coletiva

A resistência à essa lógica de dominação é articulada por mulheres de diversas partes do mundo que se organizam em movimentos sociais, coletivos e espaços de diálogo. Elas constroem o que chamamos de feminismos populares, antirracistas e decoloniais.

Esses feminismos não emergem de teorias abstratas, mas da prática cotidiana de mulheres que lutam em seus territórios. Elas demonstram que a luta é necessariamente coletiva, exigindo a união de diferentes movimentos – feministas, ecológicos, camponeses, (quilombolas, ribeirinhos) e povos indígenas. Juntas, elas constroem alternativas para um mundo mais justo, igualitário e pacífico.

Essa luta é, acima de tudo, uma luta pelo cuidado – o cuidado com a natureza, com as pessoas, com a comunidade e com a vida. Por isso, a busca pela justiça ambiental é, em sua essência, uma luta feminista e ecológica.

Defender a vida e romper com a opressão

Como conclusão, trazemos uma fala de Anacleta Pires da Silva do território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, Maranhão:

O sistema nega às mulheres o seu espaço, dizendo que o lugar delas é no fogão, cuidar dos filhos, cuidar da casa e ser escravizada! A ideologia deles é o veneno que mata, não sabendo eles que [somos] nós que vamos gritar à liberdade! Não sabendo eles que vamos gritar à liberdade! Ei mulheres, venham para a roda, vamos contar nossas histórias! Somos guerreiras, mulheres de fibra, pois cuidar da vida temos o dever! Vamos defender a vida e destruir o projeto de morte! O tempo está a chegar, o tempo é agora, de romper com o machismo que tanto nos sufoca! Mostrar para todo o povo do mundo que a coisa está pior. Por isso, mais do que nunca, estamos juntas para defender os nossos corpos, a natureza e o nosso território!

Essa mensagem nos lembra que a luta pela justiça ambiental é inseparável da luta feminista. A alternativa está na união e na organização de todos que acreditam em um mundo diferente, onde a vida, em todas as suas formas, seja o valor central. A tarefa é de reencantar o mundo, colocar a vida no centro da nossa política e da nossa economia.

Referências bibliográficas

- ISLA, Ana et al. *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.
- PAIM, Elisangela Soldateli; FURTADO, Fabrina (org.). *Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas*. Prefácio: Silvia Federici. Ilustrações: Mika e Keila Gondim. São Paulo: Editora Funilaria, 2024.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E COMPROMISSO SOCIAL INTER-RELIGIOSO COM O BEM-VIVER: A CONTRIBUIÇÃO DA IRI BRASIL

Carlos Vicente¹

Introdução: um tempo de urgência e de cuidado

O Brasil vive um tempo de urgência. Em quatro décadas, perdemos 21% da cobertura florestal amazônica, outros 21% estão degradados e, somente em 2024, desapareceram cerca de 6.288 km² de floresta, o equivalente a mais de 188 milhões de árvores perdidas. Cada árvore retira do solo cerca de 300 litros de água por dia e os lança na atmosfera por meio da evapotranspiração, contribuindo para a formação dos chamados “rios voadores”, que transportam umidade e que irrigam lavouras, abastecem represas, geram energia elétrica e suprem famílias e indústrias, em várias regiões do Brasil e da América do Sul. O desmatamento pressiona ecossistemas vitais, elimina biodiversidade, agrava o aquecimento global e compromete a segurança hídrica, a produção de alimentos e a vida de populações inteiras. Desde 1985, o país perdeu 11,9% das áreas úmidas. No Pantanal, a redução de corpos d’água chega a 88,5%. Entre 2013 e 2024, 94% dos municípios brasileiros enfrentaram algum desastre, somando prejuízos estimados em R\$ 732 bilhões e mais de 418 milhões de pessoas afetadas no período.

Esses números contam histórias humanas: mães que percorrem longas distâncias para buscar água, ribeirinhos que não conseguem navegar, agricultores que perdem suas safras, crianças e idosos que enfrentam calor extremo e doenças respiratórias. Traduzem também perdas de vidas, traumas e fobias que afetam a saúde mental,

¹ Carlos Vicente é engenheiro florestal, MBA em Recursos Naturais e atualmente ocupa a função de Facilitador Nacional da Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais no Brasil (IRI Brasil)/PNUMA.

destruição de patrimônios familiares e comunitários e danos severos à infraestrutura pública – estradas, pontes, escolas e unidades de saúde – que comprometem a recuperação das comunidades.

Diante dessa gravidade, a resposta não pode restringir-se apenas a soluções técnicas ou econômicas. Precisamos de uma transformação cultural e de valores que mobilize comunidades, recoloque a dignidade humana e o respeito às condições que sustentam a vida no planeta no centro das decisões e pressione por mudanças estruturais.

Quem é a IRI Brasil

A Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais no Brasil (IRI Brasil) é o capítulo nacional da *Interfaith Rainforest Initiative*, lançada sob o guarda-chuva das Nações Unidas. Sua missão é mobilizar lideranças religiosas, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, cientistas e sociedade civil para proteger as florestas tropicais e os povos que delas dependem. A atuação se organiza em três eixos complementares: 1) educação e formação – traduzir ciência em linguagem moral e espiritual; 2) mobilização inter-religiosa – unir diferentes tradições de fé em campanhas e ações concretas; e 3) *advocacy* e incidência – influenciar políticas públicas voltadas à proteção ambiental e à garantia de direitos. O espaço é de encontro: católicos, evangélicos, espíritas, muçulmanos, judeus, religiões de matriz africana, espiritualidades indígenas, comunidades ayahuasqueiras, bahai, budistas, dentre outras, aprendem, dialogam e agem juntos.

Metodologia de trabalho: do diálogo à incidência

A IRI Brasil opera um ciclo de impacto contínuo baseado em quatro etapas interligadas: 1) escuta e diálogo, com atenção ativa às lideranças religiosas, povos indígenas, comunidades locais e especialistas; 2) formação e capacitação, integrando conteúdos técnicos e espirituais por meio de imersões científicas, oficinas, encontros inter-religiosos e materiais adaptados; 3) articulação e alianças, conectando organizações da sociedade civil, pesquisadores, parlamentares e gestores públicos; e 4) mobilização e incidência, convertendo conhecimento e redes em

campanhas públicas, posicionamentos conjuntos e participação em processos decisórios. Esse método busca impacto mensurável, respeito às identidades culturais e sustentabilidade dos resultados.

Importância das lideranças religiosas

Mais de 90% dos brasileiros professam algum credo. Lideranças religiosas alcançam territórios onde o Estado e organizações não governamentais nem sempre chegam, possuem alta credibilidade social e capacidade de mobilização voluntária. Quatro ativos se destacam: autoridade moral para denunciar a destruição ambiental como injustiça; capilaridade social para difundir informações confiáveis; incidência política para pautar legisladores e gestores públicos; e capacidade educativa para inserir a agenda socioambiental em escolas, templos e comunidades.

Além disso, têm elevado potencial para desenvolver ações e iniciativas locais de restauração e proteção ambiental e mobilizar redes de solidariedade em situações de crise. Ao buscar potencializar esses ativos, a IRI Brasil contribui para que o diálogo inter-religioso se traduza em ação concreta em defesa da Amazônia, do Cerrado e de outros biomas sob pressão, e de suas comunidades ameaçadas.

Ações e estratégias recentes

A experiência da IRI Brasil une ciência, espiritualidade e mobilização. Entre as principais ações estão: imersões científicas no INPE e CEMADEN, capacitando líderes sobre clima, conservação e monitoramento; criação de capítulos estaduais na Amazônia Legal; campanha em realidade virtual que desperta empatia pela floresta; e respostas emergenciais, como na seca extrema de 2023-2024, com doação de filtros de água.

Destacam-se ainda a campanha inter-religiosa pelo direito de respirar ar puro e ter água potável, que conscientiza sobre a importância das florestas, mobiliza lideranças e articula políticas ambientais; ações de *advocacy* junto ao Congresso e participação em conferências da ONU; e parcerias com organizações indígenas, religiosas e ambientais.

Todas visam fortalecer capacidades locais, dar voz a comunidades e influenciar políticas para proteger florestas e direitos humanos.

Justiça climática: centro ético da ação

A justiça climática reconhece que a crise do clima é também crise de direitos humanos: quem menos contribui para o problema é o que mais sofre seus efeitos. A IRI Brasil assume esse princípio como núcleo de sua missão e atua para: defender direitos territoriais e culturais de povos indígenas e comunidades tradicionais; denunciar a degradação ambiental como violação ética; promover políticas que conciliem proteção ambiental e combate à pobreza e integrar saberes tradicionais e ciência na busca de soluções. Ao fazê-lo, busca contribuir para reduzir desigualdades, fortalecer a democracia e construir resiliência social. A defesa das florestas é, simultaneamente, defesa de água, alimento, saúde, economia, cultura, memória e futuro.

Educação, comunicação e fé: linguagem que mobiliza

Uma contribuição distintiva da IRI Brasil é traduzir evidências científicas em narrativas espirituais e pedagógicas que buscam sensibilizar corações e mentes. Cursos, publicações e processos de diálogo ajudam comunidades a compreender riscos climáticos, a reconhecer responsabilidades e a identificar caminhos práticos de ação (do manejo de resíduos à incidência legislativa). Essa dimensão formativa amplia a alfabetização climática, fortalece o discernimento ético e incentiva práticas comunitárias de cuidado, como mutirões de restauração, brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais e planos de ação para enfrentar emergências climáticas.

Governança e parcerias: redes que sustentam resultados

A governança inter-religiosa demanda processos transparentes, escuta plural e responsabilidade compartilhada. Ao articular conselhos de líderes de diferentes tradições, cientistas e representantes de povos

e comunidades tradicionais, a IRI Brasil favorece decisões informadas, legitima prioridades e cria rotas de colaboração com universidades, entidades da sociedade civil e instituições públicas locais. Parcerias construídas em base de valores e confiança permitem somar competências, evitar sobreposições e acelerar aprendizados, inclusive na construção de indicadores e na avaliação de impacto.

Fronteiras de atuação: do local ao global

A proteção das florestas tropicais acontece em territórios concretos, mas depende de decisões que atravessam escalas. Por isso, a IRI Brasil apoia iniciativas locais (ex.: apoio a guardiões florestais, formação de jovens lideranças religiosas e incidência em políticas públicas), enquanto busca participar de espaços globais, como as COPs do clima e da biodiversidade.

Bem-viver: horizonte civilizatório

Inspirado nos princípios religiosos quanto ao cuidado e a responsabilidade com a natureza, e nas cosmovisões indígenas, o bem-viver propõe uma vida em equilíbrio com a natureza, com economias de baixo impacto e relações comunitárias fundadas em solidariedade e cuidado. No campo inter-religioso, essa visão se traduz em: reconhecer a interdependência de toda a criação; valorizar a diversidade cultural e espiritual como riqueza; cultivar simplicidade voluntária e consumo responsável; e promover o respeito a territórios e modos de vida. Ao promover a incorporação do ideal do bem-viver, buscamos não apenas mudar políticas, mas mentalidades e condutas, para que se possa restaurar a relação sagrada entre humanidade e natureza.

Valorização de legados

O Brasil já mostrou que pode vencer o desmatamento na Amazônia. Em 2004, com a taxa de devastação em 27 mil km², foi criado o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia

(PPCDAM). Entre 2004 e 2012, reduziu a destruição em 83%, evitando 4 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa e, no mesmo período, o PIB da Amazônia cresceu 33%. Isso comprova que é possível conciliar desenvolvimento e conservação. Desativado entre 2019 e 2022, o desmatamento subiu 45%. Reativado em 2023, a taxa caiu 46% até 2024. O PPCDAM é estratégico e precisa ser fortalecido para que o Brasil alcance desmatamento zero até 2030, como prevê o Acordo de Paris.

Conclusão: esperança como compromisso e caminho para uma sociedade justa e sustentável

A Amazônia está no epicentro da crise climática, mas também pode ser o coração da solução. O Brasil reúne condições para construir uma sociedade mais justa e sustentável, e a experiência do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAM) demonstra que temos capacidade institucional, social e científica para conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. A conscientização e mobilização da população religiosa podem transformar o cuidado com a natureza em um valor espiritual, ético e moral amplamente difundido, fortalecendo a governança pública, inspirando lideranças comprometidas com a sustentabilidade e influenciando positivamente o comportamento das empresas.

Num tempo em que o clima fere, mata e aprofunda desigualdades, quando rios agonizam e florestas tombam como mártires silenciosos, a esperança não é ilusão frágil, mas decisão e pacto. É a escolha de caminhar na direção contrária à da indiferença, unindo mãos e vozes por um futuro, onde a justiça climática seja regra, o bem-viver alcance a todos e cada criatura encontre dignidade sob o mesmo céu.

Referências bibliográficas

BARRETO, P. et al. (2014). *O Brasil atingirá sua meta de redução do desmatamento?* Belém: IMAZON. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/o-brasil-atingira-sua-meta-de-reducao-do-desmatamento/>

CESEEP. *Curso de Verão 2026: Justiça Ambiental*. São Paulo: Paulus, 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Panorama dos Desastres no Brasil (2013–2023)*. Brasília, 2024.

INFOAMAZONIA. *Seca na Amazônia (2023–2024)*, com base em informações da Defesa Civil do Amazonas.

INTERFAITH Rainforest Initiative Brazil. *Mobilizing Faiths for a Sustainable Amazon*. 2023.

INTERFAITH Rainforest Initiative. *Module 1: Overview*. ONU Meio Ambiente, 2023.

MAPBIOMAS. *Relatório Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil*. Coleção 8, 2023.



CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL: O TRABALHO DO RECIFRAN COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO

Gabriela Masteguín¹ e Michael Garcia²

Este texto visa oferecer uma análise sobre as complexas questões que envolvem o atendimento à população em situação de rua, com um foco especial nas iniciativas de trabalho social realizado no Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem (Recifran).

O Recifran é um serviço da Ação Social Franciscana – SEFRAS, organização social originada pela associação dos frades franciscanos vinculados à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Embora o Sefras tenha sido instituído juridicamente em 2009, seu trabalho se inicia quase uma década antes. O ano de início das suas atividades data de 2000, quando é criado para organizar e articular todo o trabalho na área social da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, nos cinco estados em que se faz presente: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

O Recifran teve início com a atuação social dos frades junto às famílias de catadores da Praça Paulo Duarte, no Centro Histórico de São Paulo. O que começou em 2002, como um trabalho noturno em praça pública, consolidou-se ao longo do tempo por meio da parceria entre a Ação Local São Francisco, a Província Franciscana da Imaculada Conceição, a Prefeitura de São Paulo e o apoio do Consulado Geral do Japão.

¹ Gabriela Masteguín é psicóloga com especialização em Saúde Pública e Estratégias de Saúde da Família. Tem ampla experiência na coordenação de serviços para população em situação de rua, inclusão social e atendimentos a adultos, famílias, crianças e adolescentes em extrema vulnerabilidade social, com atuação em articulação com redes públicas e privadas.

² Michael Garcia é biólogo especializado em Educação, com mais de 15 anos de experiência em ações de educação ambiental e sustentabilidade. Passou por diversos movimentos sociais de luta socioambiental e caminha para o mestrado em Políticas Públicas para Vulneráveis.

Hoje, o serviço atua em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e é tipificado como um Serviço de Inclusão Social e Produtiva. Para compreender plenamente o fenômeno da população em situação de rua, é fundamental considerar o contexto socioeconômico atual, que inclui desafios como a desigualdade social, o déficit habitacional e os impactos ambientais da crise climática. Esses fatores estão interligados e geram consequências profundas para as condições de vida das populações mais vulneráveis, especialmente para pessoas em situação de rua.

De acordo com estimativa do IPEA, a população em situação de rua no Brasil alcançou cerca de 281.472 pessoas em 2022, um aumento de aproximadamente 38% em relação a 2019. Em uma década (2013 a 2023), o número saltou de 21.934 para 227.087, um crescimento de quase 10 vezes.

O último Censo oficial realizado em 2021 na cidade de São Paulo revelou algumas características comuns dessa população, também observadas em outros locais: predominância de homens cisgêneros, com idade entre 21 e 49 anos, que se identificam como negros ou pardos. Os principais fatores apontados pelos entrevistados para a vivência na rua foram os conflitos familiares (34,7%), a dependência de substâncias como álcool e outras drogas (29,5%) e a perda de trabalho ou da fonte de renda (28,4%).

A pobreza extrema e a condição de rua são consequências do liberalismo, invisibilizando e dificultando o acesso a direitos essenciais. Além disso, destaca-se o processo de desumanização que essas pessoas enfrentam, marcado por sofrimento constante e luta diária pela sobrevivência, o que agrava a violência nas ruas. A sociedade muitas vezes as criminaliza ou as coloca na posição de “vítimas”, reforçando estigmas de marginalização e incapacidade. No cotidiano, essas pessoas também vivenciam diversas formas de opressão, como machismo, racismo, homofobia e outras violências.

Um fator importante no aumento da população em situação de rua em São Paulo é o déficit habitacional, que impede o acesso à moradia digna para uma grande parcela da população, forçando muitas pessoas a recorrerem às ruas como única alternativa de sobrevivência. Dados

divulgados sugerem que a cidade de São Paulo enfrenta um déficit habitacional estimado em cerca de 400 mil moradias em áreas com famílias de renda até cinco salários mínimos.

De acordo com os dados mais recentes do Censo da População em Situação de Rua de São Paulo (2021), realizado pela Qualitest, a região da Sé – que inclui o bairro da Liberdade, onde o serviço Recifran está estabelecido – concentra atualmente 12.851 pessoas em situação de rua.

O Recifran está localizado na baixada do Glicério, no bairro da Liberdade, região central de São Paulo. O Glicério é caracterizado por baixa concentração de serviços públicos e condições precárias de moradia, com predominância de pensões e cortiços. No Plano Diretor Estratégico da cidade, a requalificação e reabilitação dessas áreas deterioradas e subutilizadas, ocupadas por populações de baixa renda, aparece como meta essencial para a estruturação da região central. O Plano Diretor especifica que bairros como Glicério, Cambuci, Liberdade, Pari, Canindé e Brás são áreas prioritárias para requalificação (Lei 16.050/14).

Diante desse cenário, torna-se crucial desenvolver ações que fortaleçam o território, promovam a cidadania e favoreçam o reconhecimento dos direitos sociais e políticos dos moradores do bairro. O trabalho realizado por serviços e organizações da sociedade civil deve buscar não apenas o atendimento imediato da população em situação de rua, mas também a promoção de uma rede de apoio articulada com políticas públicas e outras organizações. É imprescindível que os serviços de apoio sejam integrados e atuem em conjunto com os centros de acolhida da rede socioassistencial, com o objetivo de garantir atendimento adequado às necessidades da população em situação de rua.

O Recifran articula ainda com serviços de saúde, direitos humanos, cultura, esporte e lazer. Na região central de São Paulo, encontramos apoio no atendimento à população em situação de rua em equipamentos que visam garantir acolhimento, acesso a direitos e à saúde, promovendo autonomia e dignidade da população em situação de rua.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho é um dos principais fatores que mantêm muitas dessas pessoas em situações de vulnerabilidade extrema, como a vivência nas ruas.

Paralelamente a este cenário, a geração de resíduos no Brasil continua crescendo de forma alarmante. Embora a reciclagem tenha enorme potencial econômico, essa atividade ainda não alcança sua máxima capacidade. No Brasil, apenas cerca de 3% dos resíduos gerados são reciclados de maneira eficaz, enquanto a quantidade de materiais produzidos e que são descartados continua aumentando. A reciclagem pode se tornar uma importante fonte de geração de renda, especialmente para a população em situação de rua e pessoas marginalizadas, como egressos do sistema prisional.

A reciclagem tem papel crucial na preservação do meio ambiente, contribuindo para reduzir resíduos em aterros sanitários e diminuir a poluição – ponto essencial diante da crise climática, onde a adoção de práticas mais sustentáveis se torna urgente.

O potencial econômico da reciclagem no Brasil é significativo. Estimativas apontam que a reciclagem de materiais como plástico, papel, metal e vidro pode gerar bilhões de reais anualmente e criar milhões de empregos. Contudo, a infraestrutura para coleta e reciclagem ainda é insuficiente, exigindo investimentos substanciais para sua expansão. Nesse contexto, iniciativas como as do Recifran – que capacitam pessoas em situação de rua para atividades de reciclagem – não apenas geram renda, mas também integram um movimento mais amplo de sustentabilidade.

No Recifran, essas questões sociais e ambientais impactam diretamente o trabalho desenvolvido. Além das oficinas de jardinagem, formação socioambiental e artesanato, o Recifran dedica-se a promover a reciclagem como ferramenta de inclusão social e geração de renda.

A partir da qualificação profissional e iniciativas de geração de renda como a reciclagem, este serviço visa não apenas atender necessidades imediatas, mas também abrir caminhos para autonomia e inclusão no mercado de trabalho.

A reciclagem destaca-se como uma dessas soluções, com potencial para gerar renda, promover inclusão social e contribuir para a

preservação ambiental em meio à crise climática. O Recifran, ao integrar esses aspectos, posiciona-se como modelo de trabalho social que não só combate a exclusão, mas também colabora para construir um futuro mais sustentável e justo para todos.

Referências bibliográficas

- FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). *Censo da População em Situação de Rua de São Paulo, 2020*. Disponível em: <https://www.fipec.org.br>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- GOVERNO ESTADUAL. Lei n. 16.050, de 31 de julho de 2014. Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 31 jul. 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/plano_diretor/PDES_2014.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- OBPP (Observatório Brasileiro de Políticas Públicas). *População em Situação de Rua em São Paulo*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- QUALITEST. *Censo 2021*. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/02/censo-populacao-de-rua-sao-paulo-2021.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- REDE PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). *Crise de Fome no Brasil: A realidade de 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar. 2024*. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 5 dez. 2024.



MST E A JUVENTUDE SEM-TERRA

Jasmini Oliveira Silva¹ e Maria Aparecida da Silva²

“A juventude é a esperança do mundo”

(Papa Francisco).

Introdução

A presença de jovens em movimentos sociais mostra-se indubitavelmente de grande importância, tendo em vista que, para o senso de justiça perdurar, a identidade precisa ser transmitida de geração em geração, para que, assim, a história não seja esquecida, a natureza seja preservada e as lutas não sejam invisibilizadas, ou melhor, para que elas finalmente sejam vistas.

Nesse sentido, no MST (Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra) não seria diferente. A juventude carrega a função de eternizar as raízes já fecundadas no solo dos assentamentos de reforma agrária, assim como a necessidade de justiça ambiental.

Neste capítulo, será exposta a realidade da juventude no assentamento Reunidas, em Promissão, no interior de São Paulo. Após 38 anos da conquista da terra, qual a visão das antigas e novas gerações

¹ Jasmini Oliveira Silva nasceu e cresceu no assentamento Reunidas no município de Promissão, no interior de São Paulo. Contribuiu na equipe de comunicação da CPT-SP e na coordenação da Juventude da CPT da região Sul após o Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra no ano de 2025, além de militar no MST e nas CEBs. Quando não está estudando para o vestibular, dedica-se ao artesanato, ao canto, à escrita e aos livros. Começou a participar do Curso de Verão por influência da avó, Maria de Lourdes Pereira, que participa desde o primeiro ano (1988), sempre convidando os netos a vivenciar o curso.

² Maria Aparecida da Silva nasceu em Corumbataí do Sul, no interior do Paraná e mudou-se para Promissão juntamente com sua mãe, Maria de Lourdes Pereira, e seu irmão mais novo. Viveu lá desde a ocupação, em 1987, e permaneceu após a conquista do assentamento Reunidas em 1992. Contribuiu como coordenadora regional no setor da educação do MST (1992-1996), foi secretária da Colegiada Sul 1 das CEBs (2006-2012), colaborou na assessoria da pastoral da juventude rural e na pastoral da juventude da diocese de Lins-SP (2011-2015), atuou na coordenação regional da CPT (2018-2022) e é analista financeira pelo Instituto Cultivar/MST desde 2019 (esse trabalho como função remunerada).

a respeito das vivências no assentamento? De que maneira morar no assentamento influencia na formação dos indivíduos? Quais as principais dificuldades de se morar num assentamento? Essas e outras questões serão respondidas de acordo com os relatos de moradores e ex-moradores que vivem ou viveram no Reunidas durante a juventude.

1. De que maneira morar no assentamento influencia na formação dos indivíduos?

As crianças nascidas no assentamento em décadas passadas tiveram grande contato com a natureza e com a agricultura familiar, desde os primeiros momentos de suas vidas, o que, por si só, estruturou um pensamento empático e solidário com o campo, além da criação de um espírito de união muito fortalecido pela conquista conjunta pela terra e a divisão do trabalho no cultivo e na colheita em comunidade. Nesse sentido, o olhar do jovem para a luta e para o lugar em que cresceu mostra-se cordial, refletindo-se, assim, na valorização do meio ambiente, dos seus antepassados e das gerações vindouras. Entretanto, com as mudanças climáticas, esse pensamento corre o risco de mudar gradativamente, conforme o preço de trabalhar com a agricultura fica mais alto do que a renda das famílias, o que pode resultar na perda dessa identidade.

2. Quais são as principais dificuldades de morar no assentamento?

Apesar de a conquista pela terra ser motivo de felicidade para centenas de pessoas, a discriminação tornou-se uma realidade no dia a dia dos jovens que dependiam das escolas na cidade para continuar sua formação no ensino básico. Infelizmente, quando os colegas que residiam na cidade descobriam que alguns grupos de alunos moravam no acampamento/assentamento, esse fato muitas vezes tornava-se motivo de piada. Xingamentos como “pé vermelho”, “os da roça” e “os sem-terra”, e brigas por territorialidade foram, por muito tempo, a experiência cotidiana para as primeiras gerações. O reconhecimento de que eram pessoas (jovens) lutando por vida digna e espaço na sociedade foi feito a duras penas. A movimentação econômica que explodiu na cidade de Promissão

alavancou a vida de muitos comerciantes e, com isso, o desaparecimento de rivalidades, xingamentos e apatia. A logística do transporte público sempre foi motivo de dor de cabeça para os estudantes que precisavam (e ainda precisam) acordar com quase 2 horas de antecedência para conseguir usufruir do transporte, que muitas vezes atolava na chuva, quebrava no meio do caminho. Se acontecesse algum problema com o motorista, essa informação somente chegaria ao estudante no dia seguinte (o que mudou muito com a possibilidade de se comunicar através de aparelhos celulares). Ademais, outros fatores de destaque são: a grande distância em relação ao centro comercial, aos postos de saúde e até mesmo a dificuldade com o acesso à internet de qualidade.

Muitas foram as conquistas, as principais no início do assentamento como: escolas, posto de saúde, agentes comunitários, transporte gratuito para estudantes de ensino superior. Muitas dessas conquistas foram por meio de reivindicações e mobilizações da juventude, juntamente com o assentamento ocupando espaços públicos (prefeitura, câmara municipal, bancos) como meio de se acelerar o processo.

3. Qual a visão dos jovens assentados em relação à história do movimento sem-terra?

Sem dúvidas, a luta por reforma agrária instiga os jovens a continuar levantando a bandeira e passar essa necessidade de se fazer justiça às próximas gerações. Torna-se claro que o movimento mudou muito desde sua criação. A reorganização das bases mostra-se extremamente necessária para a continuidade da luta pela redistribuição justa de terras, tal qual a resolução da problemática do êxodo rural, que no assentamento Reunidas acontece de maneira exacerbada entre jovens que precisaram deixar o campo para dar continuidade aos estudos e à carreira profissional, o que poderia ser resolvido com a implementação de universidades públicas mais próximas aos assentamentos. Além disso, mantendo os jovens nas zonas rurais, os projetos pela agricultura familiar poderiam ter andamento mais eficaz, o que cultivaria essa cultura de respeito entre os indivíduos e a natureza. Desse modo, além de abastecer a cidade e o campo de alimentos saudáveis, a vida na roça não precisaria ser deixada por falta de acessibilidade e qualidade de vida.

4. Como a sociedade enxerga o MST?

A visão interna a respeito do movimento é a de esperança, de necessidade da luta por direitos constitucionais, tal qual a visão de quem estuda a respeito e busca se politizar para não se enganar com opiniões equivocadas. Tristemente, porém, muitos indivíduos aderiram à ideia de o movimento ser opressor e detentor do furto de terras, o que constrói uma visão oposta à realidade, tendo em vista que o objetivo do movimento é a exigência de um direito constitucional que se mostra ferido pela grilagem e outras formas de apropriação ilegal de propriedades (como é o exemplo secular da invasão de terras indígenas por grandes proprietários de terra). Além disso, explicitamente a demonização do MST construída pela extrema direita tem sido vendida sem êxito através de *fake news* (como é o exemplo da falsa notícia de que o MST havia sequestrado uma família e ateado fogo em um carro no município de Lucas do Rio Verde – MT; posteriormente a Polícia Civil de Mato Grosso negou que qualquer um dos detidos tivesse relação com o Movimento). Essa e outras mazelas podem ser detidas com a desmistificação de movimentos sociais através da educação pública de qualidade e debates populares. Enquanto a verdade não for considerada e as notícias falsas não forem combatidas, a classe trabalhadora continuará lutando contra ela mesma e sendo instrumento da burguesia. Apesar dos avanços tecnológicos e de comunicação, a informação chega à população de forma distorcida, culpabilizando e inferiorizando os métodos e o modo de vida da juventude camponesa: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” (Paulo Freire).

5. Qual a importância da juventude na luta por reforma agrária de acordo com a visão dos próprios jovens sem-terra?

A juventude tem o dever e o poder de alimentar a chama da luta, adubar esse solo para que ele não fique improdutivo, pois os novos desafios precisam ser enfrentados a cada dia! Como é o caso do êxodo rural, das crises climáticas, da necessidade de se dar voz à diversidade das demandas, que precisam ser escutadas e resolvidas. Além

da conscientização e propagação da necessidade das lutas por justiça social e ambiental. Os jovens sem-terra buscam ser protagonistas na construção de uma nova sociedade ocupando espaços de decisão e liderança dentro e fora do movimento.

O coletivo de juventude do MST tem a tarefa de dar visibilidade acerca das questões que envolvem os jovens, organizá-los nos acampamentos e assentamentos e promover atividades políticas, econômicas e culturais. Ser juventude militante é dar sentido para a vida, criar perspectivas. É fazer parte de um movimento que luta para melhorar as condições da população no campo, combater a desigualdade, o individualismo e o egoísmo; é cultivar valores de companheirismo e solidariedade; é viver em harmonia com a terra e a natureza.

O trabalho de conscientizar a sociedade é principalmente uma responsabilidade da juventude. Para que todo brasileiro saiba o que é sem-terra enquanto não houver reforma agrária, pois o Brasil é de todos os brasileiros, a terra a Deus pertence, a terra não tem escritura, a terra não deve ser um instrumento do capitalismo e sim o lar de todas e todos!

“Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos” (Papa Francisco).

6. Qual foi o trabalho da Pastoral da Juventude (PJ) no assentamento?

A Pastoral da Juventude (PJ) é uma ação evangelizadora da Igreja Católica direcionada aos jovens, com o objetivo de promover seu desenvolvimento integral e aprofundamento da fé, tornando-os protagonistas na evangelização de outros jovens. A PJ atua em diversas instâncias, como paróquias, dioceses, movimentos sociais e na sociedade em geral (saiba mais no site: pj.org.br).

A Pastoral da Juventude se divide em pastorais específicas. A PJR (Pastoral da Juventude Rural) é uma dessas pastorais específicas da Pastoral da Juventude.

Nesse sentido, é inegável que a PJR teve e tenha um papel fundamental nos acampamentos e assentamentos, que formam grupos de jovens, cuja função é atuar em projetos de ações em diversas áreas, como comunicação, educação, cultura, direitos humanos e

participação política, sempre buscando promover a justiça social e a construção do Reino de Deus.

A PJR tem um pé na luta e outro no Evangelho, pois tem a interação fé e vida. A PJR está na igreja católica e é ecumênica, desejando ser uma igreja diferente: jovens evangelizando jovens. O Rural indica o jeito de viver no campo, com a roça, enfim, é ser camponês e camponesa que vive e convive com a terra.

A presença da PJR no assentamento Reunidas (que é o assentamento referência nesse texto) deu-se desde o princípio do acampamento, e com a conquista da terra definitiva em assentamento criaram-se grupos de jovens nas comunidades existentes dentro do assentamento. A Coordenação da PJR no assentamento era composta por jovens representantes dessas comunidades, e dessa coordenação um representante e um assessor compunham a coordenação da Pastoral da Juventude diocesana.

Infelizmente, o desejo do enfraquecimento da pastoral por uma parte da Igreja acabou afetando sua estrutura. O estopim foi em meados de 2008, com o lançamento do Setor Juventude na CNBB, que tinha a intenção de reunir as várias experiências da juventude. A verdade, entretanto, revelou-se outra: um projeto para fragilizar e desconstruir a pastoral da juventude e suas frentes, que formam jovens conscientes e difíceis de serem manipulados por ideais conservadores. Além disso, na diocese de Lins – SP, a saída dos Irmãos do Sagrado Coração, que tem como missão congregacional a formação e evangelização da juventude, também foi um fator prejudicial para a PJ, já que eram o grande sustentáculo na assessoria da pastoral.

Conclusão

Podemos concluir que o trabalho da juventude nos assentamentos é de extrema importância para a sociedade e para a justiça social e ambiental como um todo.

A agroecologia é uma prática, movimento e ciência que busca promover a produção de alimentos saudáveis e a segurança alimentar. É o caminho necessário para enfrentar a crise ambiental e tem estado

na vida de crianças e jovens, não apenas em suas casas, mas também nas comunidades. A cultura no campo mostra-se como grande exemplo de resistência. Infelizmente, porém, tem passado por constantes crises, como é o caso das problemáticas supracitadas. A necessidade de preservação dessa cultura mostra-se sem tamanho, tendo em vista que é uma grande promotora do equilíbrio ambiental da cumplicidade e cooperação entre as pessoas.

Colaboradores

Letícia Oliveira Silva, Murilo Niederle, Isabela Monique, Luiz Henrique da Silva, Alex de Souza Rossi, Gilson João de Carvalho, Lidiane Silva, Maria Aparecida da Silva e Jasmini Oliveira Silva.

Referências bibliográficas

- DULCI, Luiza Borges; RAMOS, Marcio Bernardo de Oliveira e OLIVEIRA Marina Paula. *Economia de Francisco e Clara*. São Paulo: Paulus, 2021.
- MORISSAWA, Mitsue. *História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- BLEIL, Susana. *MST: a Construção do Comum*. São Paulo: Contracorrente, 2024.
- ASSENTAMENTO REUNIDAS PROMISSÃO: <https://www.promissao.sp.gov.br/portal/servicos/39/reforma-agraria/>
- PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL: <https://pjrbrasil.wordpress.com/>
- 7 MENTIRAS de bolsonaristas sobre o MST. MST, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/05/7-mentiras-de-bolsonaristas-sobre-o-mst/>



A CRISE CLIMÁTICA E O DESAFIO DE SE ORGANIZAR AS POPULAÇÕES ATINGIDAS

Alexandra Borba, Gilberto Cervinski,
Elisa Estronioli, Daiane Höhn
e Alexânia Rossato¹

É oficial: 2024 foi o ano mais quente já registrado na história. A temperatura média superou os 1,5°C de aquecimento com relação ao período pré-industrial (meados do século XIX). Trata-se de um alerta vermelho, pois ultrapassamos o limite de aquecimento considerado minimamente seguro para a vida no planeta, e antes do previsto: as projeções indicavam que chegaríamos a essa temperatura por volta de 2030, mas ela veio seis anos antes. Ainda é cedo para afirmar que vamos permanecer nesse patamar, mas já podemos notar o aumento dos eventos extremos, de secas inéditas a enchentes, passando por ondas de calor e ciclones. Apesar disso, o capitalismo segue com sua máquina de destruição. A extração e o consumo de energias fósseis (principalmente petróleo, carvão e gás) têm aumentado, ao mesmo tempo que os espaços multilaterais de discussão do tema estão em profundo descrédito.

Os Estados Unidos, país responsável pela maior emissão de gases de efeito estufa da história, reconduzem à presidência o neofascista Donald Trump. Ele já tomou diversas medidas na contramão da responsabilidade climática: retirou os EUA do Acordo de Paris² e anunciou “emergência energética”, com a prioridade de aumentar a produção de petróleo e gás, revogar incentivos às energias renováveis, entre outras medidas. O imperialismo ameaçado pelo deslocamento

¹ Membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Movimento social brasileiro de caráter nacional, que tem por objetivo fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as estruturas injustas da sociedade. Este texto foi produzido com objetivo de trazer a análise que o MAB tem sobre a crise climática para compor o Livro para o Curso de Verão 2026 – CESEEP.

² Tratado internacional sobre mudanças climáticas, adotado em 2015, no qual os países se comprometem a fazer esforços para evitar o aquecimento global acima de 1,5 °C.

do eixo dinâmico do mundo para o Oriente, sobretudo a China, fica ainda mais violento.³ O genocídio do Povo Palestino pelas armas de Israel, com o dinheiro estadunidense, diante da paralisia dos órgãos internacionais, é o exemplo mais paradigmático deste terror.

Quanto mais a crise se aprofunda e mais o planeta esquenta, fica cada vez mais evidente que não se pode discutir uma saída para a crise climática sem questionar o modelo econômico vigente: o capitalismo. A dinâmica do próprio sistema prevê uma exploração cada vez maior da força de trabalho para a geração de lucro sempre crescente. Para isso, é necessário avançar sobre a natureza e consumir cada vez mais energia. O resultado é uma grande concentração de renda e riqueza e a utilização dos recursos da natureza de forma muito acima de sua capacidade de renovação. É um modelo completamente insustentável do ponto de vista social e ambiental, uma vez que não é pautado pelas necessidades de todos, mas pela ganância de alguns que visam apenas a acumulação de lucros.

Quando muito, o que a classe dominante tem apresentado são falsas soluções que tem como objetivo central não deixar parar a máquina do lucro, ainda que isso cause miséria e desastres ambientais. Como essas soluções são limitadas e paliativas, cada vez mais o mundo mergulha em uma crise de múltiplas dimensões.

A crise climática é uma delas, mas também poderíamos olhar do ponto de vista da economia, das democracias, dos valores, etc. Ou seja, não se trata de uma crise cíclica do capitalismo, mas de uma crise profunda e estrutural. A crise climática é uma crise do capital.

Nesse modelo, as mudanças climáticas se revelam em toda sua injustiça, pois quem mais sofre os impactos são os menos responsáveis por tê-la causado. Um estudo da Oxfam International revelou que o 1% da população mundial mais rica esgotou a sua “cota de carbono”⁴ para todo o ano de 2025 em apenas 10 dias. Isso significa uma quantidade

³ Dossiê do Instituto Tricontinental (2024).

⁴ A cota anual de carbono é a quantidade máxima de dióxido de carbono (CO2) que pode ser emitida sem ultrapassar o limite de 1,5 °C de aumento da temperatura global.

de emissão duas vezes maior que a metade da população mais pobre.⁵ Em um outro estudo, a Oxfam revela que a concentração de riqueza e a desigualdade estão acelerando. Em 2024, em plena ebulição global, o número de bilionários subiu para 2.769, contra 2.565 em 2023. A riqueza dos dez homens mais ricos do mundo cresceu em média quase US\$ 100 milhões por dia: mesmo que eles perdessem 99% de sua riqueza de uma vez, continuariam bilionários. A projeção é que dentro de uma década haverá, ao menos, cinco trilionários – pessoas acumulando uma quantidade de riqueza inédita na história da humanidade. Enquanto isso, mais de 700 milhões de pessoas – mais que três vezes a população do Brasil – passam fome no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Se entre os bilionários a grande maioria é formada por homens brancos do Norte Global, na base da pirâmide predominam as mulheres, pessoas negras e de países periféricos. E essas pessoas são as que mais sofrem os efeitos da crise climática.

O Brasil é um dos países mais vulneráveis: estamos numa região tropical e nossa economia depende perigosamente da extração de bens da natureza. Isso se revela até no perfil de nossas emissões de gases de efeito estufa. O país é um dos grandes emissores, mas, diferente dos demais países, cujas emissões se dão principalmente devido à queima de combustíveis fósseis, no Brasil, mais de 75% das nossas emissões vêm do desmatamento e da agropecuária. Cada vez mais, nos convertemos em meros exportadores de matéria prima e produtos primários, na contramão dos desafios da atualidade.

Em nossa sociedade extremamente desigual, os impactos da crise climática são devastadores. Em 2024, tivemos uma amostra do que é viver nesse novo clima: as enchentes históricas no Rio Grande do Sul, a seca nunca antes vista na Amazônia, os incêndios incontrolláveis que destruíram uma área maior que a Itália em território brasileiro e o ar completamente poluído em nossas cidades. Essa realidade, que

⁵ Conforme estudo da Oxfam disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/1-da-populacao-mais-rica-esgota-seu-limite-anual-de-emissoes-de-carbono-em-apenas-10-dias/>

já é o presente, e não mais um futuro distante, traz imensos desafios para as populações atingidas.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos seus 34 anos de organização nacional, vem buscando sempre melhorar sua análise da realidade e fortalecer a organização popular.

Um ponto central é nosso questionamento do modelo econômico capitalista, principalmente em relação ao modelo energético. Essa leitura sistêmica, alimentada pelo método marxista de análise, nos permite olhar para a totalidade e nos deixa prevenidas diante de ciladas, como discutir somente as fontes de energia, a técnica pela técnica. Preferimos questionar o *modelo energético*: para que e para quem se produz a energia e como isso está relacionado à crise climática que nos afeta.

A classe trabalhadora é a mais atingida pelas mudanças do clima. Dentro da classe, as populações mais vulnerabilizadas e que menos foram responsáveis pelas mudanças climáticas são as mais atingidas, em especial a população urbana periférica, os ribeirinhos, os povos das florestas e os pequenos agricultores, e particularmente a população negra e as mulheres.

Percebem-se muitas perdas e danos para as populações atingidas, que podemos sintetizar como: 1) a perda de muitas vidas; 2) doenças físicas e mentais; 3) perda de moradias, plantações, infraestruturas, móveis e imóveis, etc.; 4) insegurança e dúvidas relacionadas ao retorno do local de moradia, ou a migração para outros locais e regiões; 5) perda de trabalho, fontes de renda e subsistência; 6) isolamento, ocultação e abandono do Estado e dificuldade de incidência da pauta junto a órgãos públicos; 7) falta de informações e orientações seguras; 8) danos ao transporte de pessoas e mercadorias; 9) criminalização e perseguição aos que lutam; entre outros.

A crise climática também aumentou a insegurança e risco de novos rompimentos de barragens. As barragens não foram projetadas para essa situação nova e não há política confiável e nem fiscalização. Não há como afirmar que tais obras estão seguras.

Além dos danos indicados anteriormente, há uma tendência de aumento das disputas pelos bens naturais de forma geral para a

desposseção das pessoas atingidas, por meio da apropriação de territórios vantajosos, como as regiões mais altas, regiões de floresta e de bases naturais estratégicas, terras mais férteis, de acesso à água, áreas de lazer, etc. Vislumbra-se também uma tendência a tornar mercadoria todas as formas e bens possíveis para adaptação às mudanças do clima. Assim, a minoria rica se protege e a maioria do povo fica sem nenhuma proteção. Tais situações tendem a intensificar a luta pelos territórios e os conflitos com o grande capital, que quer impor o regime de propriedade privada sobre todos os bens.

O Movimento decidiu atuar em diversas regiões, que sofrem com as situações climáticas extremas, com o desafio de organizar os atingidos e atingidas, na perspectiva da luta pela reparação dos danos causados e reconstrução de suas vidas sob novas relações e valores. A nossa ação tem sido de trabalho solidário e organizativo, a exemplo do trabalho na grande seca na região amazônica, na enchente de Rondônia, das regiões de Jequié e Juazeiro na Bahia, no litoral e na capital paulista, no Vale do Taquari e região de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, no Vale do Itajaí em Santa Catarina, na região Serrana do Rio de Janeiro, em Mariana e Brumadinho, Aurizona no Maranhão, entre outros. E é muita gente atingida.

A experiência tem nos mostrado que as mulheres, mesmo sendo as mais atingidas, não se limitam a se apresentarem como vítimas. Pelo contrário, são elas que estão à frente da organização e da luta em suas comunidades. Esse ímpeto de lutar contra as injustiças do dia-a-dia, precisa ser organizado em um grande movimento de questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista, se quisermos ser capazes de enfrentar os desafios do momento presente.

A crise climática é o grande desafio da humanidade de nosso tempo. Compreendê-la como uma *crise do capital* implica dizer que precisamos juntar forças entre os povos do mundo, nos organizarmos e lutar para superar esse modelo de desenvolvimento capitalista em busca da construção de uma sociedade justa e igualitária. E nós, atingidas e atingidos, somos parte fundamental desse processo.

Marchamos organizado/as, saibamos a hora de gritar e a hora de conspirar, e sigamos adiante pela longa noite, rumo ao alvorecer de uma nova humanidade.

Referências bibliográficas

- INSTITUTO TRICONTINENTAL. *Dossiê Hiper imperialismo: uma nova etapa decadente e perigosa*.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens*. São Paulo: MAB, 2011.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *Análise da crise climática e as suas consequências na vida da população atingida*. Brasília, 2024.
- OXFAM. *Relatório: As custas de Quem: A Origem da Riqueza e a Construção da Injustiça no Colonialismo*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/as-custas-de-quem/>. Acesso em 25 de janeiro de 2025.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PROJETO RECICLORGÂNICO: CUIDADO AMBIENTAL EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

Getúlio Mendes de Carvalho¹
Marcelo da Silva Ferreira²

Entender a relação dos territórios vulneráveis com a natureza passa inicialmente pela compreensão de como a origem desses espaços está profundamente enraizada no passado colonial. Desde a invasão e ocupação das terras brasileiras, a exploração da terra e dos povos nativos foram o motor da economia. A escravidão dos povos indígenas e africanos não apenas sustentou a economia capitalista da época, como também estabeleceu uma hierarquia racial existente até hoje, onde povos racializados foram explorados fisicamente, forçados a ocupar os piores trabalhos, viver em condições precárias, apagamento de sua história e de sua ancestralidade, além da negação do direito à terra.

Com o avanço do capitalismo, a sociedade encontrou-se numa nova etapa do modelo econômico, onde a lógica da exploração se intensificou. A industrialização dos países voltada para o acúmulo de capital, criação de necessidades fúteis e consumistas fundamentada na ideia de produzir para lucrar e não para suprir as necessidades reais da população, ampliou a desigualdade na sociedade. Criadas fora da lógica de suprir as necessidades reais do povo, as cidades cresceram desordenadamente, afastando as populações negras, indígenas e pobres para as periferias urbanas, territórios caracterizados pela falta de infraestruturas, de saneamento básico e de outros serviços públicos.

¹ Getúlio Mendes de Carvalho é licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), técnico em Meio Ambiente pelo SENAC (Santo André) e pós-graduado em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente é professor de Biologia na Rede Estadual da Zona Leste de São Paulo. Atua também como educador popular no Movimento de Defesa do Favelado como um dos coordenadores do Projeto RECICLORGÂNICO.

² Marcelo da Silva Ferreira é formado em Gestão Ambiental pela Universidade Oswaldo Cruz. Atualmente está como educador socioambiental no Movimento de Defesa das Favelas como um dos coordenadores do Projeto RECICLORGÂNICO e auxiliar administrativo da instituição.

A lógica do “produzir para lucrar” resulta em descartabilidade: de produtos, de recursos naturais e de vidas. É a primeira vez na história que o problema do ser humano não é a escassez e sim o excesso acompanhado do agravamento das desigualdades. Um exemplo claro são os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que demonstram que o descarte de alimentos no Brasil chega a 46 milhões de toneladas por ano, representando 30% da produção do país.

O cenário fica ainda pior quando comparado aos dados do governo federal, que demonstram que 8,7 milhões de brasileiros enfrentam insegurança alimentar e nutricional grave. Esses dados reforçam a lógica do sistema econômico vigente em produção para acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e não para suprir as necessidades humanas das maiorias e para garantir sua existência.

As periferias compostas majoritariamente por populações negras, indígenas e pobres são o destino preferencial dos descartes da produção em massa dos resíduos, onde encontram-se lixões, aterros sanitários e indústrias poluentes, evidenciando a prática do racismo ambiental.

Dentre os maiores desafios encontrados nas periferias está a gestão e o manejo adequado de resíduos gerados. O Brasil, embora tenha aprovado há 15 anos sua Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), não avançou significativamente na sua implantação, nem sequer na adoção das orientações sugeridas pelo documento, como coleta seletiva e reciclagem de seus resíduos, ao invés de só mandá-los para os aterros sanitários. Além disso, uma das sugestões do PNDRS refere-se à promoção da educação ambiental e assim envolver todos os setores da sociedade no enfrentamento desse problema.

O gerenciamento dos resíduos sólidos está totalmente conectado com as questões que envolvem a crise climática no mundo, um dos assuntos mais debatidos na atualidade em todo o planeta. Termos como mudanças climáticas, aquecimento global, efeito estufa etc., aparecem sempre nos telejornais, principalmente quando acontece alguma tragédia ambiental. São, também, recorrentes nas academias, sendo temas de trabalhos, teses e dissertações etc.

Embora tudo isso seja relevante, como fazer essas discussões chegarem às camadas mais vulneráveis da sociedade, onde a busca pelo acesso

ao pão e teto sem dúvida são mais urgentes? É necessário despertar a classe oprimida e torná-la agente de transformação dentro de seus territórios. A frase “Tudo que nós tem é nós” do MC Emicida, exemplifica a interpretação que o Reciclorgânico tem sobre as quebradas.

O Reciclorgânico é uma iniciativa ligada ao MDF (Movimento de Defesa das Favelas) que, desde 2020, realiza um trabalho integrado em favelas por meio da separação, coleta e transformação de resíduos orgânicos em adubo, visando promover um ambiente mais saudável e equilibrado. O projeto foi criado por um grupo de jovens após perceber os impactos que o lixo causava na favela, devido à soma de inúmeros fatores como coleta irregular, falta de infraestrutura sanitária adequada, acúmulo de resíduos nos becos, vielas e entorno, além da falta de envolvimento da própria população local na busca de soluções para toda a problemática.

Foi nesse cenário, quase que comum à toda quebrada, que nasce o Reciclorgânico, um projeto da Favela, para a Favela e com a Favela. Com uma metodologia que orienta porta a porta sobre questões ambientais e até políticas, através da separação adequada dos resíduos, visitas semanais para a retirada dos baldes com os resíduos e sua destinação para a compostagem.

O projeto envolve as famílias participantes na busca de soluções para a própria quebrada e conecta suas ações cotidianas com as pautas ambientais globais. É possível uma mulher, uma criança, um idoso, enfim toda a família independentemente da sua condição social, a partir de sua cozinha, ao preparar sua alimentação diária, contribuir com a diminuição da crise climática, através da adoção de ações práticas no cotidiano. É nesse contexto, onde a prática constante resulta na formação de consciência, mudança de hábitos, que a educação ambiental acontece concretamente. É também através desse envolvimento que os participantes começam a perceber que sua ação tem impacto na melhoria do seu território, viela e lar.

As atividades do projeto são estruturadas buscando uma conexão com a gestão dos resíduos orgânicos domiciliares, ações específicas sobre educação ambiental e consciência de classe, bem como a

inclusão dos territórios vulneráveis nas temáticas ambientais globais. Nesse sentido, o projeto se estrutura nas seguintes etapas principais:

Separação dos resíduos

Nesta etapa, os resíduos orgânicos gerados pelas famílias participantes são separados por elas durante a semana em um balde fornecido pelo projeto, com informações e descrição de quais resíduos devem ser separados. Considera-se que esta etapa inicial seja uma das mais importante para o objetivo do projeto, pois é durante ela que as famílias obtêm o entendimento sobre os tipos de resíduos, ampliam o olhar sobre a sua própria geração dos resíduos e assume responsabilidade com o projeto e o meio ambiente, onde a prática vai se transformando em consciência e concretizando a tão buscada educação ambiental.

Coleta e pesagem dos resíduos

Semanalmente os baldes são coletados e pesados pela equipe do projeto, deixando outro vazio para uma nova separação. Nesta etapa, acontece um contato mais humanizado com os participantes, pois as visitas são realizadas porta a porta, possibilitando acessar até demandas ocultas dos beneficiários, além de proporcionar o monitoramento individual do processo de separação. Através de uma análise mais profunda do balde é possível entender o perfil da família em relação à segurança alimentar, como desperdício e acesso ao alimento, se está tendo uma alimentação saudável ou a utilização de alimentos ultraprocessados, buscando alternativas em casos extremos de insegurança alimentar.

Atualmente, a coleta de resíduos domiciliares nas cidades utiliza uma metodologia que afasta as pessoas do problema real dos resíduos, pois mesmo quando há a possibilidade de coleta nestes locais, as empresas responsáveis não se preocupam com a geração, os tipos de materiais e a relação das pessoas, apenas levam tudo para os aterros. Essa ação afasta a pessoa de separar adequadamente seu lixo. A coleta mais assistida traz uma visão concreta do problema e causa impacto no âmbito pessoal, proporcionando uma relação madura entre a pessoa e o seu resíduo.

Compostagem em hortas urbanas

Após a coleta, os resíduos são destinados para hortas parceiras, uma no Sítio dos Anjos, em Ribeirão Pires, e outra ligada à AAZL – Associação dos Agricultores da Zona Leste, liderada pela dona Sebastiana, sendo uma horta urbana referência em São Mateus. Nesses espaços, é realizado o processo de compostagem através do Método UFSC de Compostagem (Compostagem Termofílica em Leiras Estáticas com Aeração Passiva). Apesar dos desafios de realizar compostagem no ambiente urbano, esse modelo é um dos mais indicado para destinar os resíduos orgânicos, pois retorna todo o material para o ciclo natural e se apresenta como uma ferramenta de fortalecimento da agricultura urbana nos territórios, combate a exploração e o monopólio dos grandes produtores, promove o acesso a produtos orgânicos e seu fornecimento para as favelas, além de fortalecer a relação dos participantes com espaços verdes do próprio território.

Doações de hortaliças

Sempre que possível, ou de acordo com a quantidade de produção nas hortas, são doados kits de hortaliças para as famílias como uma maneira pedagógica e carinhosa de aproximar as famílias participantes do projeto e melhorar a compreensão do ciclo natural dos alimentos, além de incentivar uma alimentação saudável.

Vale destacar que os kits pedagógicos não servem como objeto de troca pela participação no projeto, pois essa participação está na oferta da possibilidade de destinar adequadamente seus resíduos e a educação ambiental gerada durante o processo.

Encontros formativos e informativos

Ao longo do processo, são promovidos encontros com as famílias para trabalhar temas relacionados às temáticas ambientais, promover vivências em espaços verdes e acesso a outros espaços do território. Durante esses momentos, é realizada a devolutiva para as famílias sobre os resultados obtidos pelo projeto e por cada participante através da separação dos resíduos. Os encontros são fundamentais, não

somente para gerar maior proximidade do projeto com as famílias, mas também entre os próprios participantes, proporcionando trocas de experiências, gerando debates, obtenção de conhecimento para a organização territorial e social.

Através dessas ações, o projeto se apresenta como uma iniciativa que vai além da gestão dos resíduos, pois articula educação ambiental, justiça climática, e fortalecimento comunitário em territórios historicamente negligenciados.

Durante quatro anos de projeto, percebe-se uma grande adesão dos moradores à iniciativa. Este começou em 2020 com 9 famílias, chegando ao final de 2024 com 105 famílias participantes, número que só não é maior por ser um projeto sem fins lucrativos e ter dificuldades financeiras para ampliar o atendimento a todos os interessados.

Foram coletados porta a porta dessas 105 famílias cerca de 109 toneladas de resíduos orgânicos que, além de destinados para compostagem, levaram também consciência de classe e acesso às pautas ambientais aos participantes. Essa quantidade de resíduos representa 106 toneladas de Carbono Equivalente (CO₂eq) evitadas de serem destinadas à atmosfera, reduzindo os impactos climáticos através da cozinha de cada participante, como se fossem 704 árvores plantadas durante os quatro anos de projeto.

Segundo o Mapa da Desigualdade de 2024, divulgado pela Rede Nossa São Paulo, a expectativa de vida de quem reside nas favelas e áreas periféricas em relação a moradores de áreas nobres de São Paulo chega a uma diferença média de até 24 anos. Através de cadastros realizados com os participantes do projeto, foram obtidos dados que reforçam a existência do racismo ambiental, pois nos territórios periféricos 67% dos participantes declararam-se pretos e pardos; 50% nasceram em estados do nordeste brasileiro, demonstrando a migração da população em busca de terra e trabalho; 79% das famílias são chefiadas por mulheres; e 30% tem idade acima de 60 anos. Esses números reforçam a evidência de quais são as populações que mais sofrem com problemas ambientais: mulheres, população preta, idosos e povos indígenas.

A luta por justiça nas favelas Brasil afora, e contra as desigualdades, não é em vão. Todas as vezes que uma tragédia ambiental afeta uma comunidade de baixa renda e marginalizada, os atingidos possuem um padrão em comum, estando ligados por fatores de raça e classe social. Esses são, sem dúvida, sintomas do racismo ambiental que, historicamente, acompanha o nosso povo. O Reciclogânico busca, além de colocar o seu público alvo na roda do debate ambiental, mostrar também que iniciativas, mesmo que pequenas, nos territórios são capazes de promover grandes mudanças nas pessoas, no entorno e contribui diretamente com a busca por justiça ambiental de dentro para fora. Ao utilizar o método freiriano, constrói conhecimento de forma coletiva, crítica e conectada à realidade, além de buscar soluções para os problemas do cotidiano.

Referências bibliográficas

- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- INSTITUTO PEREGUM. *Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil*. São Paulo: Peregum, 2023.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)*. Brasília: MMA, 2019.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade de São Paulo*. 2024.



RECIFAVELA EM AÇÃO

Cristiano G. Cardoso¹

Sou Cristiano G. Cardoso, favelado da gema, nascido e criado na Favela da Vila Prudente – a mais antiga da cidade de São Paulo, formada em 1935 –, onde sigo morando com resistência e orgulho. Minha escrita brota do chão batido da quebrada, atravessa os becos, salta os barrancos e chega onde precisa chegar: no coração de quem nunca deixou de sonhar.

Sou escritor periférico, mesmo tendo enfrentado desde criança grandes dificuldades de leitura e escrita. Nunca aceitei que isso me definisse como incapaz. Pelo contrário: foi a partir dessas dores que encontrei minha voz. Também sou roteirista da favela, educador popular, camelô por mais de seis anos, puxador de carroça por sobrevivência e empreendedor social por escolha e urgência.

Minha caminhada deu uma reviravolta em 2006, no Curso de Verão do CESEEP, com o tema “Ecologia: cuidar da vida e da criação”. Saí daquele encontro com a alma acesa e a vontade concreta de fazer algo coletivo, com sentido. Junto com minha amiga Josimeire e o grupo de jovens da capela São José Operário – no coração da nossa favela – começamos a sonhar com a criação de uma cooperativa. A ideia inicial era fazer velas, mas a vida nos levou por outro caminho.

Naquele tempo, eu vendia CDs piratas no centro de São Paulo durante o dia e, à noite, puxava carroça para completar a renda. Foi nas ruas que conheci de perto a luta dos catadores. Em 2007, no governo Kassab, a repressão foi pesada: apreensões de carroças, proibição de circulação, criminalização do trabalho do catador. Enquanto a cidade empurrava

¹ Cristiano G. Cardoso é morador da Favela da Vila Prudente, camelô por mais de seis anos, puxador de carroça, educador popular, escritor e roteirista periférico. Presidente da Cooperativa Recifavela e fundador do projeto Recircular. Atua também como colaborador do Armazém Fantasma, membro da Rede de Plástico, primeiro presidente da Rede Paulista de Cooperativas de Reciclagem, conselheiro da Arca do Crescer e militante do Movimento em Defesa dos Favelados.

os invisíveis para a margem, um holandês de coração periférico – o padre Patrick, da capela da favela – nos chamou para uma conversa.

Foi dele o convite que mudou tudo: organizar uma cooperativa de reciclagem com os próprios catadores da quebrada. Nem todos acreditaram na ideia. Mas eu acreditei. E no dia 27 de dezembro de 2007, ao meio-dia, debaixo de um sol de rachar, nasceu a Cooperativa Recifavela, em um canteiro de obras abandonado sob o Viaduto Grande São Paulo, onde mais tarde passaria o monotrilho.

Não havia luz, nem água, nem banheiro. Enfrentamos incêndios, enchentes, furtos e muito abandono. Mas resistimos. E resistir virou verbo diário. Em 2013, com a gestão do prefeito Haddad, conquistamos um convênio com a prefeitura.

Hoje, a Recifavela ocupa um galpão de 2.000 m², com 12 banheiros, água potável e cobertura adequada. Não sofremos mais com enchentes, mas os desafios agora são outros. Atualmente, reciclamos cerca de 70 toneladas por mês, gerando renda digna para mais de 30 cooperados e cooperadas, todos vindos da luta, da necessidade e da esperança.

Sou também fundador do projeto Recircular, que compra recicláveis diretamente nas favelas e com catadores avulsos, fortalecendo a logística reversa popular e garantindo renda direta para quem mais precisa.

Faço parte da Rede de Plástico. Fui o primeiro presidente da Rede Paulista de Cooperativas de Reciclagem, e sou colaborador do Armazém Fantasma, uma poderosa cooperativa de mulheres negras no fundão de Guaianases.

No campo do audiovisual, sou um dos criadores do Eco Cine Favela e do coletivo Ecoinformação – duas iniciativas que unem juventude, cinema, política e território, contando a favela de dentro pra fora, com crítica, afeto e autonomia.

Também sou conselheiro da Arca do Crescer, uma iniciativa comunitária da Vila Prudente, e militante do Movimento em Defesa dos Favelados, com atuação ativa na rede Sou Catador MESC.

Mais do que os títulos, minha identidade vem da experiência de vida. Vem da lida com a realidade crua da favela, da força de quem se reinventa todo dia, mesmo com tudo contra. Escrevo porque a

favela escreve em mim. Porque a vida me ensinou que cada palavra pode ser ferramenta, cada história uma semente, e cada roteiro uma trincheira de esperança.

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Planeta, 2008.
- BENTES, Ivana. *Estéticas da Periferia*. São Paulo: Revista Piseagrama, 2012.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- PAULO FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz & Terra, 1987.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.



MINHA TRAJETÓRIA E A RECIFAVELA: LUTA, FÉ E COMPROMISSO

Josimeire Nascimento¹

Meu nome é Josimeire do Nascimento, conhecida também como Jô. Tenho 35 anos, morei por 10 anos na cidade de Praia Grande e, há 25 anos, resido na Favela da Vila Prudente, zona leste de São Paulo. Desde a infância, minha vida esteve ligada à Igreja Católica. Ao retornar para a Favela, entrei para o grupo de jovens da comunidade São José Operário, onde conheci André, do Movimento em Defesa dos Favelados.

Esse grupo foi um marco na minha trajetória, pois juntos criamos o jornal comunitário *Jovens em Ação*, que abordava temáticas sociais da nossa realidade. Participei ativamente como catequista de crianças e jovens e me envolvi com diversas formações, como o Curso de Dinâmica para Líderes (primeiro e segundo níveis), o Curso de Verão promovido pelo CESEEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular), além de ter participado da Jornada Mundial da Juventude na Alemanha (2005) e na Polônia (2016).

Durante o Curso de Verão que fizemos juntos, trabalhamos o tema “Ecologia: cuidar da vida e da integridade da criação”. Ao retornarmos, o padre Patrick – que era o responsável pela comunidade São José Operário na época – nos questionou sobre qual seria nossa contrapartida prática ao meio ambiente. Inicialmente pensamos em atividades com artesanato, mas percebemos uma necessidade mais urgente: os catadores de recicláveis, que atuavam debaixo do Viaduto Grande São Paulo, estavam prestes a serem despejados. Foi nesse contexto que surgiu a Cooperativa Recifavela, com o apoio do nosso grupo

¹ Josimeire do Nascimento é graduada em Administração, com cursos técnicos em Secretariado e Contabilidade. Jovem fruto do MDF (Movimento em Defesa das Favelas), movimento social de moradia, atualmente é catadora da Cooperativa Recifavela, onde desenvolve ações de coordenação, gestão, educação ambiental e inclusão social.

de jovens e da comunidade. A Recifavela resistiu por longos anos sob o viaduto, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades sociais, estruturais e políticas.

Após certo tempo, precisei me afastar da cooperativa por questões familiares e comecei a atuar em empresas com carteira assinada (CLT). Aproveitei esse período para concluir minha graduação em Administração e realizar cursos técnicos em Secretariado e Contabilidade, ampliando minha formação acadêmica e profissional.

Em 2016, recebi o convite de Cristiano e Lilian para retornar à Recifavela. Na época, eu estava bastante insatisfeita com meu trabalho formal. Aceitei o convite, e desde então sigo atuando na cooperativa. Estar na Recifavela é uma experiência intensa e contínua de aprendizado. Lá, aprendi na prática aquilo que muitas vezes não se aprende na teoria. O trabalho é dinâmico, exigente e coletivo, e carrega consigo uma profunda responsabilidade: estamos à frente de uma organização que cuida e sustenta muitas vidas.

É justamente essa dimensão humana que me move. Estar presente diariamente na Recifavela é, para mim, uma alegria e uma missão. Vejo nesse espaço a possibilidade de realizar meus projetos de vida, todos eles frutos desse trabalho coletivo, comunitário e solidário.

Referências bibliográficas

- BOFF, Leonardo. *Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus, 2015.
- RECIFAVELA – Cooperativa de Catadores da Vila Prudente. *Relatórios e publicações internas*.
- RECIFAVELANOAR: <https://www.youtube.com/watch?v=2Ej9gAoZDTA&t=28s>

ESCOLA DE AGROECOLOGIA E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM CENTROS URBANOS

Bruno Rocha¹

A Escola de Agroecologia de Parelheiros² surge como resposta concreta aos desafios socioambientais e alimentares do mundo contemporâneo. Localizada em uma região de transição entre o urbano e o rural, ela tem como missão formar pessoas conscientes, capazes de promover a soberania alimentar, o manejo ecológico da terra e o fortalecimento das redes comunitárias. Suas atividades combinam saberes tradicionais, inovação e práticas sustentáveis, sempre adaptadas às especificidades do território.

Dentro de seu campo experimental, a escola desenvolve uma série de tecnologias sociais, como hortas agroecológicas, sistemas agroflorestais, consórcios mandala, compostagem e meliponicultura. Cada técnica busca demonstrar que é possível produzir alimentos saudáveis em harmonia com a natureza, mesmo em espaços reduzidos.

Num cenário marcado pela expansão desordenada das cidades e pela crise climática, a agroecologia urbana apresenta-se como uma alternativa capaz de restaurar relações entre as pessoas, o território e os ciclos naturais. Mais do que uma técnica de cultivo, ela é uma prática social, cultural e política que promove a valorização dos saberes populares,

¹ Bruno Rocha é ambientalista com formação em Ciências Biológicas e MBA em Liderança, Inovação e Gestão pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atua desde 2022 na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), com experiência em gestão de projetos socioambientais, articulação institucional e coordenação de ações de educação ambiental. Atualmente é gestor da Escola de Agroecologia de Parelheiros (UMAPAZ – EAP), onde lidera iniciativas voltadas à agroecologia, fortalecimento da agricultura sustentável e implementação de políticas públicas na área ambiental.

² A Escola de Agroecologia de Parelheiros faz parte da SVMA/UMAPAZ (Universidade aberta do Meio ambiente e cultura de paz) e é um centro de formação voltado para práticas agroecológicas, fortalecimento da agricultura familiar e preservação ambiental. Atua na capacitação de agricultores, jovens e comunidades, promovendo saberes tradicionais, sustentabilidade e segurança alimentar no extremo sul de São Paulo.

o uso consciente dos recursos, o reaproveitamento de resíduos e a construção de uma cultura alimentar mais justa e sustentável.

Ao integrar hortas, pomares, agroflorestas, viveiros e compostagem ao cotidiano urbano, essas práticas não apenas oferecem alimentos livres de agrotóxicos, mas promovem também bem-estar, pertencimento e transformação social. Em territórios periféricos, a agroecologia fortalece a economia solidária, gera trabalho, renda e contribui para a construção de cidades mais resilientes e saudáveis.

Os desafios, no entanto, são muitos. A escassez de terras disponíveis, a contaminação dos solos, a dificuldade de acesso à água de qualidade e o pouco reconhecimento institucional são barreiras constantes. Ainda assim, a criatividade e a resiliência das comunidades fazem florescer soluções como hortas em telhados, calçadas, paredes e terrenos ociosos. A permacultura, aliada às práticas agroecológicas, oferece ferramentas para transformar esses espaços, criando sistemas produtivos descentralizados, eficientes e harmônicos com o meio ambiente.

A articulação em redes é um dos pilares para a sustentabilidade dessas iniciativas. Essa construção coletiva amplia o impacto das ações, consolidando a agroecologia como um caminho viável e necessário para o desenvolvimento sustentável urbano.

Além disso, compete à Escola de Agroecologia de Parelheiros (EAP):

- 1) difundir informações técnico-científicas, conhecimentos e experiências de agricultura, educação socioambiental e práticas de convivência pacífica no município;
- 2) valorizar a região de Parelheiros, Marsilac e Grajaú, promovendo temas ligados ao desenvolvimento sustentável da zona rural e da região como um todo;
- 3) fortalecer a difusão de conhecimento sobre o patrimônio ambiental e cultural de Parelheiros;
- 4) promover a gestão participativa, por meio de oficinas e parcerias com entidades, associações e ONGs locais;
- 5) potencializar iniciativas de educação ambiental já existentes;
- 6) fomentar a gestão do conhecimento, estimulando a troca de saberes e práticas sustentáveis.

Diante dos desafios atuais, as práticas agroecológicas em centros urbanos se tornam verdadeiras sementes de transformação. A Escola de Agroecologia demonstra, na prática, que é possível produzir alimento, cultura, saúde e dignidade no espaço urbano, ressignificando a relação entre pessoas e território. Sua proposta alia teoria e prática, tradição e inovação, promovendo o cuidado com a terra e com as pessoas como princípios inseparáveis.

Mais do que produzir apenas alimentos, a agroecologia urbana produz encontros, fortalece vínculos e promove resistência. Em tempos de emergência climática, insegurança alimentar e degradação ambiental, ela se apresenta como um caminho urgente e necessário para redesenhar as cidades. Com mais verde, mais vida e mais justiça socioambiental, a agroecologia nos aponta para um futuro possível, onde o cuidado com o planeta começa no quintal de cada um, nas praças, nos telhados e nas relações comunitárias.

Referências bibliográficas

- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. *UMAPAZ – Formação em Educação Ambiental. Programação mensal*. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/umapaz/formacao_em_educacao_ambiental/programacao_mensal/293679. Acesso em: 22 mai. 2025.
- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. *UMAPAZ oferece programação gratuita de oficinas, vivências e palestras em maio*. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/noticias/357800. Acesso em: 22 mai. 2025.
- POLO DE ECOTURISMO DE SÃO PAULO. Escola de Agroecologia de Parelheiros. Disponível em: <https://polodeecoturismosp.com/places/escola-de-agroecologia-de-parelheiros/>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- PROCESSO SEI – 6027.2020/0002079-9
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Escola de Agroecologia de Parelheiros. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/busca?q=escola+de+agroecologia. Acesso em: 22 mai. 2025.

